

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

SILVIA AYABE

**O Museu José Antônio Pereira e as possibilidades de pesquisa
histórica sobre a cidade de Campo Grande (MS)**

DOURADOS

2024

Silvia Ayabe

**O Museu José Antônio Pereira e as possibilidades de pesquisa
histórica sobre a cidade de Campo Grande (MS)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas, área de concentração “História, região e identidades”, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como exigência final para a obtenção do título de Mestra em História.

Linha de Pesquisa: *Sociedade, política e representações.*

Orientadora: Prof. Dra. Adriana Aparecida Pinto.

DOURADOS
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

A973m Ayabe, Silvia

O Museu José Antônio Pereira e as possibilidades de pesquisa histórica sobre a cidade de Campo Grande (MS) [recurso eletrônico] / Silvia Ayabe. -- 2024.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Adriana Aparecida Pinto.

Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Museu José Antônio Pereira. 2. Patrimônio Local. 3. Lugar de Memória. I. Pinto, Adriana Aparecida. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

SILVIA AYABE

**O Museu José Antônio Pereira e as possibilidades de pesquisa
histórica sobre a cidade de Campo Grande (MS)**

DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRA EM HISTÓRIA.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD.

Aprovada em 04 de março de 2024

BANCA EXAMINADORA:

Presidenta e orientadora:

Prof. Dra. Adriana Aparecida Pinto (UFGD)

2º Examinador/ Membro Titular:

Profa. Dra. Diane Valdez (UFG)

3º Examinador/ Membro Titular:

Prof. Dr. Linderval Augusto Monteiro (UFGD)

À memória de Mário Toshio Ayabe e Adélia Benites.

AGRADECIMENTOS

Todo o período que envolve a construção de uma dissertação, desde o planejamento de um pré-projeto até a finalização do texto, é permeado de inseguranças, solidão, resistência, reflexão e acima de tudo resiliência. Ainda assim, existem pessoas que conseguem fazer essa caminhada de forma mais leve, desejo que neste espaço eu possa transmitir, ainda que insuficientemente, meu desejo de reconhecer a relevância de trajetórias compartilhadas.

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, que deste mundo partiram de forma precoce, sem eles eu não seria.

Às minhas avós, Ryoko e Martinha, com quem tenho a honra de aprender através do amor.

Aos meus irmãos Márcio, Mônica e Rita que me impulsionaram, me incentivaram e me seguraram, minha eterna gratidão.

Às minhas queridas meninas Ana, Bruna, Yara, Carol, Laura e Francisca que, sabendo tudo o que eu enfrentava, me ajudaram a viver entre os vivos.

Ao meu companheiro Victor, prometo não esquecer as razões pelas quais você me fez e faz acreditar que posso voar.

À professora Doutora Jaqueline Aparecida Martins Zarbato, pela orientação em minha iniciação científica, por ter promovido o meu primeiro contato com o rigor da pesquisa histórica, pelo incentivo indispensável para continuar seguindo a rígida vida acadêmica. Encantei-me com as suas aulas sobre patrimônio histórico e ensino de História ainda na graduação. Desde então algo mudou, sem a possibilidade de retorno.

Aos meus queridos amigos Nelson, Thaylla e Letícia que, em determinado momento, enfrentaram o mesmo que eu, em outros programas, e para mim foram ouvidos, abrigo e leitores.

Aos meus amigos Ana Cláudia e Pedro pelas longas horas de sala de estudo divididas.

Aos amigos que o Programa me apresentou e que, nesse mundo repleto de egoísmo, me dão esperança de uma vida acadêmica mais humana, humilde e compreensiva: Túlio, Irene, Carla e Júlia.

Em especial agradeço à minha orientadora e maior exemplo da docência séria, respeitosa e afetiva, Professora Doutora Adriana Aparecida Pinto: que me proporcionou estrutura e direcionamento, compartilhando conhecimentos e guiando-me com segurança. Admiro sua capacidade de vencer qualquer fronteira pela defesa de um trabalho capaz de semear saber e afeto, já carrego isso como exemplo e espero um dia ser capaz de replicar.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos, que permitiu minha dedicação exclusiva a essa árdua tarefa.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas (PPGH/FCH) e a todos os seus técnicos e servidores, singularmente, agradeço ao Wallace que sempre se mostrou disponível, agradável e resolutivo.

Aos professores que compuseram a banca de qualificação e de defesa, pelas críticas valorosas e construtivas: Diane Valdez e Linderval Augusto Monteiro. Seus comentários e sugestões foram fundamentais para o aprimoramento da minha pesquisa.

Ao Museu José Antônio Pereira e toda sua equipe pelo acolhimento e colaboração.

As histórias não são contadas uma vez por todas, para toda a eternidade, mas surgem sempre em função de determinados problemas de orientação temporal, de determinadas épocas e determinados homens.

Jörn Rüsen

AYABE, Silvia. **O Museu José Antônio Pereira e as possibilidades de pesquisa histórica sobre a cidade de Campo Grande (MS)**. 2024. Dissertação (Mestrado em História – Área de concentração: História, região e identidades) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2024.

RESUMO

Essa dissertação tem como fio condutor a investigação e a análise da trajetória do Museu José Antônio Pereira, instituição museológica localizada na cidade de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul. Desde o início da década de 1980 o museu seleciona, conserva e expõe uma determinada perspectiva acerca do surgimento da localidade e as implicações sociais e culturais das vindas de posseiros para a região, propagada pela memória da família que ali habitava e, posteriormente, pelos seus descendentes e escritos memorialistas. Com o título “O Museu José Antônio Pereira e as possibilidades de pesquisa histórica sobre a cidade de Campo Grande (MS)”, o objetivo desta pesquisa é compreender contradições que envolvem a narrativa museal fortemente ligada à história oficial da cidade posta como oficial e os estudos acadêmicos sobre a mesma e entender quais as versões possíveis da história da cidade, partindo da narrativa museológica e relacionando história, educação, patrimônio e museus. As narrativas aqui apresentadas partem da preocupação com a preservação do patrimônio local, que apresenta uma mudança de princípios após a divisão do antigo estado de Mato Grosso. Nesse sentido, inicialmente realizou a análise dos processos patrimoniais brasileiros no campo histórico, partindo em seguida para as questões de preservação regional e local. Os patrimônios eleitos na cidade foco do estudo foram descritos a partir do tombamento oficial (municipal, estadual ou federal), a fim de contextualizar a dinâmica local e entender suas prioridades, visto que o movimento da memória é acompanhado pelo esquecimento. Para introduzir as questões acerca do espaço museal, apresentei como teoria a construção da memória através dos usos do passado, pois os espaços museais são arenas de disputas graças ao seu aspecto simbólico, promotor de memórias. Para isso, dialoguei com Nora (1993), Le Goff (2003), Halbwachs (1990), Klas-Göran Karlsson (2011) e Hobsbawm (1998) e Chagas (2002). Os resultados foram obtidos a partir da análise da produção historiográfica sobre a instituição museal, da massa documental que institucionalizou o local, bem como das reflexões teórico-metodológicas sobre a importância de uma educação museal que dialoga com discursos acadêmicos. As propostas, sugestões, adaptações aqui realizadas e apresentadas não procuram pôr fim a uma discussão, apenas contribuir com algumas inquietações e apresentar propostas que, ao utilizar o espaço museal como fonte de informação, fortaleça o processo de ensino como um espaço de construção do eu a partir do respeito com o outro.

Palavras-chave: Museu José Antônio Pereira; Patrimônio Local; Lugar de Memória.

AYABE, Silvia. **The José Antônio Pereira Museum and the possibilities of historical research on the city of Campo Grande (MS)**. 2024. Dissertation (Master's in History – Concentration area: History, region and identities). Faculty of Human Sciences, Federal University of Grande Dourados, Dourados, 2024.

ABSTRACT

This research has as its guiding thread the investigation and analysis of the trajectory of the José Antônio Pereira Museum, a museum institution located in the city of Campo Grande, state of Mato Grosso do Sul. Since the beginning of the 1980s, the museum has selected, preserved and exposed a certain perspective on the emergence of the locality and the social and cultural implications of the arrival of squatters to the region, propagated by the memory of the family that lived there and, later, by their descendants and memoirist writings. With the title “The José Antônio Pereira Museum and the possibilities of historical research on the city of Campo Grande (MS)”, the objective of understanding contradictions that involve the museum narrative strongly linked to the official history of the city and academic studies is exposed. about the same and understand what are the possible versions of the city's history, starting from the museum narrative and relating history, education, heritage and museums.. The narratives presented here are based on the idea of concern for the preservation of local heritage, which presents a change in principles after the division of the former state of Mato Grosso. Therefore, I initially analyze Brazilian heritage processes in the historical field, then move on to issues of regional and local preservation. The heritage sites chosen in the city that was the focus of the study were described based on their official listing (municipal, state or federal), in order to contextualize the local dynamics and understand their priorities, given that the movement of memory is accompanied by that of forgetting. To introduce questions about the museum space, I presented as a theory the construction of memory through the uses of the past because museum spaces are arenas of disputes and thanks to their symbolic aspect, promoting memories, for this, I spoke with Nora (1993) , Le Goff (2003), Halbwachs (1990), Klas-Göran Karlsson (2011) and Hobsbawn (1998) and Chagas (2002). The results were obtained from the analysis of the historiographical production about the museum institution, the mass of documents that institutionalized the place, as well as theoretical-methodological reflections on the importance of a museum education that dialogues with academic discourses. The proposals, suggestions, adaptations made and presented here do not seek to put an end to a discussion, only to contribute to some concerns and present proposals that, by using the museum space as a source of information, strengthen the teaching process as a space for the construction of self based on respect for others.

Keywords: José Antônio Pereira Museum; Local Heritage; Place of Memory.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1- Bens Tombados no âmbito federal (MS).....	41
TABELA 2 - Bens tombados no âmbito municipal de Campo Grande.....	70
QUADRO 3 - Balanço da produção acadêmica sobre o Museu José Antônio Pereira.....	106

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Obelisco da cidade de Campo Grande (MS).....	49
FIGURA 2 - Museu José Antônio Pereira.....	50
FIGURA 3 - Museu José Antônio Pereira.....	51
FIGURA 4 - Netas de José Antônio Pereira.....	53
FIGURA 5 - Inauguração do Museu.....	55
FIGURA 6 - Museu José Antônio Pereira.....	55
FIGURA 7 - Inauguração da restauração do Museu.....	56
FIGURA 8 - Morada dos Baís.....	57
FIGURA 9 - Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em Campo Grande, década de 1920.....	58
FIGURA 10 - Igreja de São Benedito.....	59
FIGURA 11 - Colégio Osvaldo Cruz.....	61
FIGURA 12 - Escola Isauro Bento Nogueira.....	61
FIGURA 13 - Loja Simbólica Maçônica Estrela do Sul nº 3.....	62
FIGURA 14 - Paliteiro da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.....	63
FIGURA 15 - Loja Maçônica Oriente Maracaju.....	63
FIGURA 16 - Árvore da Rua da Paz.....	64
FIGURA 17 - Árvores tombadas da Avenida Mato Grosso.....	65
FIGURA 18 - Rádio Clube Campo de Campo Grande.....	66
FIGURA 19 - Santuário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.....	66
FIGURA 20 - Canteiro Central da Avenida Afonso Pena.....	67
FIGURA 21 - Residência particular localizada na rua: Antônio Maria Coelho.....	68
FIGURA 22 – Sobá.....	69
FIGURA 23 - Feira Livre Central.....	70
FIGURA 24 - Placa de entrada do Museu.....	124
FIGURA 25 - Matéria do Correio do Estado sobre José Antônio Pereira.....	125
FIGURA 26 - Notícia sobre a entrega do restauro realizado em 1999.....	126
FIGURA 27 - Busto representativo de José Antônio Pereira.....	128
FIGURA 28 - Retrato representativo de José Antônio Pereira. Artista: Elio Crespam.....	129
FIGURA 29 - Pintura representativa de José Antônio Pereira. Artista: Rosy.....	129
FIGURA 30 - Carlinda Pereira Contar, autoria desconhecida.....	130

FIGURA 31 - Segundo cômodo com exposição de utensílios domésticos.....	132
FIGURA 32- Terceiro cômodo.....	133
FIGURA 33 - Quarto cômodo com exposição do tear.....	133
FIGURA 34 - quinto cômodo com exposição de cama de couro.....	134
FIGURA 35- sexto cômodo com exposição de lamparina.....	134
FIGURA 36 - sétimo cômodo, cozinha e fogão a lenha.....	135
FIGURA 37 - O oitavo cômodo apresenta a parte interna do monjolo.....	135
FIGURA 38 - Teatro no Museu, 2012.....	149
FIGURA 39 - Teatro no Museu, 2012.....	150
FIGURA 40 - Teatro no Museu, 2012.....	150
FIGURA 41 - Teatro no Museu, 2012.....	151
FIGURA 42 - Projeto Teatro no Museu, 2012.....	151
FIGURA 43 - Palestra sobre saúde e bem-estar 18 de outubro de 2015.....	152
FIGURA 44 - Evento Capoeira no Museu, 2016.....	152
FIGURA 45 - Evento Capoeira no Museu, 2016.....	153
FIGURA 46 - Evento “Uma Noite no Museu”, 2016.....	154
FIGURA 47 - Evento “Uma Noite no Museu”, 2016.....	154
FIGURA 48 - Evento “Uma Noite no Museu”, 2016.....	155
FIGURA 49 - Evento “Uma Noite no Museu”, 2016. Fonte: Arquivo do Museu.....	155
FIGURA 50 -- Evento “Museu em Movimento”, 2016.....	156
FIGURA 51 - Programação local da "15ª Semana de Museus".....	157
FIGURA 52 - Programação local da "11ª Primavera dos Museus".....	158
FIGURA 53 - Convite "Violada no Museu".....	159
FIGURA 54 - Exposição de imagens feitas em parceria com o ARCA para a "17ª Semana Nacional de Museus".....	160
FIGURA 55 - "Encontro interclubes de relíquias" (2020).....	161
FIGURA 56 - "Encontro interclubes de relíquias" (2020).....	161
FIGURA 57 - Escultura produzida por José Carlos da Silva.....	166
FIGURA 58 - Imagem que inspirou a escultura feita por José Carlos da Silva.....	167
FIGURA 59 - Antes e depois da reforma (2014).....	168
FIGURA 60 - Carro de boi utilizado pela família Pereira na Fazenda Bálsamo.....	169
FIGURA 61- - Parede que demonstra a forma de construção da época.....	171
FIGURA 62 - Objeto exposto no Museu José Antônio Pereira.....	173

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEC - Conselho Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul.

DEC - Departamento Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul.

DOEMS - Diário Oficial Eletrônico de Mato Grosso do Sul.

FUNDAC - Fundação Municipal de Cultura.

GEMUP - Grupo de Pesquisa em Ensino de História, Mulheres e Patrimônio.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus.

ICOM - Conselho Internacional de Museus.

ICOM – International Council of Museums.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

IHMT – Instituto Histórico de Mato Grosso.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

MHN – Museu Histórico Nacional.

MINOM - Movimento Internacional para a Nova Museologia.

MP – Museu Paulista.

MS – Mato Grosso do Sul.

NOB – Ferrovia Noroeste do Brasil.

PIB – Produto Interno Bruto.

PLANURB - Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano.

PNEM – Programa Nacional de Educação Museal.

PPGH/UFMT - Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Mato Grosso.

PIBID – Programa de Iniciação à Docência.

PRP – Programa de Residência Pedagógica.

SDS – Secretaria de Desenvolvimento Social de Mato Grosso do Sul.

SEMAD - Secretaria Municipal de Administração.

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados.

UFMS – Universidade Federal da Grande Dourados.

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso.

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

ONU – Organização das Nações Unidas.

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural.

PCH – Programa de Cidades Históricas.

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

IBRAPE - Instituto Brasileiro de Pesquisas e Desenvolvimento Institucional.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS E QUADROS

10

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

11

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

13

APRESENTAÇÃO.....17

CAPÍTULO I - OS PATRIMÔNIOS QUE CONTAM HISTÓRIAS.....25

1.1. A política para preservação do patrimônio em Mato Grosso do Sul.....33

1.2 - Os patrimônios eleitos em Campo Grande.....43

1.3. O espaço museal como fonte para a pesquisa histórica.....71

CAPÍTULO II - O MUSEU COMO LOCAL DE PRODUÇÃO/DIFUSÃO DE MEMÓRIAS.....80

2.1. Os usos do passado e a construção da memória.....81

2.2. Os memorialistas e a escrita de uma história a partir dos Museus regionais.....90

2.3. A produção do conhecimento em torno do Museu José Antônio Pereira.....105

CAPÍTULO III – O MUSEU COMO ESPAÇO FORMATIVO EM HISTÓRIA.....120

3.1 A narrativa histórico-educacional a partir do Museu José Antônio Pereira.....122

3.2 A educação patrimonial ou educação museal: versões da história para a perspectiva escolar.....137

3.3. Práticas de educação museal no Museu José Antônio Pereira.....147

3.3.1 Reconstrução do conhecimento histórico no Museu José Antônio Pereira – uma proposta.....163

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS.....	179
-------------------------	------------

Documentos (outras instituições).....	191
---------------------------------------	-----

Revistas.....	191
---------------	-----

Anexo.....	193
------------	-----

APRESENTAÇÃO

“O passado é lição para se meditar, não para reproduzir.”

Mário de Andrade¹

O excerto do prefácio de Mário de Andrade - evoca questões infinitas e que seguem, apesar dos indicadores dos estudos e pesquisas no campo da educação e do ensino de História, sem reverberar, em boa medida, no contexto educacional e dos conhecimentos no campo histórico. É notável o avanço na pesquisa histórica aplicada ao ensino e à educação, contudo, tem-se a impressão de que os anos passam, as teorias e metodologias se reinventam, transformam-se. No entanto, a forma como a disciplina História é apresentada a Educação Básica parece seguir os moldes de uma prática que continua presa ao campo tradicional, permeada por conhecimentos de matriz eurocentrada. Essa característica segue ainda muito marcante no que se refere ao ensino da História das cidades, sobretudo quando o assunto é definir material didático oficial. Assim, com base em uma preocupação que deriva da formação inicial em História, a presente dissertação demonstra a investigação produzida a partir do refinamento da ideia inicial, a qual segue explicitada.

O estudo sobre a cidade de Campo Grande (Mato Grosso do Sul) e o patrimônio histórico gerado em seu entorno iniciou-se no período da graduação - Em 2018 ingressei, como bolsista de Iniciação Científica², no Grupo de Pesquisa em Ensino de História, Mulheres e Patrimônio (GEMUP), coordenado pela professora Doutora Jaqueline Aparecida Martins Zarbato, desenvolvendo pesquisas sobre instituições museais locais, com análise focada no recorte de gênero (2018-2019). No mesmo ano, participei do Programa de Iniciação à Docência/PIBID (2018-2019) e, posteriormente, do Programa de Residência Pedagógica/PRP (2020-2021), os quais contribuíram de forma significativa para a intensificação dos meus questionamentos sobre o ensino de História e possibilidades reais para proposição de mudanças que não fossem impositivas ou irreais na rotina do professor da rede básica, já sobrecarregado com carga horária de aulas e afazeres decorrentes do exercício docente.

Ao concluir o curso de graduação, optei por dar continuidade aos estudos e pesquisa já iniciados, submetendo-me aos processos seletivos para os Programas de Pós-graduação em

¹ ANDRADE, Mário de. Prefácio interessantíssimo. In: Paulicéia desvairada. 1922. p. 35.

² Curso de História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Campo Grande.

História (UFGD) e Programa de Pós-graduação em Educação (UFMS), sendo aprovada nas duas opções. Dessa forma, tive a oportunidade de apresentar o pré-projeto para mestrado ao Programa que priorizei, cujo resultado da pesquisa ora apresento.

Com uma proposta de investigação que consistia, inicialmente, na análise de processos espaciais, políticos, administrativos, culturais, éticos e estéticos que definem e delimitam fronteiras, domínios, territórios, lugares e regiões, buscava compreender e questionar a manutenção da história de fundação da cidade de Campo Grande - Mato Grosso do Sul, a partir das narrativas apresentadas no espaço museal no qual realizei boa parte dos estudos durante o meu período de graduação: o Museu José Antônio Pereira. O objeto permaneceu o mesmo, mas os caminhos dos estudos foram sensivelmente alterados para dar exequibilidade à proposta de pesquisa.

No ano de 2022, ao cursar as disciplinas no Programa, mediadas pelos processos de orientação, a pesquisa foi tomando outros contornos, saindo do campo das ideias e dos excessos, ganhando forma real, passível de se constituir como um estudo desenvolvido em um curso de mestrado. A escolha desse local se justifica na convicção da impossibilidade de separar os museus de história, que ainda guardam semelhanças com os antigos antiquários, das formas de conhecer o passado através da disciplinarização da História. Transformados em lugares de memórias após reinvenções ocorridas na modernidade, esses locais não se restringem à valorização do antigo ou das antiguidades, mas exercem também uma, nem sempre óbvia, função pedagógica. Dessa forma, estas instituições tipicamente modernas possibilitam o estudo da relação entre presente e passado, um diálogo constante entre memória, esquecimento e história.

Relacionar história, educação, patrimônio e museu representa o grande desafio da pesquisa, que exige a reunião de fontes e referências bibliográficas capazes de compor, sem simplificações, a problemática, a saber quais as versões possíveis da história de Campo Grande contadas por meio da existência do Museu José Antônio Pereira e das possibilidades de compreender o passado da cidade, partindo da narrativa museológica, relacionando história, educação, patrimônio e museus. Em termos mais específicos, essa pesquisa tem como fio condutor a investigação e análise da trajetória do Museu José Antônio Pereira, instituição museológica localizada na cidade de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul.

No ano de 1966, Carlinda Pereira Contar, herdeira da Fazenda Bálsamo realizou a doação do conjunto arquitetônico para o município. Após algumas reformas, no ano de 1983, ocorreu a inauguração do espaço como museu, este passou a selecionar, conservar e expor uma

determinada perspectiva acerca da ocupação de terras no sul de Mato Grosso e suas implicações sociais e culturais no município.

O historiador Jacques Le Goff (1990), em sua obra *História e Memória*, expõe que a História ao longo dos anos, agregou novas fontes e passou a ser constituída de relatos e/ou testemunhos (documentos e monumentos) - fatos isolados não seriam mais o foco. Assim, as perspectivas estabelecidas socialmente ganharam força, e a vivência dos sujeitos comuns passou a ocupar lugares históricos. Consequentemente, a memória coletiva é essencialmente mítica, deformada e anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado.

Deste modo, apoiada nos estudos de Myrian Sepúlveda dos Santos (2006), o objeto de estudo desta pesquisa é o espaço museal José Antônio Pereira, com foco nos usos do passado, na esfera individual e privada das memórias afetivas de unicamente uma família, assim, pautando narrativas que convergem para a construção da identidade local. Dada a impossibilidade de recorrer ao passado de forma neutra, seus usos podem estar engajados em diferentes direções, todas elas com propósitos evidentes ou não, que podem ser revelados por diversas linguagens museológicas (visita guiada, apresentação digital e online, formas de colecionamento, tipos de objetos materiais, classificação, exibição e outros) que circulam para além dos muros acadêmicos tendo um efeito mais alinhado a produção de conhecimento histórico e, consequentemente, com as formas de percepção dos sujeitos sobre a cidade e sobre sua própria identidade.

Ainda sobre a perspectiva de usos do passado como uma maneira de mobilizar acontecimentos anteriores, para que esses assumam características pragmáticas e, principalmente instrumentais, Klas- -Göran Karlsson (2011), aponta para os usos do passado em caráter científico - acadêmico, existencial, moral, ideológico e político pedagógico como um processo sempre mediado pela cultura. Assim, um dos focos de análise neste trabalho, reside em quais aspectos daquele passado sofrem acréscimos ou exclusões na intenção de conferir sentido a uma finalidade nem sempre clara de identidade, nacionalidade, raça, classe, gênero e outros. Dessa forma, com um discurso que sofre de influências intencionais, os usos do passado atuam para a criação e consumo de uma narrativa que, produzida e divulgada no presente, não deixa de estabelecer expectativas para o futuro.

Se considerarmos a História como um discurso sobre o passado e, que o discurso é representativo da visão contemporânea do mundo, é sabido que a historiografia se baseia em suas novas tradições interpretativas. É a memória que constrói um discurso ligado à produção

de evidências históricas em relação aos passados nacionais na dialética do lembrar/esquecer, que por sua vez geram a construção de um passado comum.

O contexto que se faz este espaço museal, reforça características regionais impostas, com isso, justifico a importância do pensamento de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2008, p.55), que identifica o interesse em tratar temas ligados ao regional mais visível naquelas universidades tidas como periféricas, “tanto em relação ao processo histórico, quanto à produção historiográfica do país”. Esse acontecimento é atribuído ao fato de serem regiões com muito ainda a ser explorado, contudo, muitos desses estudos trabalham partindo dos problemas que acontecem na localidade e não problematizando a própria construção ou invenção de fronteiras e identidades. O autor acusa os historiadores de, quase sempre, negligenciar que o espaço é também uma dimensão constituinte dos próprios eventos históricos (Albuquerque Júnior, 2008, p.56). Com base nesse entendimento, a minha pesquisa compreende região como espaço vivo, rico e dialético. Em uma constante busca de evitar a confusão que é, buscando criticar a história estabelecida como oficial, acabar por reforçá-la, alimentá-la ou legitimá-la.

Contudo, não significa o fim da discussão sobre a validade dessas definições, visto que, muitos outros profissionais não a consideram fundamentada. A justificativa para isso é a de que a história ocorre na região, mas não existe qualquer história da região, tudo seria História do Brasil. Para outros, como o historiador e economista Luiz Roberto Pecoits Targa (1991), a região existe diante de outras regiões, e todas elas se encontram dentro de um quadro de totalidade no qual se insere o estudo do regional, dessa maneira, esses seriam estudos comparativos. Assim, me amparo na noção da historiadora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (1997), que ao tratar a região como um recorte, compreende que a história regional não se constitui propriamente em um método, tampouco possui um corpo teórico próprio e devidamente sistematizado.

Por sua vez Albuquerque Junior (2008), pontua que longe de constituir uma ruptura com o campo da dizibilidade, a história regional produz críticas que geram deslocamentos no interior do próprio campo do regionalismo. Em vez de questionar a própria ideia de região e a teia de poder que a institui, ela questiona determinadas elaborações da região, pretendendo encontrar a mais autêntica. Por isso, o questionamento da região, como uma identidade fixa, passa pela crítica desta “História”, que participou desta cristalização identitária e passa pela retirada das fronteiras do campo historiográfico.

Em diversos momentos no Brasil, seus intelectuais procuraram constituir uma identidade comum aos sujeitos nacionais, no despontar da República, com o surgimento de

novos grupos políticos, ambientes e contextos sociais diferentes incentivaram a busca por diferentes sustentáculos de uma identidade unificada. Essa movimentação se repete de forma muito parecida em diversas cidades e estados brasileiros, não sendo diferente em Mato Grosso do Sul. Nessa região, momento de maior demanda por uma identidade forjada é o período em que ocorre a separação do estado de Mato Grosso, no ano de 1977, uma ocasião política contundente³. Transformado em seus limites físicos, porém, com a manutenção da elite governante, se modifica a necessidade de rituais, símbolos oficiais, bandeira, hino, datas festivas e outras ações que perseguiam alguma forma de coesão social. A este trabalho de pesquisa importa tal discussão, visto que com o novo estado, surge também uma jovem capital – Campo Grande.

A busca por essa identidade acontece, pois é justamente na ruptura das continuidades que são gerados vácuos sociais, que abrem espaço para serem preenchidos por instituições governamentais, elites poderosas ou grupos intelectuais. Esses que passaram a ocupar papel de destaque com a criação do novo estado foram aos poucos, delineando uma nova identidade assentada na sua própria hegemonia e dos seus antepassados. O método era o mesmo e incluíam feriados, cerimônias e exaltação de supostos heróis regionais.

José Antônio Pereira, mineiro e descendente de portugueses, foi tornado notável e, posteriormente, ganhou a condição histórica de fundador de Campo Grande (MS), subtraindo de indígenas, quilombolas e outros imigrantes, sua importância no processo de crescimento local. Narrativa que segue vigente em livros memorialistas, produções voltadas para o ensino de história local e na narrativa museológica do espaço que carrega o nome do mineiro.

Para trabalhar as dimensões de espaço e do tempo, na arquitetura e na narratividade, o filósofo Paul Ricoeur (1994) nos mostra que o espaço se dá a ler e o tempo se dá a ver. Dessa forma, seria papel do historiador investigar a alteridade do passado de uma cidade por meio das representações de tempo e espaço que ela oferece. Por conseguinte, entende-se que a discussão sobre museus se insere nessa perspectiva. Os estudos sobre o tema se multiplicaram na última década do século XXI, tanto no campo da própria museologia, quanto entre profissionais da

³ Sobre os estudos relativos à cidade de Campo Grande recomenda-se a leitura de: FURLANETTO, Vera Lucia; GONCALVES, Dilza Porto. No teatro das comemorações do Sesquicentenário: a educação em Mato Grosso. In: LIMEIRA, Aline de Moraes. (Org.). **História da educação & projetos de Brasil no processo de independência**. Curitiba: Appris, 2022. p. 109-128. ;FURLANETTO, Vera Lucia. Na arena do poder: disputas políticas e identitárias na discursividade midiática de agentes públicos, douradenses e campo-grandenses, na história da criação de Mato Grosso do Sul, em 1977. In: **Revista Eletrônica História Em Reflexão**, Vol. 17 (33), Ano. 2023, p. 270-296; FURLANETTO, Vera Lucia. Política e imprensa: a manipulação do “popular” na história da divisão territorial do estado de Mato Grosso, em 1977. In: **Pesquisa histórica com a imprensa de (no) Mato Grosso: fontes, temas & abordagens**. Curitiba: Appris, 2023.

História, Sociologia e Antropologia. Esse diálogo interdisciplinar proporciona conhecer diversas abordagens sobre o tema em articulação com as múltiplas possibilidades de pesquisas com e sobre museus brasileiros, sua constituição e até mesmo sua relação com as Instituições de Ensino Superior e instituições escolares dos demais níveis, por meio de investimentos de pesquisa e leituras em educação museal e patrimonial.

No que se refere a metodologia de pesquisa, a presente dissertação se baseia no diálogo com a produção bibliográfica do campo da História, seguida pelos estudos que abordam Museus - Bezerra de Meneses (1994), Brulon (2015), Bruno (2020), Cabral (2002), Cazelli e Valente (2019), Chagas (1999), Lopes (1991), Santos (2006) e Schwarcz (1989) e espaços de patrimônio, mediados pela produção identificada em Mato Grosso do Sul por meio de levantamento da base de dissertações e teses do Portal CAPES, seguida pela experiência de pesquisa derivada dos estudos da graduação, cujos esforços permitiram produzir sistematizações, levantamentos de dados e inventários de peças referentes ao Museu José Antônio Pereira. Ou seja, a pesquisa de mestrado, por meio do estudo realizado a partir de um trabalho de imersão de modo mais efetivo, tanto no que se refere a análise do espaço museal, quanto da problemática aventada, auxiliará nos modos de ver e compreender a localidade, fornecendo estratégias distintas para os usos contemporâneos do passado. As imagens utilizadas no trabalho são ilustrativas e consideradas essenciais para tornar o entendimento mais didático e acessível.

A presente dissertação encontra-se estruturada em 3 (três) partes:

Para responder as questões pertinentes ao espaço museal, sua narrativa e importância para o ensino de história regional, precisamos seguir os passos de uma detalhada jornada. Na primeira parte do trabalho realizamos apontamentos, que irão permitir uma visão mais abrangente sobre o que temos no campo da história patrimonial de Mato Grosso do Sul, essa seção trata de estudos relevantes para a definição de patrimônio, como os de: Desvallées (2013), Mairesse (2013), Chuva (2017), Choay (2001) e Carsalade (2011). Estudar a história do patrimônio fornece informações valiosas sobre a identidade, a cultura, a política e outros aspectos sociais. Identificamos nesse momento como se desenrolou a política para preservação do patrimônio no estado, principalmente aquelas ligadas às referências físicas (urbanísticas, ambientais e arquitetônicas). Além destes, com o objetivo de contribuir às futuras pesquisas, apresentamos um levantamento da produção acadêmica sobre o Museu José Antônio Pereira. Com isso, a expectativa é que após a leitura do primeiro capítulo, seja possível compreender o referencial teórico que embasou a criação, manutenção e tombamento do Museu José Antônio

Pereira. Esses aspectos são cruciais para promover a compreensão dos patrimônios eleitos na cidade de Campo Grande. O foco aqui são os patrimônios oficialmente tombados pelo governo, o que inclui o Museu José Antônio Pereira, objeto de análise dessa pesquisa.

No segundo capítulo, estão presentes discussões acerca da produção de memórias promovida pela instituição museal supracitada. Consideramos que esses locais desempenham papel crucial na preservação de uma certa memória coletiva. Assim, o desenvolvimento do espaço museológico é examinado para compreensão da construção narrativa apresentada durante as visitas guiadas. A proposta visa contribuir para análise crítica das questões relacionadas pela discrepância narrativa do discurso do referido espaço museal e a historiografia acadêmica acerca da localidade. Nesse capítulo apresentamos os limites e as intersecções entre Memória e História com os autores Maurice Halbwachs (1990), Jacques Le Goff (1990), Pierre Nora (1993), Paul Ricoeur (1994) e Michael Pollak (1989). Seguimos com análise da influência dos memorialistas no estabelecimento do imaginário regional, visto que o discurso museal é baseado nesses escritos. Nossa intenção não foi construir uma reflexão de oposição de “clássicos” versus academia versus memorialistas, mas sim, somar e investigar a contribuição de cada uma dessas perspectivas.

Seria possível analisar as narrativas e práticas educacionais do Museu José Antônio Pereira, sem conhecer a sua origem, organização e trajetória institucional? Entendemos que não. Nesse sentido, no segundo capítulo buscamos compreender as razões que levaram esse espaço museal a produzir e comunicar sua versão para a história de uma cidade e de uma região, tornando-se uma sólida instituição museológica. O referido capítulo está pautado em uma análise entre memória, história e museu, apesar de todos objetivarem o acesso ao passado, cada um estabelece processo diferenciado para compreendê-lo, encontrando ao longo do tempo confluência e separação. A proposta nesse capítulo é entender as contradições e as circunstâncias que envolveram a criação de um museu histórico e suas implicações na sociedade.

Por fim apresentamos um balanço da produção acadêmica sobre o Museu José Antônio Pereira, citando pesquisadores como: Mitidiero, Oliveira, Santana, Castilho, Santos e Lima (2007), Moura (2017), Santos (2019), Zarbato (2019) e Casadei (2023). A avaliação da produção relacionada ao museu em foco é significativa para aprofundar a compreensão e reflexão sobre o papel desempenhado por essa instituição na construção do conhecimento.

A terceira parte incide sobre a análise histórica com tons educacionais relativas ao espaço museal e suas potencialidades, tanto como objeto de estudo para a história de Campo

Grande, na perspectiva acadêmico-científica, quanto como elemento para instrumentalizar os estudos históricos regionais, sobretudo aqueles realizados em instituições escolares. Com foco especificamente sobre o Museu, baseado no conhecimento acumulado nas experiências de pesquisa anterior, agregadas pelas potencialidades e pesquisas despertadas e desenvolvidas durante o Mestrado, entendendo que não basta ilustrar a história da família Pereira, mas também, exemplificar a história da própria cidade, o último capítulo dedica-se à apresentação de possibilidades e potencialidades na construção da memória e da escrita da história através do Museu José Antônio Pereira. A perspectiva da educação museal perpassa a este capítulo como formas de compreender e utilizar os espaços museais, efetivamente como espaços de apoio ao Ensino de História, para além da visita, ou das alusões aos artefatos, bustos e monumentos.

Ao longo de sua existência, o espaço museal desenvolveu diversas atividades para a sociedade, reunimos esses acontecimentos para melhor compreensão da importância do museu. Portanto, inspirados por essa reflexão aparentemente dicotômica, no terceiro capítulo realizamos a análise de exposições de longa e curta duração.

Os resultados apontaram uma base comum para a interação entre Museologia, Patrimônio, Educação e História: a imagem divulgando a necessidade de salvaguardar os bens para transmissão às gerações futuras – preservação, consubstanciada no sentido emprestado de ato social, ligado à questão das identidades, mas cuja face real é a prática do poder simbólico.

CAPÍTULO I - OS PATRIMÔNIOS QUE CONTAM HISTÓRIAS

Ao longo da história, seguindo um caminho similar à de outros conceitos, a noção de patrimônio sofreu/sofre diversas transformações em relação aos seus significados e abrangências através dos tempos. Tais transformações acompanham o movimento próprio das sociedades e o que se decide preservar segue se baseando em novas descobertas e, principalmente, sendo enriquecido pelo diálogo entre diversos campos científicos, desembocando na atual perspectiva. No Brasil, foi com o estabelecimento do Estado Novo (1937 – 1945) que diversas políticas culturais foram criadas em muitos âmbitos de interesse. A instituição do Decreto Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, forneceu suporte legal para o estabelecimento e a organização das políticas de patrimônio cultural brasileiro. Como consequência, as legislações estaduais e municipais se basearam no decreto-lei federal e fundamentaram os parâmetros legais para o reconhecimento, o tombamento e a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Para melhor compor a compreensão do objeto que perpassa esta pesquisa, considera-se oportuna uma digressão histórica em relação ao que se compreende por patrimônio, com enfoque em determinados aspectos históricos e da legislação produzida para este fim.

Dessa forma, ao percorrer a historicidade dos usos, foi possível observar que suas origens remontam ao antigo Império Romano. Nessa época, esses usos designavam o conjunto de bens que eram passados de geração em geração (Desvallées; Mairesse, 2013, p. 73).

Segundo o verbete “Patrimônio” na obra *Conceitos-Chave de Museologia* (2013):

A ideia de patrimônio está irremediavelmente ligada à noção de perda ou de desaparecimento potencial – este foi o caso a partir da Revolução Francesa – e, igualmente, à vontade de preservação dos bens. “O patrimônio se reconhece no fato de que a sua perda constitui um sacrifício e que a sua conservação também supõe sacrifícios” (Babelon e Chastel, 1980) (Desvallées; Mairesse, p.74).

Para a pesquisadora Márcia Regina Romeiro Chuva (2017, p. 24) “a noção de patrimônio então concebida estava, irremediavelmente, atrelada ao surgimento dos Estados nacionais modernos, e ao processo de construção da nação a ele inerente, em que se verifica um enorme investimento na invenção de um passado nacional”.

Segundo a historiadora Françoise Choay (2001), a expressão patrimônio histórico:

[...]designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-

artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, patrimônio histórico tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade. (2001, p.11)

Em uma perspectiva mais tradicional sobre o conceito, tem-se em Alois Riegl (1903), que defende a noção de que monumento histórico é produto de uma construção histórica, ele seria essencialmente “não-intencional”, visto que não foi construído com a intenção de adquirir importância/status de monumento. O seu valor foi atribuído em algum momento posterior a sua criação, não possuindo necessária relação com a sua função original.

Seguindo o pensamento de Choay, a importância de estudar o patrimônio histórico se valida na relevância do questionamento de que ele “se constitui num elemento revelador, negligenciado, mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra” (Choay, 2001, p.12)

No campo da arquitetura, segundo análise de Flávio Lemos Carsalade “[...] “patrimônio” é um conceito difuso, relativo e circunstancial e a que a “patrimonialidade” não está na matéria, mas também depende de quem a define e nos valores em que crê – sua visão de mundo[...]” (Carsalade, 2011, p.140). Segundo o autor na questão da patrimonialização arquitetônica, a noção de restauro de obra de arte foi/é utilizada como se a arquitetura fosse uma arte visual, “de que a obra seria um todo fechado do qual nada se poderia retirar ou acrescentar” (p.140). Podemos notar que a patrimonialização arquitetônica está diretamente ligada ao crescimento e modificação das cidades e do urbano. A respeito disso:

A identificação do patrimônio histórico, cultural, paisagístico e natural da humanidade vem sendo realizada desde longa data, todavia foi efetuada de forma sistemática a partir da década de 1930, quando alguns estudiosos preocupados com o crescimento urbano se deram conta da urgência de refletirem com profundidade sobre as reformas que se intensificaram em várias partes do mundo e, como tal, traziam à tona tanto a questão da necessidade de se preservar ou não determinados monumentos como a de retirá-los de seu local de origem de modo a não obstruir vias de acesso de grandes metrópoles e estimular o desenvolvimento de áreas da cidade que precisavam sofrer intervenções. (Pelegri, Funari, 2008, p.32)

Partindo dessas percepções, profissionais de diversas áreas, como: arqueólogos, historiadores e arquitetos iniciam os famosos simpósios para debater e definir regras gerais sobre a importância de se manter um legado histórico dos monumentos arquitetônicos e das obras de arte de valor inestimável no campo simbólico. Consequentemente, no ano de 1945, a

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)⁴ aderiu à causa e introduziu-se na promoção dessas reflexões sobre estratégias pacíficas de preservação.

Assim, o histórico da questão patrimonial começou a ser tratado através de três encontros promovidos pela Unesco. O primeiro deles, promovido pela ONU e pela Unesco, foi a Convenção de Haia (1954), onde a definição de patrimônio abrangia: bens móveis ou imóveis que representassem grande importância para o patrimônio cultural dos povos, edifícios que guardassem os bens culturais, museus, bibliotecas, arquivos, centros monumentais e outros.

No ano de 1964 aconteceu o Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, organizado pela ONU, em Veneza. Nesse evento foi produzida a Carta Internacional para a Conservação e Restauração de Monumentos, conhecida também como Carta de Veneza. Esse documento caracterizou o patrimônio comum como obra dos povos, devendo, portanto, ser acrescentado o patrimônio paisagístico à questão patrimonial. Essa reunião teve como principais resoluções: o monumento histórico como portador de testemunho da civilização, a conservação e o restauro como importantes contribuintes da salvaguarda e as obras de arte como testemunho histórico.

Por último, em 1972, a Unesco promoveu a Convenção para a Proteção do Patrimônio Industrial Mundial, onde o significado de patrimônio foi definido em 38 artigos. Realizada em Paris, essa convenção gerou o principal documento da questão patrimonial. No encontro foram definidos como patrimônio cultural: monumentos – obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais que possuam valor do ponto de vista histórico, artístico ou científico; conjuntos de construção isoladas ou reunidas que possuam valor universal e sítios - obras da natureza com valor histórico, estético, etnológico ou/e antropológico.

Porém, é importante pontuar que anterior a esses três maiores eventos aconteceu, em 1931, a confecção da Carta de Atenas, esse documento foi produzido pela Conferência dos Especialistas para a Proteção e Conservação de Monumentos de Arte e História e é considerado o primeiro documento internacional a abordar a questão patrimonial. A carta expôs algumas preocupações: necessidade de cooperação internacional para a proteção do patrimônio; a relevância da conservação, manutenção e restauração dos monumentos históricos; a

⁴ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é uma agência especializada das Nações Unidas (ONU) com sede em Paris, fundada em 4 de novembro de 1946 que possui como principal objetivo garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros – hoje são 193 países – na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades. Ver: <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20747-unesco>.

proclamação dos princípios e técnicas para a restauração; a recomendação para preservação do ambiente localizado no entorno dos monumentos e a necessidade da criação de sistemas de documentação, difusão e educação em relação a importância da patrimonialização.

Criado em 1937 com o nome de Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN - dá início aos trabalhos de preservação do patrimônio no Brasil. Após diversas mudanças de nome, em 1994 a sua denominação foi definida como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, pela Medida Provisória n.º 610, de 8 de setembro.

O órgão é uma autarquia federal e está vinculada ao Ministério do Turismo. Suas principais atuações se encontram na área de preservação e conservação do patrimônio de cunho histórico, artístico e paisagístico brasileiro. Os pedidos de registros podem ser feitos pela sociedade civil, instituições públicas ligadas aos poderes públicos de estados, municípios ou União. Além disso, o patrimônio pode se dividir entre: histórico, artístico, móvel, imóvel, tangível, intangível, paisagístico, genético, tesouro vivo e outros.

A sua criação está diretamente ligada ao movimento modernista e as modificações político-institucionais que findaram com a instauração do Estado Novo no final de 1937. Durante esse período, as decisões voltadas para o campo do patrimônio estavam integradas ao projeto de construção da nação e, conforme Fonseca (2005, p.48), existia autonomia por parte dos intelectuais modernistas:

Desde o início, a área do patrimônio ficou à margem do propósito de exortação cívica que caracterizava a atuação do ministério na área educacional. A cultura produzida pelo Sphan sequer era articulada com os conteúdos dos projetos educacionais ou com os instrumentos de persuasão ideológica do Estado Novo; esses conteúdos eram mais compatíveis com a vertente ufanista do modernismo. Durante o Estado Novo, o Sphan funcionou efetivamente como um espaço privilegiado, dentro do Estado, para a concretização de um projeto modernista.

Nesse momento inicial, um elemento muito utilizado pelas sociedades nacionais modernas para justificar a preservação do patrimônio cultural foi o conceito de “perda”, usado como uma “estratégia discursiva por meio da qual a cultura nacional é apresentada como uma realidade objetiva, ainda que em processo de desaparecimento” (Gonçalves, 1996, p. 89-90).

É interessante pontuar que em uma época marcada pela censura, essa tal autonomia dada aos modernistas na administração do órgão, era limitada, de modo que estes não poderiam se envolver em outras áreas do governo. Apesar dos mínimos recursos destinados à entidade, ela já contribuía com um trabalho relevante na influência sobre a criação da coesão social, uma parte importante do projeto nacional. Para Fonseca (2005, p. 107 – 109), os primeiros trabalhos

elaborados do SPHAN estavam ligados à preservação da arte barroca, monumentos e objetos da arte colonial e arquitetura religiosa. Para realizar a triagem dos bens os agentes da instituição se utilizavam do quesito excepcionalidade, pouco baseados em estudos e pesquisas na área, além do mais, essas escolhas não eram acessíveis à população.

Nessa fase, estavam entre as principais ações do SPHAN a prática de tombamentos, regidos pelo Decreto-lei nº 25, de 30/11/1937. Com essa prática, o Estado consegue de maneira legalizada se apropriar de bens privados, visto que, na ação do tombamento o bem se torna “propriedade nacional”, o que automaticamente limita possibilidades de venda e reforma do local, como aponta Gonçalves (1996, p. 66–67). Em relação ao patrimônio edificado, a legislação regulamenta que:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Na década de 1950, a noção de patrimônio foi consideravelmente ampliada, passando a compor-se também de testemunhos materiais e imateriais do homem e do seu meio. Após esse momento o conceito criou os contornos que conhecemos na contemporaneidade ao ligar a concepção atual de patrimônio à inclusão de qualquer bem ou valor construído pelos grupos humanos, incluídos bens de natureza material e imaterial, a fim de deixar o legado às futuras gerações. Não foram deixados de lado o patrimônio folclórico, o patrimônio científico e o patrimônio industrial, pouco a pouco integrados à noção de patrimônio. Visto isso, a Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial cultural e natural determina que:

Para os fins da presente Convenção, são considerados como ‘patrimônio cultural’: - os monumentos: obras arquiteturas, de escultura ou de pintura monumentais, (...); - os conjuntos: grupos de construções isolados ou reunidos, (...) em razão da sua arquitetura, (...); os sítios: obras do homem ou obras compostas pelo homem e a natureza (...). Para os fins da presente Convenção, são considerados como ‘patrimônio natural’: - os monumentos naturais (...); - as formações geológicas e fisiográficas (...); - os sítios naturais ou as zonas naturais (...) (UNESCO, 1972).

As décadas que se seguiram, configuraram esforços morosos no tratamento desta pauta. A partir dos anos 1970, observa-se a composição de fóruns de discussão por meio dos quais foram produzidos documentos que assegurassem o compromisso dos Estados em relação à preservação do patrimônio e destinação de recursos para sua manutenção, a saber os documentos Compromissos de Brasília (1970) e Compromisso de Salvador (1973).

No âmbito mundial, em 1972, a Unesco atinge o alto número de 148 países que concordam em fazer parte do pacto em prol dos bens culturais e naturais da humanidade - Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial”⁵. No Brasil, esses conceitos começaram a ser aplicados de forma significativa em 1979, quando a fusão do Iphan/PCH/CNRC estava já completa. Essa mudança de perspectiva aconteceu na atuação de Aloísio Magalhães que apresentou a relevância da comunidade participativa e ampliou o conceito de patrimônio para “patrimônio cultural” e o “bem cultural”. O lema era: “comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio” (Fonseca, 2005, p.185).

Segundo a Constituição Federal de 1988, artigo 216, patrimônio cultural do Brasil são “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988). Entre esses bens, estão “as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais” (Brasil, 1988). Seguindo a perspectiva constitucional, destaca-se que é da alçada do poder público, com a colaboração da comunidade, promover e proteger “o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.” (Brasil, 1988). Assim, o patrimônio representa a coletividade, os contextos históricos e sociais de épocas diferentes, as concepções do tempo, lugares sociais, sentidos políticos e disputas entre lembranças e esquecimentos.

O IPHAN segue sendo responsável pela proteção dos sítios, monumentos, obras de arte e outras manifestações culturais que foram tombadas pela União. Porém, sua prática no caminho para preservação do patrimônio não são as mesmas que inspiraram os modernistas no início dos seus trabalhos, as tendências foram sofrendo alterações. Segundo a arquiteta Maria Cristina Rocha Simão:

O que pode ser verificado, apesar de tudo, é que os monumentos e núcleos urbanos que efetivamente sofreram a atuação do IPHAN tiveram seu acervo preservado, contrariamente à maioria dos sítios brasileiros que, ao argumento do progresso, fizeram por perder todos os registros físicos e espaciais existentes. (2013, p. 40)

⁵ Desde a aprovação, em 1972, da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, a Unesco – agência das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura – avalia as candidaturas e atualiza a Lista do Patrimônio Mundial. Em sua procura de ampliar o espectro de tipos de patrimônio reconhecidos como de valor universal excepcional, na perspectiva de reconhecimento da diversidade humana e de sua produção sociocultural, a Unesco vem incorporando novas categorias e temas. Ver: UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Global strategy*. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/globalstrategy/>>. Acesso em 01 jul. 2023.

Foi em 1995, quando firmada a Carta de Brasília⁶, documento regional dos países do Cone Sul, que são reconhecidas as várias heranças culturais que compõem os povos latino-americanos, partindo das culturas pré-colombianas até a valorização dos diversos grupos migratórios e seus respectivos legados patrimoniais. De forma inédita o escrito se afasta de posturas assumidas até então por países europeus e asiáticos, tratando de forma autêntica os patrimônios, de acordo com a realidade cultural das regiões antes dominadas e colonizadas. Assim, a trajetória histórica diferenciada desses países é valorizada na Carta: “a configuração de uma cultura sincretista e a de uma cultura de resistência”, se apoiando na ideia de reconhecer “a composição diversificada da identidade”. O documento apresenta uma diversidade de enunciados sobre o que considera como autenticidade, em diversas correlações: autenticidade e materialidade, autenticidade e contexto, autenticidade e imagem, autenticidade e identidade.

Nessa contextualização da trajetória do antigo Sphan e atual Iphan, nota-se que a política de preservação do patrimônio cultural brasileiro não foi foco de nenhum governo, porém, chegou a ser usada por líderes políticos para forjar uma identidade nacional brasileira. De acordo como raciocínio de Gonçalves (2002), o discurso sobre patrimônios se particiona em duas correntes: a monumentalidade e o cotidiano. A monumentalidade refere-se ao grupo de bens que representam, rigorosamente, a “tradição”, aproximando as práticas individuais e de grupos do passado e do presente. Na perspectiva do cotidiano, os patrimônios são valorizados pelo sucesso da sua relevância/significado no tempo presente. “Quando se narra o patrimônio no registro do cotidiano, essas relações se invertem. Não é mais o passado que é hierarquicamente valorizado, e sim o presente”. (Gonçalves, 2002, p.118). Dessa forma, os patrimônios possuem como ponto de referência as experiências individuais representativas e as coletivas de diversos grupos sociais. Para Laurajane Smith:

O patrimônio é sobre um senso de lugar. Não apenas na construção de um senso de identidade abstrata, mas também para nos ajudar a posicionar-nos como uma nação, comunidade ou indivíduo em nosso "lugar" no mundo cultural, social e físico. O patrimônio, em particular nas suas representações materiais, fornece não apenas uma âncora física ou um sentido geográfico de pertença, mas também nos permite negociar um senso de "local" social ou identidade de classe ou comunidade, e um Lugar cultural ou sentimento de pertença. (SMITH, 2006, p. 75, tradução própria)⁷

⁶Carta disponível no endereço eletrônico: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20Brasilia%201995.pdf>. Acesso em 14 de jan. de 2024.

⁷ Heritage is about a sense of place. Not simply in constructing a sense of abstract identity, but also in helping us position ourselves as a nation, community or individual and our ‘place’ in our cultural, social and physical world. Heritage, particularly in its material representations, provides not only a physical anchor or geographical sense of

Com a promulgação do Estatuto da Cidade⁸, ocorreram alterações significativas sobre a preservação do patrimônio cultural urbano. Este documento indica que a proteção do patrimônio cultural e natural deve fazer parte da política urbana. Flávio Carsalade, sobre a ética nas intervenções, declara que “o ser patrimônio não está no caráter imanente do objeto, mas sim em outra forma de relação que passa também pela pessoa, comunidade ou sociedade, portanto, pelo sujeito, que lhe confere tal grau.” (Carsalade, 2013, p.83).

Dessa forma, nas últimas décadas estudiosos têm atribuído um valor cada vez maior às representações do simbólico-afetivo que são reconhecidas pelos moradores e usuários aos bens protegidos pela patrimonialização, pois “a preservação se faz nesses meandros da relação entre o objeto e o sujeito, nas dimensões material e imaterial do patrimônio, na sua presença física e nos significados, valores e funções que a sociedade lhe concede” (Carsalade, 2013, p.246)

Em consequência disso, a ação dos institutos de proteção tem sofrido alterações para, cada vez mais, aproximar a preservação patrimonial da vida cotidiana, trabalhando com parâmetros que garantam sentido de pertencimento aos sujeitos, ao vincular diretamente a preservação com seu significado, ocorre assim a valorização das construções, culturas e práticas locais. Ao contrapor a globalização da economia e da comunicação, a manutenção de identidades específicas ganha cada vez mais espaço e garante às pessoas a referência de lugar. Para Maurício de Almeida Abreu (1997), o Brasil enfrentava um momento de valorização das heranças, após um período de valorização do novo, dessa forma o cotidiano brasileiro passou a ser surpreendido por projetos que visavam manutenção e preservação de patrimônios históricos.

Assim, na concepção contemporânea entende-se como patrimônio um bem de caráter público e que deve ser transmitido, conservado e valorizado às gerações futuras. Essa preservação é dever de entidades públicas e/ou particulares. Portanto, o conceito de preservação é inerente ao de patrimônio. Ao enveredar pela historicidade do conceito e de práticas de patrimonialização, foi possível perceber que o avanço dessa agenda se pauta nos interesses dos governos de plantão, muito ao exemplo do que ocorre também em Mato Grosso do Sul, conforme se pretende evidenciar a seguir.

belonging, but also allows us to negotiate a sense of social ‘place’ or class/community identity, and a cultural place or sense of belonging.

⁸ Aprovada em 2001, a Lei nº 10.257, de 10 de julho, regulamenta a política urbana, estabelecendo “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (Brasil, 2002, p.258).

A palavra patrimônio deriva do latim “patrimonium” e significava, para a sociedade romana, a transmissão de bens e heranças. Segundo Mário Chagas (1996), o termo está ligado a uma herança paterna, passada de pai para filho. Porém, o conceito se transformou e o que, inicialmente estava associado à arte e a cultura, adquiriu importância culinária, de valorização das tradições e, até mesmo, na manutenção da fauna e da flora.

Nesta perspectiva, o presente capítulo busca apresentar de que maneira as questões patrimoniais começaram a ser pensadas e aplicadas no Brasil e em Mato Grosso do Sul. Assim considero que os atores, os lugares, os bens culturais e os conceitos de patrimonialização sofrem constante reconfiguração ao longo do processo histórico, por meio de técnicos, sociedade civil, políticas públicas, historiadores e outros pesquisadores da área.

1.1 A política para preservação do patrimônio em Mato Grosso do Sul

A formação do território e suas modificações possibilitam ampliar a pesquisa e avaliação das metas de preservação do patrimônio histórico e cultural concebidas posteriormente, principalmente aquelas ligadas às referências físicas (urbanísticas, ambientais e arquitetônicas). Face aos processos de urbanização e modernização ocorridos em outras localidades brasileiras, em 1914, Campo Grande recebeu a ferrovia⁹. A respeito desse momento, Bittar (1997) pontua:

Outro fator importante contribuiu para acentuar o isolamento do sul em relação ao centro-norte e o sentimento regionalista. Na primeira década do século XX a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, ao ligar o sul do estado a São Paulo, substituiu o caminho das águas pelo caminho dos homens e, nessa arrancada, avultou Campo Grande que, então, passou a desempenhar o papel de centro político do sul. Mas não se tratava exclusivamente de preponderância política: a pujança econômica dessa porção de Mato Grosso fez com que, na década de 40, o presidente Getúlio Vargas declarasse Campo Grande a “capital econômica” do estado. Estavam criadas as condições históricas para que ela desempenhasse também um outro papel: a de protagonista da rivalidade com Cuiabá. Aspirando tornar-se capital, a Cidade Morena, por meio da nova elite política ali criada, editaria outros rumos à causa separatista. A sonhada divisão, porém, esbarraria em acidentados percalços até que chegasse o dia 11 de outubro de 1977. (p.98)

Para a autora, os dois estados já existiam antes mesmo de, burocraticamente, a divisão ser oficializada. Os transportes entre sul e norte do estado, até a construção da estrada de ferro,

⁹ QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Uma ferrovia entre dois mundos: a E.F. Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918-1956). 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. . Acesso em: 14 jan. 2024.

eram feitos por meio fluvial, através dos rios Paraguai e Cuiabá. Dessa forma, a única cidade mais ao sul que Cuiabá mantinha relações próximas era Corumbá, as outras localidades viviam em isolamento. Portanto, quando concretizada a divisão do estado, muitos separatistas que lutaram por essa causa consideraram que foi a oficialização da distância cultural, territorial e, até mesmo, identitária que abrangia o que se tornaram dois estados. A cidade passa a ser um entreposto distribuidor das mercadorias que vinham das regiões industrializadas do Brasil, fortalecendo outra frente para a centralização de atividades econômicas do sul de Mato Grosso, que viria a reivindicar, o desejo de ser em capital de um novo estado¹⁰.

Há o fortalecimento das discussões e o crescimento de adeptos favoráveis à divisão do estado do Mato Grosso, habitando a cidade de Campo Grande. Processo que duraria até o ano de 1977, quando Geisel, ocupou o mais alto posto político federal, em plena ditadura militar e assinou a lei que incluiu o desenho de uma estrela na bandeira brasileira, que viria a representar a formação de Mato Grosso do Sul. Segundo Antônio Lopes Lins (1976) a lista de nomes ativos no ideal separatista era longa e continha nomes como Eduardo Olímpio Machado, Vespasiano Barbosa Martins, Arlindo de Andrade, Eduardo Santos Pereira, Nicolau Fragelli, Demosthenes Martins, Laucídio Coelho, Arnaldo Estevão de Figueiredo, Fernando Corrêa da Costa, entre outros.

A ideia de nacionalismo e identidades regionais não são recentes no Brasil, mas encontram lastro mais consolidado a partir da criação do IHGB (1838) e de seu famoso concurso de monografias. Desta feita, muitos intelectuais procuraram constituir uma identidade comum a todos os brasileiros, no despontar da República, dessa maneira, o surgimento de novos grupos políticos, ambientes e contextos sociais diferentes incentivaram a busca por novos sustentáculos de uma identidade nacional. Tema de importância para os historiadores, pois, como analisa Hobsbawm (2004), “é que seu objeto tem importantes funções sociais e políticas”, as questões de identidade aparecem como ponto relevante para um bom entendimento das escolhas patrimoniais, tanto nacionais como regionais, já que as nações são “entidades historicamente novas fingindo terem existido durante muito tempo”, constatando-se “inevitável que a versão nacionalista de sua história consista de anacronismo, omissão, descontextualização e, em casos extremos, mentiras”. O autor argumenta ainda que “Em um grau menor, isso é verdade para todas as formas de identidade, antigas ou recentes” (Hobsbawm, 2004, p.284-285). Deste modo, seria de interesse dos historiadores “insistir na [...] importância central da

¹⁰ BITTAR (1997), SILVA (1996), VALLE (1996), WEINGARTNER (1995) e ZORZATO (2000).

distinção entre fato histórico verificável e ficção”, realizando pesquisas de forma a questionar a “nacionalidade” e “todas as demais ideologias de identidade coletiva” (id., p.288-289).

Essa movimentação se repete de forma muito semelhante em diversas cidades e estados brasileiros, em Mato Grosso do Sul não é diferente, a identidade sul-mato-grossense começa a ser formada então na base da dicotomia norte ultrapassado - sul próspero, nas palavras de Paulo Roberto Cimó Queiroz: “Desse modo, a divisão identifica no Sul apenas características positivas: tudo o que ali havia de negativo era reflexo da má política, do abandono e da opressão dos dirigentes cuiabanos” (2006, p.168). Para Ziliani (2000, p. 82-83), após a divisão, dois assuntos foram recorrentes: a cultura e a formação cultural, em busca de afirmar essa identidade própria do MS.

No aspecto da preservação dos bens culturais, que interessa a este estudo, são criadas a Fundação de Cultura (1979), instituída através do primeiro Diário Oficial (DOEMS Nº1, 1979, p. 1-12), quando o então governador Harry Amorim Costa, nomeado pelo Presidente-General Ernesto Geisel, concebeu a Secretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos como órgão responsável por regular a promoção e o desenvolvimento da cultura no estado. Foi instituído também, o Conselho Estadual de Cultura, colegiado responsável por supervisionar os trabalhos realizados pela Fundação de Cultura. Com independência financeira, esta última tinha por finalidade planejar, promover e executar atividades voltadas para a preservação da memória e o desenvolvimento cultural do Estado (DOEMS Nº1, 1979, p. 21-22).

Outras entidades foram chamadas a colaborar na causa da identidade cultural de Mato Grosso do Sul, o governador Harry Amorin Costa “solicitou à UFMS [Universidade Federal de Mato Grosso do Sul], que, por sua vez, se envolvesse nesse esforço de levantamento de identidade cultural do estado, que subsidiaria o lançamento de projetos, por parte da Fundação, visando o aproveitamento das potencialidades detectadas” (Neder, 2011, p.24). Para os agentes da Fundação a inserção dessa temática teve grande influência política pois:

[...] não por adesão acrítica dos agentes dela participantes, mas por este objetivo articular-se com seus interesses progressistas. Pelo exame de sua atuação, percebemos como foi construído um consenso em torno da necessidade de desenvolver uma identidade cultural para o MS, fundado em interesses contraditórios de grupos bastante distintos, ideologicamente. No caso do grupo que assumiu a Fundação de Cultura, seus interesses eram voltados ao desrecalque da cultura local, em oposição à importação de modelos de fora, convergindo com a preocupação de Guizzo (Neder, 2011, p. 241).

O momento político não era favorável entre os anos 1977 e 1979 e os primeiros governadores¹¹ do recém-criado estado foram instituídos impostos diretamente pela presidência, que era militar, antidemocrática. Essas inconstâncias políticas refletiam em todo aparato administrativo do estado, ocasionando a extinção da Secretaria para Desenvolvimento de Recursos Humanos e, conseqüentemente a Fundação da Cultura no ano de 1979, como se observa pelo Decreto-Lei nº 117: —Art. 14 – O Poder Executivo fica autorizado a promover a extinção das Fundações relacionadas nos incisos I a V, do art. 7º do Decreto nº 8 de 1º de janeiro de 1979 (DOEMS Nº 145, 1979, p. 2). A partir desse desdobramento, o Conselho Estadual de Cultura seguiu ativo, supervisionado pela Secretaria de Desenvolvimento Social que, futuramente, elaboraria o Documento Preliminar – Política Estadual de Cultura (1981). O então modelo administrativo do segundo governador de MS tinha como líder da pasta da Secretaria de Desenvolvimento Social o sr. Rubens Nunes Cunha, nessa época o Departamento Estadual de Cultura estava organizado em Diretoria de Patrimônio Cultural e Diretoria de Difusão Cultural e entre suas funcionalidades estavam:

Art. 7º - Ao Departamento Estadual de Cultura compete promover, apoiar, orientar, coordenar, executar e controlar as atividades de preservação da memória cultural e de difusão cultural na defesa da identidade de Mato Grosso do Sul, e:

I - através da Diretoria de Patrimônio Cultural:

a) propor, coordenar e controlar programas, projetos e atividades voltados para o levantamento, conservação e defesa do Patrimônio cultural do Estado;

II - através da Diretoria de Difusão Cultural:

a) propor, coordenar e controlar programas, projetos e atividades ligados à área cultural, promovendo e incentivando a criação artística e literária (Decreto nº 301, de 19 de outubro de 1979).

Segundo pesquisa desenvolvida no trabalho de Tese de Maiara Laís Pinto, podemos observar uma grande presença de acadêmicos nos trabalhos que abrangiam a cultura em Mato Grosso do Sul:

A presidenta do CEC era a Prof.^a Maria da Glória Sá Rosa (professora da UFMS, campus de Campo Grande) e o vice era o Pe. Félix Zavattaro (religioso salesiano, professor das Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso – FUCMT, de Campo Grande). Os demais membros eram: José Octávio Guizzo (advogado, escritor e compositor), José Couto Vieira Pontes (advogado e escritor), Rafael Cubel Zuriaga

¹¹Os governadores no período de 1979 a 1982 eram nomeados diretamente pela presidência, ou seja, esses políticos eram instituídos por um governo militar. Até o retorno das eleições diretas para governador, que aconteceu em 1982. Mato Grosso do Sul teve, neste curto período, os seguintes governadores: Harry Amorin Costa (Jan/79 a Jun/79); Marcelo Miranda Soares (Jun/79 a Out/80); Londres Machado (13 a 30/Jun/1979 – 28/10/1980 a 7/11/1980); Pedro Pedrossian (Nov/80 a Mar/83), todos nomeados diretamente pelo Presidente militar, mas sob influência de mandatários locais.

(médico e poeta), Paulo Corrêa de Oliveira (arquiteto, dramaturgo e professor da UFMS/Aquidauana), o Pe. Ângelo Jaime Venturelli (missionário salesiano, professor de curso científico e das Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso – FUCMT, membro da ASL e IHGB/MS, autor da Enciclopédia Bororo), José Barbosa Rodrigues (jornalista e escritor, proprietário do jornal Correio do Estado), Valmir Batista Corrêa (doutor em História, professor da UFMS/Corumbá), Flora Egídio Thomé (poetisa, professora da UFMS/Três Lagoas) e Luiza Vasconcelos (professora da UFMS/Dourados) (cf. Relatório das atividades desenvolvidas pelo Conselho Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul no ano de 1980 (2020, p.62).

Em sua tese, Pinto (2020) defende que o estado possuía poucos patrimônios, em sua maioria bens naturais localizados em Bonito, Corumbá e Campo Grande. No mesmo ano o estado também recebe sua primeira visita de membros do Sphan, como aponta Pinto:

Destaca-se também a visita de membros do Sphan para conhecer alguns lugares no estado e o apontamento feito sobre a necessidade de conhecer os espaços a serem preservados pela instituição a nível nacional. Noto que não foi mencionado o Forte Coimbra, localizado em Corumbá, que já era tombado pelo Sphan. Por fim, a análise do documento permitiu identificar a presença de nomes marcantes na política cultural. Alguns permaneceram por mais um tempo em atuação, o que influenciou nesta política, que muitas vezes não é valorizada pelos governantes, mas que no MS terá um papel preponderante na formação de uma identidade sul-mato-grossense (2020, p.64).

Em 1981, foi aprovada a estrutura do órgão Instituto Luiz Albuquerque, subordinado à SDS, que se localizava em Corumbá e possuía a finalidade de prestar apoio técnico no campo da pesquisa e executar as demais atividades relacionadas à política de desenvolvimento social. É interessante observar que esse órgão foi criado fora da capital do estado, o que demonstra, para Pinto “a intenção e a preocupação em conhecer e desenvolver o estado na área do desenvolvimento social, assim como a história cultural do MS” (2020, p.65), ampliando as redes de proteção e, conseqüentemente, descentralizando os órgãos estaduais. É importante pontuar que esses documentos foram gerados durante a ditadura militar brasileira, que no contexto da década de 1980 intensificou e priorizou no Brasil todo o processo de reconhecimento e musealização do patrimônio militar, através da constituição da Associação Nacional dos Veteranos da FEB e da Associação dos ex-combatentes do Brasil, que possuem sedes espalhadas por todo território nacional.

Em apenas um ano foram diversos acontecimentos, como a primeira lei estadual para a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico de Mato Grosso do Sul de nº 245, de 1º de julho de 1981¹². Organizada em 30 artigos, a lei possui quatro capítulos: “Do Patrimônio Histórico e

¹²Disponível em: https://www.tjms.jus.br/legislacao/public/pdf-legislacoes/lei_n.245.pdf. Acesso em 29 de janeiro de 2023.

Artístico”; “Do Tombamento”; “Dos Efeitos do Tombamento” e “Das Disposições Gerais”.

Segundo o artigo 1º:

Constituem o patrimônio histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico e paisagístico do Estado de Mato Grosso do Sul os bens móveis e imóveis, particulares ou públicos, existentes em seu território, os quais, pelo seu excepcional valor histórico ou estético, requeiram a intervenção do Poder Público para seu tombamento, conservação e preservação.

No governo de Pedro Pedrossian ocorreram poucas alterações na política de cultura e patrimônio do estado, com um novo decreto dois anos após o início de sua administração, aprovado no dia 26 de outubro de 1982, nº 1.832. Segundo Pinto:

Outra ação realizada durante o governo de Pedro Pedrossian foi o “Levantamento do Patrimônio Histórico do Mato Grosso do Sul” – “Fase Campo Grande”. Esta foi a primeira etapa do projeto, realizado pelo DEC/SDS, e que contou com um convênio 27 com a SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, órgão do governo federal). O material publicado, intitulado “Memória da cidade de Campo Grande – depoimento de moradores, história e fotografia do acervo cultural – MONUMENTO”, de 9 de março de 1983, foi elaborado pela então diretora do Patrimônio Cultural, a Prof.^a Lígia Carriço de Oliveira Lima, com base em entrevistas realizadas com “ilustres personalidades”, pesquisas nos arquivos públicos, cartórios e álbuns de famílias com o objetivo de coletar “elementos identificadores de nossa cultura, da fundação de Campo Grande até o Campo Grande de hoje” (Memória da cidade de Campo Grande, 1983). É pertinente pontuar que, conforme o documento analisado, existiu uma mudança em cargos da SDS, neste momento o secretário era Fauze Scaff Gattass Filho e o diretor geral do DEC era Javan de Castro Coimbra (2000, p.69).

Após três governos interrompidos por atos autoritários da ditadura militar e de gabinetes das elites político-econômicas, a derrota de Pedro Pedrossian marcou o retorno da normalidade democrática no estado. A chapa eleita em 15 de novembro de 1982 era formada por Wilson Barbosa Martins e Ramez Tebet, governador e vice, respectivamente.

Foi em 1983, após seguidas mudanças de governo, que o então governador Wilson Barbosa Martins recompôs a Fundação de Cultura. Neste processo de reformulação dos trabalhos, José Octávio Guizzo foi indicado pelo Conselho Estadual de Cultura para exercer a nova função. Para Pereira (2017):

A indicação de Guizzo à presidência da Fundação de Cultura, que ocorreu em 1984, foi em virtude da sua atuação como militante, político e pesquisador da própria cena cultural da região, mas, também, pelas relações pessoais que mantinha com integrantes do governo, sobretudo, com aqueles que integravam a secretaria responsável pela Fundação. Seu trabalho enquanto advogado e estudioso, o credenciou como intelectual e crítico, e suas relações políticas o avalizaram como

presidente de uma autarquia governamental voltada à determinação das ações culturais oficiais do Estado de Mato Grosso do Sul (p.72).

No histórico da instituição presente em seu site¹³, esse momento é mencionado seguido da sua função de “planejar, promover, incentivar e executar atividades que aproximem a população das diversas manifestações artístico-culturais sul-mato-grossenses, fomentando o mercado cultural do Estado e democratizando o acesso a todas as expressões artísticas”¹⁴. A busca é pelo desenvolvimento cultural do estado, do patrimônio cultural e da pluralidade local. Esse momento acompanha o ritmo nacional já citado anteriormente de envolver a população nas políticas de preservação, como demonstra Pinto (2020):

A população sul-mato-grossense foi mencionada nos cartazes da “Campanha Memória Cultural”, assim como estava, no documento da campanha, a ideia de que não bastavam apenas apelos da Secretaria de Desenvolvimento Social para “alertar, denunciar, conscientizar, tomba e preservar na área do patrimônio. É preciso criar mecanismos maiores, inclusive engajar a sociedade sul-mato-grossense, o Governo do Estado como um todo e organismos do Governo Federal” (cf. Campanha para Preservação da Memória Cultural, 1983, p. 3, in Dossiê Memória Cultural. Apud. PINTO, 2020, p.75).

É importante ressaltar que as mudanças culturais devem vir acompanhadas das modificações da política patrimonial. Nesse sentido, a campanha iniciada em Corumbá mobiliza diversos municípios de Mato Grosso do Sul. Conforme o Ofício Circular nº 122/83, de 01/12/1983, examinado por José Octávio Guizzo, essa proposta para a preservação da identidade foi enviada para 54 cidades e informava que os “cartazes alusivos ao lançamento da Campanha pela Preservação Memória Cultural de Mato Grosso do Sul, realizada em Corumbá e que agora atinge o estado todo”. (cf. Ofício circular nº 122/83, in Dossiê Memória Cultural). Desse modo, durante a década de 1980, o contexto formado entre a ditadura civil-militar e o gradual processo de redemocratização do país deu ao termo “patrimônio” uma maior abrangência de significados e intencionalidades. Assim, nos estudos sobre patrimonializações que ocorreram nesse tempo, como é o caso do Museu José Antônio Pereira, compreender os movimentos de 1980 é significativo para a apreensão dos projetos, ações e políticas públicas que cercavam as decisões quanto aos novos domínios da cultura.

Diante desse contexto, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Campo Grande, por meio da Divisão de Cultura, iniciou, por sua vez, o “Projeto Memória” que, acompanhado

¹³ Ver: <https://www.fundacaodecultura.ms.gov.br>. Acesso em: 29 de janeiro de 2023.

¹⁴ Disponível em: <https://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/a-fundacao/historico/>. Acesso em: dois de maio de 2023.

do Sphan-Pró-Memória, possuía como trabalho inicial as ações de restauração do Museu José Antônio Pereira, além do inventário de bens imóveis da capital (cf. Circular nº1/84, de 5/1/1984, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para o Secretário de Estado para Assuntos da Casa Civil)¹⁵.

Considerando o contexto nacional favorável para discussão da relevância do Pantanal Sul-mato-grossense o secretário da SDS, Rosário Congro Neto, participou do 1º Fórum Nacional de Secretários de Cultura, que aconteceu em Curitiba na data de 12/11/1983. (Pinto, 2020, p.85), algumas recomendações foram feitas para o sucesso da preservação no pantanal sul-mato-grossense e Corumbá:

Sensibilizar toda a comunidade internacional, na perspectiva de dar continuidade à consolidação dos reais objetivos da garantia da defesa do santuário ecológico do Pantanal e reivindicar ao Sphan – Fundação Nacional Pró-Memória, o estudo de viabilização do processo de tombamento do Pantanal Sul-matogrossense [sic], que indubitavelmente proporcionará, numa etapa posterior, a sua ansiada caracterização como patrimônio cultural da humanidade, atribuindo-se desta forma, os mais eficientes mecanismos legais de proteção e preservação do incomensurável bem de todos nós (Jornal da Manhã, 15-16/11/1983, p. 3. Apud, PINTO, 2020, p.85)

Após essas discussões iniciaram-se campanhas locais para estudo e preservação do Pantanal. Consequentemente, foi aberto no ano de 1893 o processo junto ao Sphan para seu tombamento como patrimônio cultural, procedimento esse que foi indeferido¹⁶. Apesar desse indeferimento, Corumbá se tornou assunto de interesse do Sphan, o Forte Coimbra foi tombado no ano de 1974 e na intenção de refletir sobre novos tombamentos para o estado, técnicos da instituição visitaram a região em 1983 (Pinto, 2020, .87).

Segundo o Iphan, tombamento pode ser entendido como:

[...] um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, 2004).

¹⁵ Documento disponível no Arquivo Público do MS, Fundo da Casa Civil, ofícios de 1983-1984, caixa 9. Pesquisa realizada em junho de 2023.

¹⁶ Informações encontradas no site do Iphan, lista de bens tombados e processos em andamento atualizada em 29/12/2022. Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20por%20Estado.pdf>. Acesso em: 25 de fev. 2023.

Os esforços dessa empreitada só foram vistos dez anos após o seu início, em 1993 quando, já com o nome Iphan, a instituição tomba o conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico de Corumbá, conforme consta a seguir:

O tombamento do conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico de Corumbá, pelo Iphan, ocorreu em 1993. Fundada para proteger o território ao sul de Mato Grosso, em 1778, a cidade teve, inicialmente, a função de um posto avançado para abastecer o Presídio de Coimbra e o Forte do Príncipe da Beira, sendo também considerada um centro de influência na zona de fronteira entre o Pantanal (Brasil) e a região do Chaco (Bolívia e Paraguai). Situada em uma região de rara beleza, no pantanal sul-matogrossense e à margem do rio Paraguai, Corumbá é também conhecida como a “Capital do Pantanal” e “Cidade Branca”, devido à cor de suas terras, ricas em calcário.

O interesse pela cultura sempre foi um ponto forte da cidade de Corumbá, devido à grande miscigenação de povos em sua formação. Em épocas áureas, mesmo com o difícil acesso aos outros estados brasileiros, trazia-se companhias de teatro do Rio de Janeiro para apresentação na cidade. Da época de grande prosperidade, Corumbá guarda preciosos registros históricos e arquitetônicos dos seus belos casarões e sobrados em estilo europeu¹⁷.

Atualmente, Mato Grosso do Sul possui seis bens imateriais tombados a nível estadual e federal e doze bens materiais tombados a nível estadual e federal. Outros diversos bens são protegidos a nível municipal. O Iphan - MS atua em diversas atividades que englobam o patrimônio cultural do Estado, com registro dos seguintes bens tombados em nível federal:

TABELA 1- Bens Tombados no âmbito federal (MS)

BEM TOMBADO	LOCAL	ANO DE TOMBAMENTO
Conjunto Histórico, arquitetônico e paisagístico do Casario do Porto	Corumbá	1993
Grutas do Lago Azul e Gruta de Nossa Senhora Aparecida	Bonito	1978
Complexo Ferroviário Histórico e Urbanístico da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil	Campo Grande	2009
Ponte Eurico Gaspar Dutra	Corumbá	2011

¹⁷ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/366/>. Acesso em: 12 de jun. 2023.

Conjunto de edificações que compõem o Forte de Coimbra	Corumbá	1974
Forte Junqueira e Muralhas do 6º Distrito Naval ou Base Fluvial de Ladário	Corumbá e Ladário	2014
Registro do modo de Fazer da Viola-de-Cocho	Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	2004
Lugar em que estiveram sepultados o Guia Lopes, o Coronel Camisão e o Tenente Coronel Juvêncio	Jardim	2016
Banho de São João de Corumbá e Ladário	Corumbá e Ladário	2021
Ofício dos Mestres da Capoeira	Brasil	2008

Fonte - Elaborado por Ayabe (2024)

A política para salvaguarda de bens culturais imateriais, organizada a nível federal pelo Iphan adotou esse conceito para realizar seu trabalho em diversas regiões do país:

Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão distantes, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidades, são o que popularmente se chama de “raiz” de uma cultura¹⁸.

Contudo, é importante lembrar que, devido aos avanços nacionais, governos estaduais e municipais elaboraram sua própria legislação de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Esses planos precisam obedecer e valorizar os modos de expressão, de transmissão e de organização próprios das comunidades envolvidas, condição primordial para a continuidade das práticas. No caso das políticas estaduais, o movimento em torno da preservação do patrimônio local acompanha os incentivos de descentralização do Iphan. Por meio do decreto normativo nº

¹⁸ Manual de aplicação do INRC. Brasília, Iphan/DID, 2000, p.29. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf. Acesso em: 27 de fevereiro de 2023.

12.847, de 16 de novembro de 2009, o primeiro bem imaterial estadual é registrado: a cerâmica produzida pelos Terena da Aldeia Cachoeirinha, que se localiza próxima ao município de Miranda.

Seguido desse momento, outro bem imaterial foi patrimonializado - “O modo de fazer Tereré, no município de Ponta Porã (MS), o qual, segundo Carlos Barros Gonçalves, é uma “bebida com grande inserção histórica e cultural na região” (2023, p.53). Para o autor a bebida foi tardiamente reconhecida, pois, é muito consumida em diversos municípios do estado e representa uma parte relevante da economia de Mato Grosso do Sul (Gonçalves, 2023, p.53).

Entender todo esse processo facilita a compreensão dos motivos que levaram o Museu José Antônio Pereira a ser tombado e se tornar, cada vez mais, objeto de interesse de pesquisadores de áreas diversas, afinal, ele se encontrava inserido no processo de reconfiguração do campo do patrimônio cultural (1980/1990). O local possuía a capacidade de corresponder com anseios de desenvolvimento local e invenção de uma identidade que contemplasse o Sul, demarcando uma singularidade em relação ao norte.

1.2 - Os patrimônios eleitos em Campo Grande

Em momento anterior, a justificativa da escolha da cidade de Campo Grande como local de investida para os estudos históricos, com foco em seus patrimônios, foi apresentada. No entanto, considera-se oportuno apontar que há uma série de espaços patrimonializados na cidade, ao longo das décadas que nos sucederam. Assim, pretendemos introduzir aspectos inaugurais dos patrimônios oficiais da cidade de Campo Grande¹⁹, ou seja, patrimônios tombados a nível municipal, sem abordar diretamente os principais aspectos da configuração territorial, política e social anterior à sua divisão, por entender ser prejudicial a compreensão histórica, pois a cidade carrega consigo fortes aspectos desse momento histórico. Em boa medida, o momento funciona como impulsionador para escritores e memorialistas produzirem versões da história da região, que agora como capital de um estado, reforça a suposta necessidade de identificação e diferenciação de outras localidades com menor importância política. Como apontado na introdução, a noção de região, ou mesmo o conceito é algo significativamente problemático no campo histórico. Tal conceito é cercado por muitas

¹⁹ Desde sua fundação em 26 de agosto de 1899 até os primeiros meses de 1977, Campo Grande pertencia ao estado de Mato Grosso. Após a divisão do território em 11 de outubro de 1977, o município se torna a capital do estado de Mato Grosso do Sul.

dificuldades associadas ao tratamento rigoroso, e por muitas vezes rígido, da sua definição, sobretudo na geografia. Bourdieu (2004), lembra que a região é o que está em jogo como objeto de lutas entre cientistas, não só geógrafos é claro, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo desde que existe uma política de regionalização e movimentos regionalistas, economistas e sociólogos. Assim, ela deixa de ser um dado exato que serve para demarcar um espaço físico e passa a ser fonte de análises diversas.

Assim, retomando Albuquerque Júnior (2008), o historiador que se interessa pela região, por qualquer recorte espacial que é assim nomeado, deve estar atento para os afrontamentos políticos, as lutas pelo poder, as estratégias de governo, de comando, os projetos de domínio e de conquista que aí estão investidos, que fizeram parte de sua instalação e demarcação, que estabeleceram as fronteiras e os limites que agora podem reivindicar como sendo naturais, ancestrais, divididos ou legítimos. O autor conclui que “Definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza” (2008, p. 35). O objetivo é contrariar a imagem de eternidade que sempre é associada ao espaço, visto que a elaboração da região se dá muito mais no campo cultural do que no político.

Não podemos esquecer que para estudar a formação de cidades, invocar o urbano é fator decisivo, assim como: relações econômicas, de poder e políticas de colonização. Segundo Holanda (1995, p. 95), a fundação de cidades “foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram”. Além disso, a região não teve um plano de colonização, mas dois: um que surgiu juntamente com a ação bandeirante, predadora e mineradora, outro com a busca por manutenção e ampliação do território feita pela Coroa portuguesa na intenção de efetivar seu império:

A formação de arraiais, vilas, cidades, destacamentos militares, fortalezas, feitorias, registros, fazendas, distritos de mineração, constituíam-se em artefatos político administrativos utilizados pela Coroa em diferentes partes do Império, cuja finalidade visava dar organização espacial, instalar as bases do poder metropolitano, “civilizar” populações, manter o controle de rotas comerciais e produzir riquezas voltadas para a metrópole portuguesa. (Chaves, 2008, p.18)

E no que se refere a Mato Grosso, Nauk Maria de Jesus, afirma que:

A planificação das vilas e cidades no império colonial português objetificava ter maior controle sobre as pessoas que habitavam espaços urbanos, transformá-lo em um verdadeiro lugar de colonização lusitana. No caso de Mato Grosso buscava-se também

que o recém-conquistado território na fronteira oeste garantisse frente à Coroa espanhola a posse e uso do espaço. (2011, p.334)

A movimentação de pessoas no Sul do então estado de Mato Grosso, começa mais tardiamente, após o fim da Guerra do Paraguai, quando se espalham as notícias sobre os grandes campos de Vacaria e terras devolutas presentes nessa região. Com esses relatos se multiplicando, se intensifica o processo de imigração, feito, principalmente por: cuiabanos, goianos, mineiros, paulistas e gaúchos. Esse início de povoamento, suas causas e consequências já se diferem da região norte de Mato Grosso. Assim, o Arraial seria elevado a distrito no ano de 1889, à vila em 1899 e em 1918 viria a ser considerada a cidade de Campo Grande²⁰.

Para pensar a trajetória das políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio cultural de Campo Grande, recorreremos à afirmação de Dominique Poulot (2009, p.12) que diz “a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio”. Assim, buscamos compreender como esses patrimônios foram sendo definidos e conformados, em diversos contextos, partindo de sentidos e valores que revelam escolhas políticas.

Dessa forma, propomos tomar como partida o início da formação urbana da cidade, tempo em que aconteceu a construção de locais que posteriormente seriam tombados pela Fundação Municipal de Cultura. Simultâneo aos domínios da cultura, interessa saber de que maneiras os discursos e práticas em favor da construção de uma identidade local foram construindo as referências dos patrimônios culturais como marcadores da particularidade regional, visando garantir a cidade seu lugar de capital.

O processo de fundação da cidade de Campo Grande, a sua ocupação territorial por posseiros e o seu consequente processo de produção do espaço urbano remontam ao ano de 1872, com a primeira chegada de José Antônio Pereira, Antônio Luís, os escravizados João e Manuel e o guia Luís Pinto Guimarães como sugere Machado (1990). Após a decisão de estabelecer-se naquele local José Antônio Pereira regressa para Minas Gerais na intenção de buscar sua família, de acordo com Antônio Firmino de Oliveira Neto e Carlos Martins Júnior (2020, p.258) “Em 1875, numa segunda viagem, o mineiro trouxe a caravana de parentes e de amigos, que completava 62 integrantes, dando início, assim, ao Arraial dos Pereiras, que viria a se transformar no vilarejo de Santo Antônio de Campo Grande [...]”.

²⁰ Distrito criado com a denominação de Campo Grande pela Lei n.º 792, de 23-11-1889. Elevado à categoria de vila com a denominação de Campo Grande, pela Resolução Estadual n.º 225, de 26-08-1899. Elevado à condição de cidade com a denominação de Campo Grande, pela Lei Estadual n.º 772, de 16-07-1918.

O Arraial de Santo Antônio de Campo Grande era ponto central da religião e política do sul de Mato Grosso. A região permaneceu em constante movimento após alcançar o status de vila e, dessa forma, o espaço urbano foi construído por população pequena, mas diversificada. Ao receber a visita do arcebispo de Cuiabá, Dom Carlos Luiz D'Amour, em 1886, foi feito o seguinte relato:

O arraial denominado Campo Grande, há uns dez anos atrás não era conhecido; não havia ali viva alma nem sombra do que hoje é – uma povoação pequena, mas que promete um futuro imenso crescendo espantosamente como vai de dia para dia. Está situada nas vertentes principais do Anhanduhy e confluência do Aquidauana, que se lança no Paraguai, abaixo da serra do Rabicho. Consta 86 casas, quase todas de telha, sem ordem alguma de arruamento, e ocupa um lugar alto, plano, de vista magnífica. *A pequena Igreja foi construída em 1876 (época em que se começou o povoado), pelo Sr. José Antônio Pereira, a quem o povo auxiliou com serviços e esmolas, não entrando nessas obras um aceno ao menos do governo provincial.* [...] Há um pequeno cemitério cercado de madeira. A não ser o instrumento de nossa redenção, que eleva-se grosseiramente talhado, traduzido a aspirar ao céu, nada mais tem digno de menção. (Leite, 1977, p.182) grifos nossos.

Textos históricos descrevem o início da organização urbana de Campo Grande, como arraial, cujo marco era a igreja, onde atualmente se encontra a praça Ary Coelho (Souza, 2010, p.17)

Em torno de 1872, o primeiro cemitério de Campo Grande foi fundado junto com o povoado. Sua localização ficava no ponto mais central da cidade, na atual região da Praça Ary Coelho. [...] Em Campo Grande, o cronista Paulo Coelho Machado relata que no ano de 1887, tendo em vista a expansão da cidade para o norte, uma reunião da comunidade decidiu o destino do velho cemitério que se localizava na região central, atual Praça Ary Coelho, criado desde a fundação do povoado. Estava a uma distância máxima de quinhentos metros da antiga Igreja de Santo Antônio, em local baixo e não elevado, muito próximo das casas. (Souza, 2010, p.31)

As reflexões aqui colocadas são voltadas ao espaço urbano da cidade, no entendimento de que nela podemos encontrar um entrecruzamento da memória e história dos seus moradores, essencial para o estabelecimento do que é patrimônio na localidade e sua representação social. Segundo Oliveira Neto e Martins Júnior (2020), após a chegada de José Antônio Pereira, o primeiro plano de arruamento da cidade demorou ainda trinta anos para ser realizado. Durante todo esse tempo, “a forma de produção espacial da área por onde hoje estrutura-se a cidade de Campo Grande restringiu-se basicamente na ocupação de uma estreita faixa localizada ao longo da margem direita do córrego Prosa” (p.259). De acordo com os autores, mesmo sem ainda apresentar qualquer característica urbana, os primeiros ranchos foram construídos seguindo uma ordem de linha, se assemelhando a uma rua. Barthes (1987), afirma que: “A cidade é um

discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala aos seus habitantes, nós falamos a nossa cidade, a cidade onde nós nos encontramos simplesmente quando a habitamos, a percorremos, a olhamos (p. 189).” Assim a cidade, para Araripe:

[...] oferece um acervo cultural – uma memória – que pode representar um importante papel de construção social que minimize as desigualdades e diferenças apreendidas da escola e, assim, contribuir para uma educação transformadora. Observamos, por conseguinte, que o conhecimento e o reconhecimento do que “esconde” a cidade é por demais significativo como fonte de (in)formação no processo educacional e a construção de um “indivíduo cidadão” (2004, p.116)

Como reflexo dessa movimentação geopolítica, Campo Grande torna-se interesse de pesquisadores e professores, também do Ensino de História. A presença cotidiana do “homem ordinário”, como chama Michel de Certeau (1994), suas ações e interferências no meio urbano, ao constituir lugares de memória, caminham no sentido de atribuir valor e importância para o ensino e pesquisa nas ciências humanas.

Pensar a cidade sob o prisma dos significados atribuídos a ela pela noção de patrimônio, prevê compreender as lógicas que priorizaram o uso e a valorização dos espaços, objetos, práticas e outros que as colocam nesse lugar de destaque. As decisões, embora coletivamente construídas, podem aparecer, ao longo do tempo, como objeto de disputas simbólicas, revelando interesses divergentes de diversos atores sociais que habitam a cidade. Os discursos sobre a cidade estão detalhados por diversos interlocutores, destacam-se: cronistas, historiadores, políticos e profissionais do planejamento urbano. (Barreira, 2003, p. 316)

Visto isso, as cidades formam parte significativa do pensamento social cercada, não apenas por projetos/pensamentos teóricos, mas também pela intervenção de seus líderes políticos e das pessoas que a habitam. Assim, o imaginário que a cerca constitui um rico caminho analítico e inesgotável, possibilitando pensar também como as circunstâncias históricas interferem na urbe.

A concepção de ressignificar e criar usos para o espaço urbano demonstra uma busca pela relação mais orgânica entre passado e presente. Após críticas a respeito do descaso com o espaço urbano e na busca por restabelecer a “história” da cidade através de uma política de preservação do patrimônio ganharam destaque nas últimas décadas em Campo Grande. Esse movimento de “revitalização” do centro da cidade e “reforma” de monumentos acompanha o fluxo de transformação e preservação característico de outras cidades brasileiras, principalmente as capitais.

Nessa dicotomia entre modernizar e manter viva a memória, os monumentos aparecem com grande destaque em centros urbanos. A palavra Monumento é derivada do latim *monere*, que significa advertir, lembrar. Para a historiadora francesa Françoise Choay (2001, p.18), seu sentido original se aproxima ao conceito de memória, apontando-o como “tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer com que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças”. Portanto, inserido em centros urbanos, o Monumento possui como um de seus papéis, a garantia de lembrar ou não esquecer fatos, datas, pessoas ou crenças, tornando-se, assim, um instrumento da memória. Para Beatriz Mugayar Kuhl, que estuda a importância da História e da historiografia para quem atua com bens culturais, conhecer e entender os aspectos históricos de um monumento é essencial para a atuação desses profissionais, segundo a autora:

[...] a historiografia pode prescindir, da conservação e da restauração; já as ações de preservação não deveriam prescindir, jamais, da história e historiografia, e os profissionais atuantes na preservação, mesmo não sendo historiadores, deveriam possuir uma “visão histórica” e sólida formação no campo – para entender e respeitar aquilo que é relevante do ponto de vista histórico-documental -, pois a ausência de uma consciência histórica pode trazer, e na maioria dos casos traz, consequências da maior gravidade nas ações sobre os bens culturais (2006, p.17).

Aquilo que se considera bem histórico é mais facilmente notado quando se insere oficialmente nas políticas de tombamento - instrumento jurídico que atua nas formas de preservação. A proteção e preservação legal de um bem cultural, segundo a legislação vigente no Brasil, é requerida através do tombamento.

Esse procedimento pode ser aplicado a bens imóveis ou móveis, que sejam de interesse cultural ou/e ambiental. Pode ser realizado pela União, pelo Governo Estadual ou pelas administrações municipais. Um bem tombado não precisa ser desapropriado, podendo, até mesmo, ser vendido ou alugado, contanto que as regras para preservação sejam seguidas. A solicitação de tombamento pode ser feita por qualquer pessoa física ou jurídica e será avaliada pelos órgãos responsáveis.

Após avaliação técnica e deliberação dos órgãos responsáveis pela preservação, caso ocorra a aprovação do pedido, o bem já se encontra protegido legalmente. Assim, é expedida uma notificação ao seu proprietário, caso o bem seja privado, o procedimento termina com a inscrição no Livro de Tombo. A nível federal o órgão responsável por esse transcurso é o Iphan, como apresentado no item anterior.

Em Campo Grande, atualmente o órgão responsável por dar encaminhamento aos pedidos de tombamento é a FUNDAC (Fundação Municipal de Cultura), que envia o processo para ser protocolado no órgão central de administração municipal (SEMAD). Atualmente, a cidade conta com 18 bens tombados no âmbito municipal e a sua estreia no campo da preservação de patrimônios se deu no dia 9 de setembro de 1975 quando o Obelisco foi tombado²¹ pela prefeitura.

O monumento foi construído como forma de homenagear José Antônio Pereira, a quem se atribui a condição de fundador da cidade, e sua inauguração aconteceu no dia 26 de agosto de 1933. A homenagem foi idealizada pelo Coronel Newton Cavalcante, que atuava como comandante da Circunscrição Militar e, segundo Oliveira Neto (2003, p.53) os monumentos construídos na cidade que datam dessa época correspondiam a “[...] um momento de afirmação da presença do Estado brasileiro na cidade e da opção da elite local de reforçar a inserção daquela sociedade no mundo do capital e da modernidade”.

FIGURA 1 - Obelisco da cidade de Campo Grande (MS)



Fonte: Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande, edição especial. 2011, p.106.

Feito de alvenaria e coberto por pintura branca, o que justifica sua patrimonialização é a intenção de preservar a sua materialidade e características arquitetônicas da época. Assim, no ato de seu tombamento, o executivo municipal se incumba de manter a conservação do monumento, assim como proíbe sua demolição e danos à sua estrutura.

²¹ Lei Legislativa nº 100, de 9 de setembro de 1975.

O segundo bem a ser tombado no âmbito municipal, foi o atual Museu José Antônio Pereira através do decreto nº 4934, de 20 de abril de 1983. Segundo Zarbato, esse espaço museal “foi inaugurado na casa que pertenceu à família de José Antônio Pereira na fazenda Bálsamo em Campo Grande” (2019, p.181).

FIGURA 2 - Museu José Antônio Pereira



Museu José Antonio Pereira, antiga sede da fazenda Bálsamo.

ARCA - 5

Fonte: Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande, 1995, p. 7.

FIGURA 3 - Museu José Antônio Pereira

O Museu será tombado pelo Município, em breve
 Fonte: Arquivo digital Correio do Estado- edição de 04 de nov. 1982, p.6.

A antiga Fazenda Bálsamo, atual Museu José Antônio Pereira constitui parte importante desse trabalho, visto que, tombada como patrimônio municipal, o que antes resistia ao tempo por cuidado da família, adquire importância reconhecida e é criada a expectativa de preservação da história dessa vida rural, que acontecia no final do século XVIII e início do XIX. Na atual conjuntura, são muitas as abordagens teóricas que nos possibilitam analisar e compreender o tombamento como uma forma de conexão e significação estabelecidas entre a sociedade e os instrumentos de proteção ao patrimônio. Para Rosângela Cavallazzi e Maria Cristina Rocha Simão um dos maiores problemas dessa política na contemporaneidade é:

[...] a desvinculação da preservação do patrimônio cultural das outras questões urbanas é questão conhecida na experiência brasileira, quase centenária, demonstrando consequências bastante danosas. Prejudiciais às cidades, na medida em que propiciam um descolamento destes tecidos antigos do cotidiano urbano, motivando o abandono ou a substituição destes lugares. Perniciosos, também, às populações, pois acirram a perda do sentido de lugar e, conseqüentemente, a apropriação e o sentimento de pertença. A ausência destes significados contribui para que o direito à cidade se torne distante e inatingível para grande parte da sociedade, justamente aquela que não só tem o dever de respeitar as limitações institucionais inerentes ao processo de tombamento, mas, sobretudo, restringir seus hábitos e história de vida com um “presente” e um “futuro “preestabelecidos” (2017, p.290).

Por esse motivo, a garantia para que essas preservações não se mantenham só em documentos e percam sentido ao longo do tempo é repensar as formas de utilização e, trazer o bem patrimonializado para a vida cotidiana dos habitantes da cidade, nesse sentido, para Santos:

Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. Mas o homem, um ser dotado de sensibilidade, busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e vai pouco a pouco substituindo a sua ignorância do entorno pelo conhecimento, ainda que fragmentário. O entorno vivido é lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual. (Santos, 2012, p.81)

Dito isso, o processo de tombamento da Fazenda Bálsamo ainda está muito atrelado às teorias patrimoniais ultrapassadas, que procuram manter aquele local quase como uma fotografia da época de sua construção, o mantendo distante da paisagem urbana e, portanto, pouco atraente. A antiga Fazenda Bálsamo é tombada como patrimônio, inicialmente, como um local de manutenção do conjunto arquitetônico que predominava em Minas Gerais e em boa parte do Brasil no século XVIII e início do século XIX. Em seu documento de doação (ANEXO A), é possível ler que o plano inicial era transformar o local em um parque de nome José Antônio Pereira. Posteriormente, ao guardar marcos sensíveis da memória de uma família, o local foi assumido como um museu que trata da história da fundação da cidade de Campo Grande, porém, para Pesavento esse processo deve ser permeado de certas responsabilidades:

Recuperar a cidade do passado implica, de certa forma, não apenas registrar lembranças, relatar fatos, celebrar personagens, reconstruir, reabilitar ou restaurar prédios, preservar materialmente espaços significativos do contexto urbano. Todo traço do passado pode ser datado através do conhecimento científico, ou classificado segundo um estilo preciso, mas o resgate do passado implica em ir além desta instância, para os domínios do simbólico do sensível, ao encontro da carga de significados que esta cidade abrigou em um outro tempo. (Pesavento, 2004, p.209).

A procura não deve ser pelo engessamento da antiga forma, o tempo social pode/deve interferir no funcionamento do local tombado, alinhando, memória, educação patrimonial, história e identidades. Segundo Certeau (1996), as transformações ocorridas nas cidades, sejam feitas pelo poder econômico, sejam feitas pela força da lei, devem focar nos beneficiários da transição:

Empregado para fins urbanísticos, o aparelho continua fazendo esta substituição de destinatários; tira de seus usuários habituais os imóveis que, por sua renovação, destina a uma outra clientela e a outros usos. A questão já não diz mais respeito aos objetos restaurados, mas aos beneficiários da restauração (Certeau, 1996, p. 195).

Portanto, a transformação e o tombamento são acontecimentos comuns na cidade, caminham entre os interesses para o futuro e a valorização de um passado. Porém, esse caminhar não necessariamente precisa acontecer em sentidos opostos. O geógrafo Antônio Firmino Pereira Neto e o historiador Carlos Martins Júnior remontam o início da ocupação territorial em Campo Grande e o início da sua urbanização ao ano de 1872:

A fundação de Campo Grande, o início da ocupação territorial e o consequente processo de produção do seu espaço urbano remontam ao ano de 1872, com a chegada, pela primeira vez, do mineiro José Antônio Pereira, juntamente com o filho, Antônio Luís, os escravos João e Manuel e o guia cuiabano Luís Pinto Guimarães, numa viagem em busca de terras férteis e devolutas, onde pudessem se estabelecer com sua família já bastante numerosa. (OLIVEIRA, NETO. MARTINS JÚNIOR, 2020, p.257)

A Fazenda Bálsamo foi lar de um dos herdeiros de José Antônio Pereira, seu filho mais velho Antônio Luiz Pereira e sua esposa Anna Luiza de Souza. Neste local nasceram os dez descendentes diretos²² do casal, entre eles estava Carlinda Pereira de Souza Contar, a responsável pela doação da área à prefeitura de Campo Grande, no ano de 1966, pela Lei Municipal nº 961 de 1º de junho de 1966. Na imagem a seguir podemos observar Carlinda Pereira de Souza Contar, responsável pela doação da Fazenda Bálsamo para a prefeitura de Campo Grande.

FIGURA 4 - Netas de José Antônio Pereira

Netas de José Antônio Pereira (filhas de Antônio Luiz)



Da esquerda para a direita: Belmira e Carlinda (de pé), Júlia Bruna, Ana Luiza e Deolinda (sent).
Fonte: <https://campograndems.net/fotos/netas.jpg>. Acessado em: 15 de jan. 2023

²²Informações obtidas na árvore genealógica que a própria família produziu. Ver <http://www.campograndems.net/descendentes.html>. Acesso em: 18 de junho de 2023.

O local recebe esse nome devido a inicial organização e divisão de terras realizada na localidade, a Fazenda Bálsamo é batizada em homenagem a um córrego de mesmo nome que se localiza na região. A construção é “compacta, [...] erguida em terreno plano, apresentando distribuição irregular de alguns cômodos que dão acesso uns aos outros, sem áreas de circulação, [...] típica de fazendas construídas por mineiros, no século XIX e princípios do século XX (Freitas, Silva, 2000, p.4).

A casa de Antônio Luiz Pereira é um imóvel com muitas camadas arquitetônicas, produzidas por diversas técnicas de construção da época²³, além disso, foi habitada por vários membros da família. Apesar de encontrarmos em notícias jornalísticas que a casa foi habitada por José Antônio Pereira, isso não ocorreu, ele passou ali alguns dias antes de sua morte, quando já se encontrava debilitado.

No ano de 1983, o Decreto Municipal nº 4631, de 18 de abril de 1983 institui e dá denominação da antiga Fazenda Bálsamo, que passa a se chamar “Museu José Antônio Pereira”. No mesmo ano, durante o governo do Prefeito Antônio Mendes Canale ocorreu a inauguração do local.

²³ A casa de José Antônio Pereira, atual Museu, é construída nos moldes antigos de taipa de pau-a-pique. Nessa técnica da taipa usa-se o barro, apertado e socado com as mãos, preenchendo os vazios da trama de varas amarradas com cipós ou outras fibras vegetais no pau-a-pique. Composição da taipa de pau-a-pique: a) Parede de Vedação 1. Trama - pau-a-pique (madeira do cerrado, varas de guariroba). 2. Argamassa de barro - barro de olaria (barro forte), barro de várzea (barro fraco), areia e esterco. b) Elementos de estrutura: 1. Baldrame - viga de aroeira 2. Esteio - poste de aroeira 3. Frechal - peça roliça em Barú (cumburi) (Mitidiero, 2009, p.68).

FIGURA 5 - Inauguração do Museu



Fonte: Campo Grande desde a Fazenda Bálsamo, Maria Garcia, 2009, p.35.

A construção, agora em condição de Museu, foi tombada como Patrimônio Municipal, pelo Decreto nº4934 de 20 de abril de 1983. Após esse momento a construção obteve uma reforma completa, que aconteceu no ano de 1999, quando se encontrava nessas condições.

FIGURA 6 - Museu José Antônio Pereira



Fonte: Acervo do Museu José Antônio Pereira

Essa reforma aconteceu durante o governo do prefeito André Puccinelli e demonstra um certo abandono do local após sua primeira inauguração. Para Elaine Cristine Luz Santos de Moura:

Como pôde ser observado na imagem a seguir, o MJAP realizou uma ampla reforma com o intuito de resgatar as semelhanças da antiga Fazenda Bálsamo, visando contemplar os aspectos históricos e culturais da Família Pereira, fomentando ensino, a pesquisa, a arte e o lazer (Moura, 2017, p.174)

FIGURA 7 - Inauguração da restauração do Museu



O museu José Antônio Pereira foi restaurado pelo prefeito André Puccinelli (terno escuro, à direita). Em primeiro plano, de terno escuro (à esquerda), o prof. Américo Calheiros.

Fonte: Campo Grande desde a Fazenda Bálsamo, Maria Garcia, 2009, p.35.

Antes casa, local de moradia familiar e vida privada, agora museu, para Ponte:

Estamos perante o conceito casa que tem um sentido privado, pessoal, de refúgio e intimidade, ao qual se junta o conceito museu com toda a sua carga e dimensão pública. Um museu é criado para receber pessoas, transmitir conhecimentos e interagir com o público, a que se associa a função de conservar, estudar e divulgar as colecções. No âmbito das casas-museu, a própria casa é, também, uma importante e imponente peça do museu a preservar e estudar (2007, p. 22)

Em 1986²⁴, foi tombado o edifício conhecido como Morada dos Baís, uma construção marcante localizada na região central da cidade de Campo Grande. Feita para abrigar a família do italiano Bernardo Franco Baís, a casa ganhou notoriedade por sua habitante Lídia Baís, artista plástica de Mato Grosso do Sul (Reis, 2017, p.12). Construção chamativa para os padrões da época, seu proprietário enriqueceu na cidade através do comércio, conseguindo, assim, se aproximar de famílias influentes da localidade (Reis, 2017). Segundo a autora:

Até o sul de Mato Grosso separar-se do Norte, até que a divisão se configurasse, muitos foram os caminhos percorridos e muitas as disputas internas. Nesse entremeio, algumas famílias foram fixando espaço privilegiado de poder, não só econômico, mas

²⁴Decreto nº 5390, de 4 de junho de 1986.

também político. Entre elas, a de Baís, que contribuiu para o debate do movimento separatista – herança da trajetória política de Bernardo Baís (2017, p. 19).

Portanto, os dois primeiros bens tombados na cidade buscam preservar essencialmente ao passado de colonização e ocupação da região, bens que valorizam nomes considerados “ilustres” da história local, bem como de sujeitos da elite, que possuem construções tombadas como referência arquitetônica.

FIGURA 8 - Morada dos Baís.



Fonte: Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande, 1995, p. 29.

Tombado primeiramente em âmbito municipal e posteriormente em âmbito nacional o Conjunto dos ferroviários ou Complexo ferroviário, segundo Paulo Roberto Cimó Queiroz:

[...] a despeito de todos os contratempos apontados, a Noroeste, ao longo do nosso período, esteve muito longe de poder ser caracterizada como uma ferrovia decadente. No trecho paulista sua influência, como se sabe, foi decisiva nas décadas iniciais (tendo ela contribuído em escala considerável para a emergência de notáveis transformações econômicas) e continuou muito ponderável até o final de nosso período, e mesmo no trecho mato-grossense nota-se uma forte tendência de aumento dos transportes, a partir de fins da década de 40. (2004, p.487).

A importância das ferrovias para o transporte no Brasil, pontuada pelo autor, é uma das justificativas que explicam seu tombamento a âmbito nacional. Com a diversificação dos meios

de transporte, a ferrovia chegou ao presente, marcada por um progressivo processo de desativação de sua operação. Estudiosos desse processo, como Soto e Ganges (2009, p.15) pontuam que o desaparecimento dos vestígios da malha ferroviária incentivou estudos antropológicos e sociológicos que sinalizam a relevância do tombamento para evitar perder irremediavelmente a memória desses lugares pela inexistência de seus remanescentes materiais.

A resolução municipal que oficializou seu tombamento foi o Decreto nº 1.735, de 26 de março de 1997, segundo consta no site²⁵ do Iphan, esse processo se tornou interesse da União, pois:

O tombamento destaca a importância da EFNOB para o desenvolvimento no Centro-Oeste brasileiro no início do século XX. O complexo ainda hoje mantém sua coesão formal, o que garante a importância de sua preservação, já que descreve uma narrativa das transformações histórica, política, social, tecnológica e arquitetônico-urbanística dos anos em que foram implementadas. (IPHAN, 2009)²⁶

FIGURA 9 - Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em Campo Grande, década de 1920



Fonte: Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande, 1990, p. 5.

²⁵ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2688/estrada-de-ferro-noroeste-do-brasil-vira-patrimonio-nacional>. Acesso em: 13 de junho de 2023.

Nota-se então que a cidade, pela primeira vez, vai além da excepcionalidade estética arquitetônica e realiza o tombamento de um patrimônio industrial. Para Meneguello (2011), a “dimensão física do patrimônio industrial [...] integra a cultura material socialmente apropriada pelo homem e dá a ela forma, função e sentido”. Por este motivo, “as unidades industriais muito raramente podem ser entendidas como edifícios isolados; a estrutura só tem sentido se compreendida como um todo interligado a várias outras estruturas e etapas da produção” (Ibidem, p.1.831)

No ano de 1996, por meio do Decreto nº 3523, de 15 de junho de 1996, foi tombada em Campo Grande, a Igreja de São Benedito, que faz parte da comunidade remanescente de quilombo desde 1905, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares. A construção, também foi tombada no âmbito estadual, foi edificada no ano de 1919, como resultado de uma promessa a São Benedito, feita por Eva Maria de Jesus.

FIGURA 10 - Igreja de São Benedito



Fonte: Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande, edição especial. 2011, p.104.

Segundo Myleide de Souza Meneses Oliveira:

[...] a devoção de Tia Eva por São Benedito perpassa sua vida. A acometida por uma chaga na perna direita que não curava em razão da fragilidade da medicina da época,

agarra-se à fé, à devoção ao Santo. Desse modo a identificação devocional compartilhada produziria frutos, mantendo-a firme em seus objetivos. A fé no Santo Preto desperta em tia Eva assim como em outros escravizados/as um sentimento de gratidão pelas graças alcançadas. Gratidão que é expressa na realização da primeira Festa de São Benedito, em 1919, e que se torna tradição, a herança mais inerente a todos os descendentes. (2019, p.27)

O templo se constituiu como um importante marco edificado da identidade dos descendentes de Tia Eva e é a segunda edificação religiosa mais antiga da cidade, de acordo com Eder Pereira Neves (2011), o documento de tombamento elaborado pela prefeitura de Campo Grande, faz a seguinte descrição do local:

[...] como uma construção simples de 4,50m x 6,50m com uma janela de madeira e duas de vidro (tipo basculante) e três portas de madeira. O interior da igreja é composto por um altar mais elevado, onde está colocada a imagem de São Benedito esculpida em madeira trazida por tia Eva de sua terra natal. Esse altar é revestido com pisos cerâmicos vermelhos na dimensão 15cm x 15cm. O piso mais baixo é de cerâmica vermelha na dimensão 20cm x 20cm onde estão colocados oito bancos de madeira. No fundo da igreja estão enterrados, numa urna, os restos mortais de tia Eva e um dos seus netos (Neves, 2011, p. 76).

É interessante observar que, diferentemente dos outros locais tombados até o ano de 1966 na cidade, a igreja de Tia Eva manteve sua estrutura conservada pelos membros da comunidade. Foi no ano de 2021 que aconteceu a entrega de um projeto de restauração da igreja, uma parceria entre Estado, Município e líderes da comunidade.

A Lei nº 3387, de 27 de outubro de 1997 determinou o tombamento de uma das construções urbanas mais antigas da cidade, conhecido atualmente como Colégio Osvaldo Cruz, foi erguido entre os anos de 1916 e 1919 pelo construtor Adolfo Stefano Tognini. Inicialmente, o local abrigava um armazém de secos e molhados, sendo adaptado para o funcionamento de uma escola no ano de 1927, que esteve em atividade até o ano de 2010. Atualmente o local encontra-se sob administração da Santa Casa de Campo Grande, que realiza reformas na intenção de inaugurar uma Escola de Saúde.

FIGURA 11 - Colégio Osvaldo Cruz



Fonte: Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande, 1995, p. 13.

Após alguns anos sem tombarem nenhum patrimônio, em janeiro de 2003, por meio do Decreto nº 8594 foi tombada a primeira escola pública rural do Distrito de Anhanduí, que leva o nome de Isauro Bento Nogueira. Sua data de construção foi o ano de 1955 e foi patrimonializada devido sua importância cultural para a cidade.

FIGURA 12 - Escola Isauro Bento Nogueira



Fonte: <https://midiamax.uol.com.br/politica/transparencia/2023/tj-nega-recurso-e-mantem-decisao-que-obriga-prefeitura-de-campo-grande-a-reformar-escola-historica>. Matéria de Adriel Mattos. Acesso em: 14 de janeiro de 2023.

Já em 2004 a Loja Simbólica Maçônica Estrela do Sul nº 3 foi tombada pela prefeitura de Campo Grande. O imóvel foi utilizado inicialmente para abrigar a Loja Maçônica,

inaugurada em 22 de julho de 1954, em seguida, passou a sediar a Fundação Dr. Wagner Bortotto Garcia. No ano de 2004, quando completou cinquenta anos de fundação, a Câmara Municipal de Campo Grande requereu o tombamento do imóvel que, após garantido parecer favorável, passou a ser protegido, como preconiza a Lei Municipal nº 3.525, de 16 de junho de 1998, que estabelece as regras de tombamento municipais.

FIGURA 13 - Loja Simbólica Maçônica Estrela do Sul nº 3



Fonte: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/investigadas-lojas-maconicas-nao-tem-restauracao-e-certificado-de-bombeiro>. Foto: Marina Pacheco. Acesso em: 14 de janeiro de 2023.

É importante pontuar que “[...] os patrimônios culturais são estratégias, por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em patrimônio” (Gonçalves, 2002, p.121).

Em 2006, o Monumento Simbólico da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, conhecido como paliteiro, foi tombado pelas leis de proteção municipal. Projetada em 1970, na época a universidade era estadual, foi desenhada pelo escultor Caetano Fraccaroli e inspirada na juventude e seus sonhos intermináveis.

FIGURA 14 - Paliteiro da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Fonte: <https://oestadoonline.com.br/cotidiano/integra-ufms-maior-evento-cientifico-de-ms-comeca-hoje/>.
Matéria de Kadu Bastos. Acesso em 14 de janeiro de 2024.

No ano seguinte foi tombada a Loja Maçônica Oriente Maracaju pelo Decreto nº 3.406, de 30 de julho de 2007. O prédio foi inaugurado em 24 de fevereiro de 1924, e foi planejado pelo engenheiro Camilo Boni, sob idealização de Eduardo Santos Pereira. A construção já foi utilizada como sede do governo do Estado de Maracaju, no ano da Revolução Constitucionalista (1932).

FIGURA 15 - Loja Maçônica Oriente Maracaju.



Fonte: Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande, edição especial. 2011, p.40.

Nesses casos, a conservação patrimonial busca atender a ideologias específicas, normalmente demandada por seus titulares e herdeiros contemporâneos, como se sabe, nem sempre os tombamentos reconhecidos oficialmente pelo Estado encontram ressonância junto à população. Sobre isso, Costa (2004, p. 161) nos diz que a “preservação desses lugares quase sempre resulta meio falsa e melancólica”.

Em 2009 e 2011, respectivamente, foram tombadas a árvore da Rua da Paz e as Árvores da espécie *Ficus Microcarpa* e que se localizam nos canteiros centrais da avenida Mato Grosso. A primeira foi tombada pela resistência ao processo de urbanização e, também por ter o tipo de madeira usada na fabricação da viola de cocho. As seguintes, que são um grupo de árvores, tiveram sua preservação garantida, pois fizeram parte de um projeto de arborização urbana ocorrido em Campo Grande entre os anos de 1937 e 1957, se tornando um marco na cidade.

FIGURA 16 - Árvore da Rua da Paz



Fonte - <https://www.jd1noticias.com/cidade/iniciativa-da-plaenge-permite-que-1a-arvore-tombada-da-capital-conte/111364/>.

Foto: Júnior Zamuner. Acesso em: 14 de janeiro de 2023.

FIGURA 17 - Árvores tombadas da Avenida Mato Grosso



Fonte - <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/prefeitura-tomba-como-patrimonio-22-arvores-da-avenida-mato-grosso>. Foto: João Garrigó. Acesso em: 14 de janeiro de 2023.

Por meio do Decreto Municipal nº 11.937, de 15 de agosto de 2012, foi tombado a imóvel sede do Rádio Clube. No local funcionou um dos primeiros clubes da cidade, tornando-se um marco na história de Campo Grande. O clube já funcionou em outros locais, porém, a construção protegida foi inaugurada em 1941 e era utilizada para reuniões, diversão e lazer da elite local.

FIGURA 18 - Rádio Clube Campo de Campo Grande



Fonte: Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande, 1994. p. 21.

O conjunto Arquitetônico do Santuário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (1939), foi tombado em âmbito municipal no ano de 2019, assim, com a proteção garantida fica proibido demolir, destruir, alterar, mutilar ou transformar o local sem a autorização da prefeitura. Conforme o decreto, o conjunto arquitetônico é composto pela Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e o Velário, também fica protegida a área do entorno do Santuário composta por escadarias e calçamento externo. Não é permitida a construção de mobiliários urbanos que ultrapassem a altura de um metro do passeio público, com exceção dos postes de iluminação e sinalização. As autorizações quanto às alterações no entorno ficam condicionadas à aprovação da Planurb (Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano).

FIGURA 19 - Santuário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro



Fonte: <https://correiodoestado.com.br/cidades/conjunto-da-nossa-senhora-do-perpetuo-socorro-e-tombado-como-patrimonio-historico/359965/>. Matéria: Rafael Ribeiro. Acessado em 15 de jan. de 2023.

Até onde se tem informações, data do ano de 2019 o mais recente tombamento de responsabilidade municipal em Campo Grande: o canteiro central e as árvores octogenárias da Avenida Afonso Pena. As justificativas para essa decisão envolvem o valor histórico e paisagístico que essas proporcionam. Por serem naturais as plantas necessitam de cuidados, e a prefeitura as mantém tratadas, podadas e em controle de pragas, na busca do sucesso da sua preservação, sem que ocorra algum risco de queda.

FIGURA 20 - Canteiro Central da Avenida Afonso Pena



Fonte - <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/canteiro-da-afonso-pena-e-tombado-quatro-anos-depois-de-decisao-judicial>. Foto: Henrique Kawaminami. Acesso em: 15 de janeiro, 2024.

No ano de 2018 o município realizou o tombamento da residência localizada na rua Antônio Maria Coelho. O local construído na década de 1920 é de propriedade particular do ex-vereador Paulo Pedra e a possibilidade de comercialização do imóvel continua existindo, porém, as regras impostas pelo tombamento deverão ser respeitadas.

FIGURA 21 - Residência particular localizada na rua: Antônio Maria Coelho.



Fonte - <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/arquitetura-23-08-2011-08/apos-decadas-de-disputa-predio-na-antonio-maria-coelho-vira-patrimonio>. Foto: Marina Pacheco. Acessado em: 15 de jan, 2024.

Em relação aos bens imateriais, Campo Grande possui dois tombados: o sobá e a feira central da cidade. Foi a Deliberação CMC nº01/2006, de 8 de agosto de 2006 que estabeleceu como patrimônio cultural o primeiro alimento típico tradicional do município. Segundo Ricardo Luiz Cruz:

Trata-se de um prato, normalmente consumido de forma individual, composto por caldo de carne suína, omelete cortado em finas tiras, carne bovina ou suína, cebolinha, gengibre e massa de macarrão preparada com cinzas de legumes. [...] Nesse sentido, é possível interpretar que o ato de “comer sobá” é uma questão que vai além do fato das pessoas sentirem prazer no seu consumo, dado que é percebido pelos moradores locais enquanto um modo de expressar sua identidade o que lhe confere outros significados para além de sua associação com o Japão. (2020, p.3-4)

FIGURA 22 - Sobá

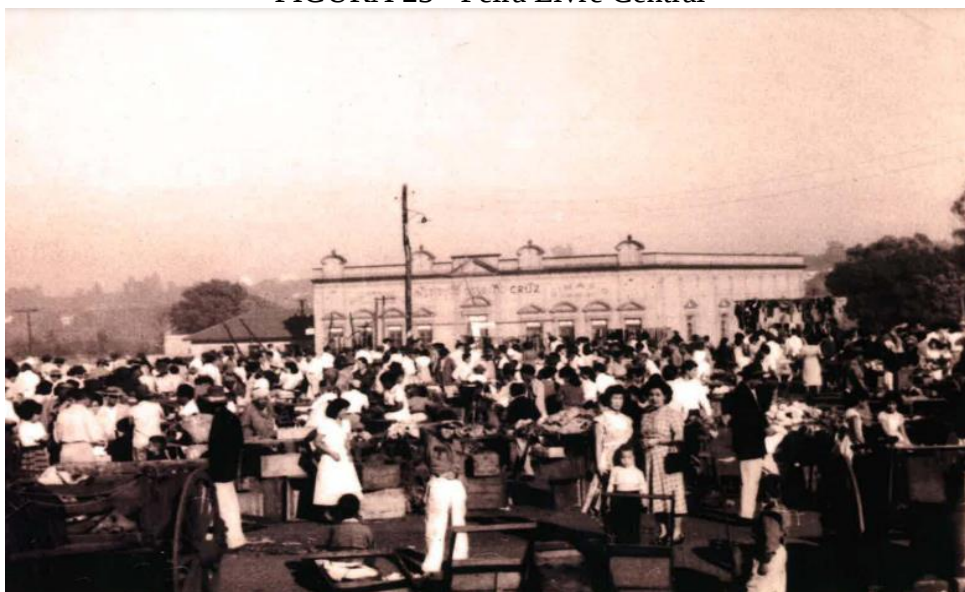


Fonte - <https://osulmatogrossense.com.br/cultura/conheca-a-historia-do-soba-o-prato-japones-mais-campo-grandense-que-existe/>. Matéria: João Paulo Ferreira. Acesso em: 15 de janeiro de 2023.

Já a Feira Central de Campo Grande, tombada por meio da Deliberação CMC nº 01/2017, de 29 de setembro de 2017, possui a relação com o comércio do sobá e, consequentemente, com a relação entre essa gastronomia e os anseios turísticos da cidade. A feira que atualmente se encontra em outra localidade, diferente da instalada originalmente, ainda carrega consigo as memórias de sua origem, segundo Calado:

Hoje, mesmo muito mudada, a Feira Central de Campo Grande participa da operação dos lugares de memória. Existe, na cidade, como agente de continuidade histórica; comemora aniversário e realiza festivais. A Feira mostra, em sua permanência, as transformações pelas quais passou e reflete as transformações que a própria cidade sofreu. (2013, p.28)

FIGURA 23 - Feira Livre Central



Fonte: Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande, edição especial. 2011, p.60.

Consideramos relevante pontuar que no ano de 2022, em parceria com o Governo do Estado, a prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, anunciou o lançamento para licitação de obras de ampliação da Feira Central. O projeto prevê o aumento da área de construção da feira, sob a justificativa de desenvolvimento econômico, atração de turistas e adequação da construção para as necessidades atuais dos feirantes. Esse plano gera uma discussão no campo patrimonial, pois se pretende realizá-lo em espaço que é tombado como patrimônio: a rede ferroviária da cidade.

Para melhor compreensão dos bens tombados em esfera municipal²⁷ de Campo Grande (MS), apresentamos o quadro a seguir:

TABELA 2 - Bens tombados no âmbito municipal de Campo Grande

BEM TOMBADO	LOCAL	ANO DE TOMBAMENTO
OBELISCO	Campo Grande	1975
MUSEU JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA	Campo Grande	1983
MORADA DOS BAÍS	Campo Grande	1986
CONJUNTO DOS FERROVIÁRIOS	Campo Grande	1996
IGREJA DE SÃO BENEDITO	Campo Grande	1996

²⁷ Portanto, essa tabela não inclui bens tombados em Campo Grande apenas pela esfera federal e/ou estadual.

COLÉGIO OSVALDO CRUZ	Campo Grande	1997
ESCOLA MUNICIPAL ISAURO BENTO NOGUEIRA	Campo Grande	2003
LOJA SIMBÓLICA MAÇÔNICA ESTRELA DO SUL Nº 3	Campo Grande	2004
MONUMENTO SÍMBOLO DA UFMS (PALITEIRO)	Campo Grande	2006
SOBÁ	Campo Grande	2006
LOJA MAÇÔNICA ORIENTE MARACAJU	Campo Grande	2007
ÁRVORE DA RUA DA PAZ	Campo Grande	2009
ÁRVORES DO CANTEIRO DA AVENIDA MATO GROSSO	Campo Grande	2011
RÁDIO CLUBE	Campo Grande	2012
FEIRA CENTRAL	Campo Grande	2017
RESIDÊNCIA SITUADA NA RUA ANTÔNIO MARIA COELHO	Campo Grande	2018
SANTUÁRIO NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO	Campo Grande	2019
ÁRVORES DO CANTEIRO CENTRAL DA AVENIDA AFONSO PENA	Campo Grande	2019

Fonte - Elaborada por Ayabe (2024)

Portanto, podemos concluir que Campo Grande contempla patrimônios, regulamentados a partir das normativas legais e normas para o ordenamento das questões patrimoniais. Na legislação vigente destaca-se a Lei nº3.525, de 16 de junho de 1998 que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico paisagístico e cultural do município. Não é objetivo deste estudo problematizar a escolha destes lugares para sua patrimonialização e tombamento, à exceção do Museu. Contudo, é possível observar, como dito por Nora (1993), que esses recursos de patrimonialização e manutenção de memória não são naturais ou espontâneos, são resultado de uma preocupação com a inevitável ameaça do esquecimento.

1.3 O espaço museal como fonte para a pesquisa histórica

Defendemos que museus podem, então, ser objetos de estudos históricos ou, ainda, fontes históricas, ficando a encargo do pesquisador planejar o recorte sob o qual incidirão suas análises. Em relação ao estudo que interessa a essa dissertação, busca-se compreender em que medida a narrativa representada pelo Museu corrobora, não para a versão de uma história oficial, sobre a fundação de Campo Grande, mas sim, para uma das versões possíveis, a partir de sujeitos distintos. Os sujeitos do presente, ao resgatarem os eventos do passado através de suas experiências e expectativas contemporâneas, conferem aos espaços museais a condição de arenas de disputas e graças ao seu aspecto simbólico, promotor de memórias, também, “lugares de memória”, conforme pondera Pierre Nora:

Se habitaremos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido (NORA, 1993, p.8).

Interessa, pois, a este trabalho verificar se é possível a composição de aspectos da história da cidade, com base nas possibilidades apresentadas no Museu. Cabe, nesse sentido, qualificar de modo mais categórico, este espaço. A Comissão Internacional de Museus (ICOM)²⁸ define museu como:

Os museus preservam a propriedade cultural mundial e interpretam-na ao público. [...] Faz parte do patrimônio natural e cultural mundial e pode ser de caráter tangível ou intangível. Muitas vezes, o bem cultural providencia também a referência primária em vários temas da área, tais como arqueologia e ciências naturais, e por isso representa uma contribuição importante para o conhecimento. É também, um componente significativo na definição da identidade cultural, em nível nacional e internacional (LEWIS, 2004, p. 01).

De modo complementar:

O termo “museu” tanto pode designar a instituição quanto o estabelecimento, ou o lugar geralmente concebido para realizar a seleção, o estudo e a apresentação de testemunhos materiais e imateriais do Homem e do seu meio. A forma e as funções do museu variaram sensivelmente ao longo dos séculos. Seu conteúdo diversificou-se, tanto quanto a sua missão, seu modo de funcionamento ou sua administração. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p.64)

Portanto, os espaços museais, se levarmos em conta as definições apresentadas, possuem resquícios de um passado que são expostos no presente. Em vista disso, são fontes

²⁸ O International Council of Museums (ICOM), que é o órgão internacional que agrega profissionais de museus, propôs uma definição norteadora para as instituições que objetivam ser denominadas como museus.

históricas que produzem sentido sobre esse determinado passado. Para compreender os usos desses espaços como fonte histórica, é necessário um entendimento da sua formação e transformação ao longo de sua existência. Vale destacar que Febvre e Bloch (1991)²⁹ defendiam que as Ciências Humanas não deveriam ser regidas por leis, pois para eles a contribuição entre as diferentes disciplinas da área seria muito útil para a historiografia. A proposta era à História-problema, ou seja, as fontes deveriam ser decididas, buscadas, questionadas e interpretadas segundo as hipóteses apresentadas pelos historiadores.

A história dos museus brasileiros foi construída lentamente, como apresentada em momentos introdutórios desta dissertação e permanece permeada por avanços e retrocessos. Assim como em Portugal ou Espanha, o início das coleções aconteceu no âmbito da vida privada com sujeitos que possuíam sobre sua guarda objetos de interesse pessoal, como: moedas, acervo de arte, peças de etnografia, animais empalhados, louças e outros. A propensão pelo colecionismo foi marcante para os portugueses e influenciou diretamente a maneira com que a América portuguesa desenvolveu suas primeiras exposições. Esse interesse particular pela conservação, aos poucos, se encaminhou para doações que acabaram formando a base dos museus em diversas localidades.

O surgimento dos museus faz parte de um fenômeno histórico que se entrelaça com processos de modernização de organizações, formas de pensamentos filosóficos e constituição dos estados nacionais, fazendo com que as histórias desses espaços estejam essencialmente ligadas às narrativas de formação dos edifícios patrimoniais, a legitimação de governos e, até mesmo, buscando forjar histórias de fundação e identidades nacionais/regionais.

Assim: “[...] Um objeto de museu não é somente um objeto em um museu”³⁰. O procedimento que leva a musealização é permeado de escolhas, seleção, reflexão e acima de tudo, intenção. Deste modo, o item da cultura material escolhido se torna único, representante de toda sua categoria.

Para Le Goff (1990, p.37), os museus na contemporaneidade estariam ligados ao progresso da memória escrita e figurada da Renascença e à lógica de uma nova “civilização da inscrição” e marcam o século XIX como o momento da “explosão do espírito comemorativo”, momento de uma nova sedução da memória. Ou seja, o próprio movimento científico se

²⁹Ver: BURKE, Peter. **A Escola dos Annales** (1929 - 1989). A revolução francesa da Historiografia, trad. Nilo Odália, São Paulo, Ed. Unesp, 1991.

³⁰ Para Zbynek Stránský (1995 apud DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 57).

encaminha para a criação de uma memória coletiva para as nações, principalmente após a Primeira Guerra Mundial.

Dessa maneira, estudar a origem do colecionismo e do museu, assim como as narrativas presentes nessas instituições ao longo de sua história, pode nos apontar distintos caminhos que influenciaram a formação de identidades nacionais e regionais³¹ e até mesmo o surgimento de instituições públicas. Pensar coleções que tiveram origem em interesses privados e, muitas vezes, individuais pode elucidar influências que permanecem ativas na contemporaneidade, principalmente aquelas ligadas a manutenção de poder e prestígio por parte de alguma família específica. Esse problema tem características ainda mais particulares nas nações sul-americanas que, por muito tempo, sofreram sob as garras dos colonizadores.

O Museu José Antônio Pereira, criado no ano de 1983, quatro anos após o então Presidente Ernesto Geisel (quarto da ditadura militar brasileira) ter assinado a Lei Complementar que dividia o Mato Grosso criando o estado de Mato Grosso do Sul, insere-se em um projeto mais vasto de proposição de uma identidade que fosse capaz de representar esse novo estado, ao mesmo tempo que se afastasse, criando diferenciações com o Mato Grosso. Considerando essa dinâmica, o espaço museal e, conseqüentemente seu conteúdo, isto é, o objeto musealizado e a narrativa apresentada, se constituem como um local privilegiado onde essa identidade é “confeccionada”. O momento é significativo, pois, serve aos interesses do governo de plantão, visto que “os museus são utilizados como instrumentos de veiculação de discursos oficiais, com tendências à efetivação do ideal do regime militar” (Machado, 2013, p.154). A instituição, portanto, acompanha o movimento pela construção de um panteão de heróis e seus feitos notáveis, como a glorificação e heroização de determinados sujeitos que já faziam parte de marcos civis comemorativos da história oficial.

Nesses museus, eram construídos significados sobre os objetos partindo de sua “vinculação biográfica ou temática a um feito ou figura excepcionais do passado, normalmente heróis vencedores” (Bezerra de Menezes, 1994, p.4). Portanto, consagrava-se a memória de objetos relacionados à ação do colonizador europeu e das elites político-econômicas locais. Assim, esses espaços fornecem informações para todos os pesquisadores que vão muito além do discurso narrado dentro das instituições.

Sobre estudos que ultrapassam os escritos, nos diz Fernand Braudel:

³¹ Para Barca (2001) em “Educação Histórica e Museus” a reflexão sobre identidades nacionais surge em torno do conceito de identidade social. Essa noção, segundo a autora, tem sido construída historicamente por oposição a uma alteridade representada por outros estados e povos, deixando bem patente a noção do outro (de outra nacionalidade) enquanto opostos aos nacionais.

Vida material são homens e coisas, coisas e homens. Estudar as coisas - os alimentos, as habitações, o vestuário, o luxo, os utensílios, os instrumentos monetários, a definição de aldeia ou cidade -, em suma, tudo aquilo de que o homem se serve, não é a única maneira de avaliar a existência quotidiana... De qualquer maneira, proporciona-nos um excelente “indicador.” (1997, p.19).

A análise do período inicial da História dos museus no Brasil, nos permite compreender que estas instituições estão profundamente ligadas a compreensão das ciências sociais no seu conjunto, e essa compreensão é possível por meio de pesquisas históricas. Os primeiros a fazerem desse espaço uma fonte histórica, foram os estudiosos da cultura material, especialmente os que se debruçaram na análise dos processos de formação das instituições científicas brasileiras do final do século XIX e início do XX:

Da modernidade ao mundo contemporâneo, os museus são reconhecidos por seu poder de produzir metamorfoses de significados e funções, por sua aptidão para a adaptação aos condicionamentos históricos e sociais e por sua vocação para a mediação cultural. Eles resultam de gestos criadores que unem o simbólico e o material, que unem o sensível e o inteligível. Por isso mesmo, cabe-lhes bem a metáfora da ponte lançada entre tempos, espaços, indivíduos, grupos sociais e culturas diferentes; ponte que se constrói com imagens e que tem no imaginário um lugar de destaque. (Chagas; Nascimento, 2008, p. 59)

É Arnaldo Momigliano quem afirma que “Muitos dos melhores historiadores do século XIX procuraram combinar a História filosófica e o método de pesquisa dos antiquários. Este ainda é o objetivo que muitos dentre nós propõem (1989, p. 282)”. Sobre isso, Myrian Sepúlveda dos Santos nos diz que:

Os antiquários tiveram, portanto, um papel bastante importante na reforma do método histórico ocorrida no século XVIII. No decorrer do século XIX, tornou-se bastante evidente que não havia motivo para que se fizesse uma distinção entre o estudo dos antiquários e o estudo da história em geral, uma vez que esta, ao procurar estabelecer a autenticidade de cada evento, incorporou os métodos de pesquisa que tinham por base os testemunhos não-literários, como cartas, inscrições, moedas e estátuas, antes desconsideradas pelos historiadores.

Partindo desse ponto de vista as instituições museais são grandes e promissoras fontes históricas, a qual, conforme José D’Assunção Barros, afirma-se que fonte histórica:

[...] é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente. As fontes

históricas são as marcas da história. Quando um indivíduo escreve um texto, ou retorce um galho de árvore de modo a que este sirva de sinalização aos caminhantes em certa trilha; quando um povo constrói seus instrumentos e utensílios, mas também nos momentos em que modifica a paisagem e o meio ambiente à sua volta – em todos estes momentos, e em muitos outros, os homens e mulheres deixam vestígios, resíduos ou registros de suas ações no mundo social e natural. (2019, p.1)

Visto isso, os museus construídos para contribuir com as narrativas de fundação das cidades são comuns por todo o território brasileiro e buscam justamente replicar um passado glorioso. Os espaços museais, demasiado humanos, não são construídos através de processos passivos. Aqueles que decidem como e o que serve para se criar a narrativa de uma identidade objetiva fazem parte das construções, permeadas por critérios muitas vezes assentados em hierarquias de poder.

O Museu José Antônio Pereira é capaz de representar uma pequena parcela do que foi o período de ocupação do território sul de Mato Grosso, as formas de construção e arquitetura utilizadas no final dos anos 1800, os objetos utilizados na vida doméstica diária, as principais formas de trabalho. Porém, não representa a variedade de identidades que fizeram parte de todo esse processo, visto que é a reprodução da memória de um núcleo familiar, o que sugere investigações relacionadas à genealogia, prosopografia e outras abordagens metodológicas, que não cabem nas dimensões de tempo para a realização deste estudo, no entanto, ficam apontadas como demandas aos pesquisadores interessados pelos temas.

No documento de tombamento do Museu José Antônio Pereira (ANEXO B), publicado em vinte de abril de 1983, é possível ler os motivos que levaram esse local a ser considerado em sua relevância patrimonial. Consta no decreto:

- A população de um Município em sua realidade vivencial, através de ambientes e objetos, constrói sua história;
- O Museu José Antônio Pereira, é parte da memória histórica deste município;
- O Museu José Antônio Pereira, é o único imóvel representativo, existente, da época de fundação de Campo Grande;
- O Museu José Antônio Pereira, é de grande importância à cidade, por proporcionar fontes de estudos, pesquisa e turismo, reunindo no local um ponto de lazer Educativo-Cultural;
- A Prefeitura Municipal de Campo Grande, está preocupada em dar atenção especial para os planos que visam a preservação e valorização dos monumentos, paisagens e imóveis essenciais à constituição histórica através do Tombamento (Decreto de tombamento, nº 4.934, de 20 de abril de 1983).

O documento foi assinado por Nelly Elias Bacha, prefeita em exercício, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ela esteve três meses ocupando o cargo, após tê-

lo assumido interinamente em decorrência da exoneração do titular, na qualidade de presidente da Câmara Municipal.

Este documento pensa o museu como relevante para todo município, ao mesmo tempo em que o nomeia tributário ao esforço e lealdade a um homem. Portanto é possível concluir qual memória e identidade cultural esse centro faz a guarda, sua coleção, preservação e exibição da memória material gira em torno da família Pereira.

Tradicionalmente, são fontes históricas os já conhecidos documentos escritos: registros cartoriais, processos jurídicos, crônicas, memórias, cartas legislativas, jornais, revistas, produções literárias, correspondências públicas e privadas e outras, como também outras referências que possam nos fornecer um testemunho ou discurso oriundo do passado humano. Para Myrian Sepúlveda dos Santos “(...) são poucos os historiadores que se preocupam em analisar a escrita da História fora dos contextos acadêmicos” (2006, sem página). Em sua dissertação de mestrado, desenvolvida no fim da década de 80, a autora afirma que “Na época da pesquisa, os museus brasileiros eram em grande parte vistos como instituições poeirentas, repletas de coisas velhas e sem muito interesse para a academia”.

Esse status foi mudando, acompanhado pela dinâmica das próprias instituições museais que ao reconhecerem seu papel no desenvolvimento sócio comunitário, principalmente com a fundação do Movimento da Nova Museologia, nos anos setenta, se tornam, cada vez mais, interesses de pesquisadores. Nessa ocasião as práticas museológicas estabeleceram formalmente diretrizes para uma atuação voltada à diversidade cultural, à proteção do patrimônio das minorias étnicas e a integração das instituições com a comunidade local. Nesse contexto, os museus da região, como é o caso do Museu José Antônio Pereira, têm a possibilidade de se apresentarem como instrumento cultural capaz de participar das soluções para o desenvolvimento integrado de uma comunidade.

Considerando que a História faz diversas perguntas sobre o passado, e que essas podem mudar ao longo do tempo, é natural que as evidências encontradas para responder essas questões também sofram transformações. Os museus são espaços complexos que possibilitam uma infinidade de análises históricas, científicas, sociais, pedagógicas e outras, é uma organização que se encontra a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. A esse pensamento, acrescento a análise de Barros sobre a conquista dos historiadores que trabalham com e legitimam fontes diversas como contributo para a historiografia:

Tudo isto e mais o interesse por novos objetos, até então negligenciados pela História tradicional, fez com que a historiografia contemporânea se encaminhasse para

necessitar cada vez mais de outros tipos de fontes que não só as tradicionais crônicas e os habituais registros arquivísticos. Assim, se os arquivos oficiais continuam a ser fundamentais para o trabalho dos historiadores, eles estão longe de serem suficientes para fornecerem tudo o que os historiadores necessitam para o seu trabalho. (Barros, 2019, p.6).

Dessa forma, concordo com Barros, quando afirma que “De todo modo, pode-se dizer que, na atualidade, não há praticamente limites para um historiador quanto às suas possibilidades de transformar qualquer coisa em fonte histórica” (2019, p.3). Em complementaridade tem-se os estudiosos de museus, no campo histórico que buscam:

[...] ampliar esse olhar, percebendo que o patrimônio pode ser passível de leituras de mundo por parte dos sujeitos, com sentimento de pertencimento ou estranhamento em relação ao patrimônio. É sobre esse processo de compreensão histórica, de uma leitura de mundo que faça sentido, que possam ser utilizadas como fonte documental. (Zarbato, 2019, p.184).

O que chama a atenção, é que mesmo o museu tendo mais acesso a população do que os textos acadêmicos e grande impacto na sociedade, muitos ainda seguem com o discurso distante dos conhecimentos desenvolvidos na academia, mesmo que esse debate, tanto pelas instituições museais, quanto pela academia já venha de algum tempo. Segundo Santos (2006), a proposta defendida pelo ICOM, na década de 1960 já buscava alinhar História e prática museal:

O debate já não gira em torno de qual o melhor caminho a ser seguido pelos museus históricos, mas sobre como, ao reconhecer que a “ciência histórica” está na base dos museus, determinar as melhores formas de estudar objetos que ilustrem a evolução econômica, social, política e cultural segundo as leis da história. (p.65)

Sendo assim, o Museu José Antônio Pereira foi escolhido para esse estudo, pois apesar de carregar em sua narrativa a intenção de contar aos seus visitantes a história da fundação de toda uma cidade, que carrega em si uma grande variedade de identidades e diversidade, o seu próprio nome homenageia um homem. Como pesquisadores do campo histórico, sentimos a necessidade de pensar qual é o lugar desse sujeito na história da cidade, ou melhor, em quais narrativas ele aparece como o mais importante na ocupação do território e de que maneira foram construídas essas narrativas. O capítulo seguinte busca discutir de modo mais efetivo, os efeitos da produção de memórias sobre as narrativas históricas. Considerando isso, o texto discorre a respeito das considerações relacionadas ao Museu José Antônio Pereira e sobre o próprio sujeito, considerações que foram produzidas por historiadores e intelectuais, além de escritores que tratam da história regional ou local.

CAPÍTULO II. O MUSEU COMO LOCAL DE PRODUÇÃO/DIFUSÃO DE MEMÓRIAS

Esta é a história. Um jogo da vida e da morte prossegue no calmo desdobramento de um relato, ressurgência e denegação da origem, desvelamento de um passado morto e resultado de uma prática presente. Ela reitera, um regime diferente, os mitos que se constroem sobre um assassinato ou uma morte originária, e que fazem da linguagem o vestígio sempre remanescente de um começo tão impossível de reencontrar quanto de esquecer.

Michel de Certeau (1982)

No livro *A Escrita da História*, Michel de Certeau (1982) realizou uma análise relevante ao dizer que o historiador, na produção de seu trabalho, demonstra uma relação entre um “passado morto” e a releitura sobre este realizada, no presente. Assim, “a operação historiográfica” do profissional do campo histórico é atravessada pelo seu lugar social, métodos de análise e fontes utilizadas. Trata-se de uma narrativa sobre o passado, uma produção de discursos/versões sobre o outro. Posto isso, partimos dessa premissa para compreender, neste capítulo, a fundação de Campo Grande a partir das histórias possíveis derivadas da narrativa centrada no Museu José Antônio Pereira, muito da qual é tributária de relatos memorialistas. Para isso, analiso três livros memorialistas e faço um levantamento da produção acadêmica/historiográfica sobre este museu e a forma que este realiza o uso desse passado.

A constituição histórica do espaço museal também é examinada para entender como a versão apresentada na visita guiada foi construída. A intenção é, de alguma maneira, contribuir para a problematização e elucidação de aspectos relativos às divergentes formas de se contar a história da cidade, tanto a narrativa do espaço museal citado, quanto a historiografia acadêmica. É importante salientar que não se trata, pois, de uma noção hierárquica de produção do conhecimento histórico e sim de investigar a contribuição de cada uma destas perspectivas.

Desta feita, o presente capítulo apresenta as formas de constituição do Museu como espaço de História. A disputa de memória que envolve o Museu José Antônio Pereira e a sua escrita da História, se deve muito aos processos e estruturas mantidos pela elite local, que desde o princípio da ocupação pela família Pereira deixou registros escritos que possibilitaram a manutenção e repetição de seu discurso. No Brasil, por muito tempo, ocorreu a forte tendência

de se privilegiar nos estudos a disseminação das fontes escritas, no entanto, a recolha testemunhal por via oral problematiza a superioridade dessas fontes.

2.1. Os usos do passado e a construção da memória

Se em momentos inaugurais, os museus modernos colaboraram para celebrar feitos da Nação, de forma rápida passaram para os pequenos círculos locais, como o objetivo de apresentação de uma identidade cultural local. Uma parte significativa desta configuração museal, assenta-se em memórias e usos do passado e ainda em suposta memória coletiva de feitos que auxiliaram a edificar a cultura presente.

Os limites e as intersecções entre Memória e História apresentam ampla bibliografia apoiada, principalmente, nos escritos de Maurice Halbwachs (1990), Jacques Le Goff (1990), Pierre Nora (1993), Paul Ricoeur (1994), Michael Pollak (1989), entre outros, ponderaram e apresentaram contribuições teóricas consideráveis quanto à problemática da memória e sua relação com a produção de conhecimento nas ciências humanas. Partindo dessas pesquisas, compreendemos que a memória faz parte de um processo dinâmico e permanente de construção e reconstrução.

Pensar a cidade sob o prisma de sua “memória” significada na noção de patrimônio, perpassa pela relevância de compreender os pensamentos sobre o uso e valorização efetivados ao longo do tempo. Afinal, diversos locais instituídos como “locais de memória” coletivamente construídos, acabam se tornando objetos de permanente disputas simbólicas que revelam interesses de diferentes atores sociais. As escolhas sobre o que preservar e quais histórias registrar, trazem à tona outras questões. Essa discussão se intensifica no campo museal na década de 1970, quando correntes críticas que surgiram nos mais diversos campos do saber, começam a questionar a escolha de objetos e as narrativas presentes dentro das instituições museais. A nova museologia aponta para os prejuízos de espaços museais que associavam narrativas oficiais à nação e à cultura das elites dominantes, uma vez que a demanda era por espaços de negociação, onde os diversos atores sociais fossem representados em sua diversidade cultural. A narrativa sobre o outro deveria ser repensada.

Muitos museus foram acusados de serem locais representativos de histórias oficiais, do autoritarismo das elites ou mesmo de sociedades “sem história”. As mudanças podem ser observadas gradualmente, e em algumas localidades é possível notar a abordagem do e sobre os museus como espaços dinâmicos e criadores de narrativas culturais múltiplas, capazes de atender a diversidade de seu público.

Se tratando do Museu José Antônio Pereira, os motivos que levaram a sua fundação como espaço museal já não são mais os mesmos que justificam sua existência na contemporaneidade. A instituição representa uma parte da memória histórica do município, porém não qualquer história, e sim a da elite. No local se narra a versão da fundação ocasionada pela vinda de migrantes, brancos, de Minas Gerais, atraídos pelos campos de vacaria localizados na região centro-oeste do Brasil. O tombamento em 1983, seis anos após a transformação de Campo Grande em capital, não ocorreu por acaso, era necessário criar formas de consolidar uma identidade local que fosse diferenciada da região norte do estado de Mato Grosso.

Grupos sociais até então “esquecidos” clamaram pelo reconhecimento oficial de seus bens materiais e tradições culturais, para enaltecer seu processo de validação identitária, revendo as formas de interpretar e escolher os bens que deveriam ser patrimonializados³². São essas demandas que evidenciam as relações de poder atravessadas pelas escolhas do que deve ser lembrado ou esquecido. Os processos de patrimonialização são momentos históricos que respondem diversas questões postas pelos embates na construção da narrativa histórica, visto que, envolvem os usos do passado, invenção e memória deste.

Ao refletir sobre a noção de Memória, Pierre Nora, em “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, nos diz:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações. [...] é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente. [...] ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções (Nora, 1993, p.9).

Sendo assim, o processo de constituição da Memória é feito por uma constante troca/interação entre o passado e o tempo presente. Trata-se de uma prática social espontânea entre indivíduos e grupos e mantém no tempo aquilo que é significativo para a classe, além do mais, possibilita o sentido de identidade. Como bem estabelece Le Goff, “a memória é um

³² O ato de patrimonializar implica conferir o estatuto de patrimônio para um bem material ou imaterial a partir do reconhecimento de seu valor identitário, histórico, representativo de tradições culturais, entre outras singularidades que possam ser reconhecidas nos modos de viver de um grupo radicado em um determinado espaço e temporalidade. Portanto, o reconhecimento dos bens patrimoniais pressupõe uma tomada de decisão que visa garantir a sua proteção, conservação e preservação por intermédio de instrumentos legais (decretos e leis), que viabilizem o registro ou o tombamento, dependendo da tipologia do bem. (PELEGRINI, 2018, p. 89). Ver: Pelegrini, S. C. A. (2018). **Memórias e identidades:** a patrimonialização e os usos do passado. Anos 90, 25(48), 87–115.

elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (Le Goff, 1990, p.469). Para Halbwachs (1990), a memória possui o pensamento contínuo como uma de suas características marcantes, “que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (p.23).

Essa análise é pertinente, pois a interação entre História, Memória e Identidade é fundamental para melhor compreensão do discurso escolhido e utilizado pela instituição museal pesquisada. Essa, por sua vez, tenta remontar o que não é mais, por meio de marcas e signos, que são seus objetos guardados, conferindo a esses signos uma linguagem peculiar e permeada por intencionalidades, ou seja, um uso do passado feito para forjar uma identidade escolhida por poucos e repassada para todos, no chão da escola, na imprensa, nos eventos comemorativos de aniversário da cidade e outros. Para Chagas:

Concebidos inicialmente como “lugares” do projeto revolucionário, os museus, arquivos, bibliotecas e escolas tornados instituições públicas se multiplicam e chegam à atualidade como patrimônio coletivo e memória instituída. Em 1790, foram criados na França, os Arquivos Nacionais e em 1794 eles foram abertos ao público. No caso dos museus, a situação não é diferente. A vontade da burguesia afirmar-se como classe dirigente passa pela criação de um projeto museológico, claramente delineado. (2002, p.47).

Assim, indo na contramão das discussões que envolvem o museu em seu sentido mais amplo, o Museu José Antônio Pereira, desde sua inauguração, mantém, sem muitas alterações, a disposição de sua exposição e o seu discurso histórico. Porém não sem a resistência de povos que reivindicam que sua participação no crescimento da região seja reconhecida, como comunidades quilombolas e indígenas.

A memória coletiva estabelece, como já dito por Le Goff, um constituinte importante na construção identitária individual de comunidades, já que aparece como “um instrumento e um objeto de poder” (1990, p.476). Se, como indica Candau (2011), a ideia de memória vem acompanhada à de identidade e à de lembrança/esquecimento, são justamente nos campos de disputas pelas memórias que essas identidades se consolidam e acabam por se impor sobre as outras.

Dessa forma, é possível notar que em cada tempo se usa o passado de acordo com os questionamentos, interesses e circunstâncias que permeiam o presente. Klas-Göran Karlsson (2011), indica que os usos do passado feitos através do carácter científico e/ou acadêmico, moral, existencial, ideológico e político pedagógico são processos sempre mediados pela

cultura. Assim, é possível entender os usos do passado como uma forma de diálogo entre o que passou e os novos questionamentos contemporâneos. Porém, não podemos esquecer que a escrita da História não é monopólio dos historiadores, mas sim objeto de disputa entre agentes sociais de formação e atuação diversas, como é o caso dos memorialistas. O uso da historiografia por não especialistas é apontado por Hobsbawm:

[...] os não acadêmicos que necessitam e consomem a mercadoria que os historiadores produzem, e que constituem o seu mercado mais amplo e politicamente decisivo, não se incomodam com a nítida distinção entre os “procedimentos estritamente científicos” e as “construções retóricas” [...] Seu critério do que é “boa história” é a “história que é boa para nós” - “nosso país”, “nossa causa”, ou simplesmente “nossa satisfação emocional”. Quer gostem disso ou não, os historiadores profissionais produzem a matéria-prima para o uso ou abuso dos não profissionais (Hobsbawm, 2013, p.369).

O historiador também realiza um “uso do passado”, porém para desenvolver sua pesquisa baseia-se em metodologias e perspectivas teóricas que vão de encontro à temática escolhida. O tempo vivido pelo profissional e as problemáticas do momento influenciam as questões, por isso não existe impessoalidade, mas os escritos são feitos sob postulados de caráter científico. Para Guarinello “(...) Ela [a História] se apropria de seu objeto, o passado, do mesmo modo que as demais ciências: buscando um conhecimento possível e controlado sobre os acontecimentos e as ações humanas no passado e tentando interpretá-los.” (Guarinello, 2013, p. 10).

No artigo “Entre Memória e História”, Nora utiliza a expressão “aceleração da história” onde o passado é tratado como uma forma de deter a perda da identidade, essa que está diretamente ligada à noção de passado, contando que o presente seja mais “alongado”. Nesse sentido para Nora:

Aceleração da história. Para além da metáfora, é preciso ter a noção do que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida - uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo do terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais. (Nora, 1993, p.7).

Existem diversos fatores que incentivam o estudo dos usos do passado por historiadores, um deles é o “boom” da memória, tratado por Benavides e Álvarez (2019). Essa “explosão” originou um interesse em caracterizar o pensamento de períodos da História onde a sociedade

passa a se dividir, formar opiniões diversas e até opostas sobre uma mesma temática como, por exemplo, a ditadura no Brasil. Segundo Malerba (2017, p.142), o boom é “o aumento do stock de certas formas de conhecimento sobre o passado, em particular a elevação do estatuto dos discursos de memória e o valor do testemunho”. Esse processo incentiva a revisitação de questões históricas, que agora serão (re)escritas e acompanharão esse movimento na tentativa de atender a novas demandas sociais.

Porém, para Malerba (2014), um problema da demanda por novas histórias, ou novas interpretações é que quem faz essas construções não está sempre disposto a formar uma versão que contenha verossimilhança. Isso acaba por permitir que a história narrada, se sobreponha à história comprovada, de modo que essa afirmativa pode ser usada para trabalhar escritos não acadêmicos que se apresentam como históricos, ou até mesmo, espaços/lugares de memória. Assim, esses processos são permeados por tensões e rivalidades entre lideranças locais, grupos étnicos e políticos. Esses movimentos e influências, em maior ou menor grau, são observados dentro das instituições museais atravessadas por questões políticas, visto que no Brasil, a configuração de espaços de guarda e acervo documental, passa em boa medida, pela administração do poder público, ou agências destinadas a este fim. Nesse sentido, Chagas nos lembra que a escolha das memórias e patrimônios a serem mantidos pelo Estado perpassam por seleções permeadas por forças de poder, assim:

Reconhecer que existem relações entre o poder e a memória implica em politizar as lembranças e os esquecimentos. A memória - voluntária ou involuntária, individual ou coletiva - é, como se sabe, sempre seletiva. O seu caráter seletivo deveria ser suficiente para indicar as suas articulações com os dispositivos de poder. (2002, p. 46).

E continua, “O poder em exercício amplia a sua rede de relações, produz novos sentidos, estabelece linhas de pensamento, determina o que deve ser conhecido, multiplica as instituições de memória (e de esquecimento) atribuindo-lhes um papel de fonte de saber, de “luz” e de “esclarecimento” (Chagas, p.49). Portanto, ao manter uma narrativa que se prende a elite, o Museu José Antônio Pereira não incentiva que dentro do seu espaço ocorra reflexão ou questionamentos que relativizam a história oficial estabelecida na memória de uma única família predominante na história local, dessa maneira favorece críticas em relação à versão da história que deseja contar e manter.

Assim, é possível concluir que a memória é um ingrediente essencial na formação da identidade, tanto individual quanto coletiva, além de um fator extremamente relevante na formação do sentimento de continuidade e coerência. Para Thompson (1997), faz parte da

necessidade humana compor um passado com o qual possamos conviver, uma identidade ou subjetividade a respeito daquilo que compomos em nossas vidas, nesse sentido, é possível completar esse pensamento quando Nora afirma que “No coração da história trabalha um criticismo destruidor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir. A história é a deslegitimação do passado vivido.” (1993, p.9).

Assim, a memória está sempre em processo de desconstrução e reconstrução, resultado de um trabalho socialmente edificado. Mesmo que sempre marcada pelo tempo passado, é o tempo presente que realiza as escolhas, os questionamentos e as experiências que serão referenciadas. Dessa forma, “memória coletiva é não somente conquista, é também um instrumento e um objeto de poder” (Le Goff, 1990, p.46). Segundo Pelegrini (2007, p.87), existe um “locus” privilegiado onde as memórias e identidades adquirem materialidade: no patrimônio cultural. Diante do exposto, Araripe (2004) defende que:

Costumamos pensar que o patrimônio é passado, memória daquilo que ficou como herança. Mas o patrimônio, também, é presente, é memória do tempo presente. Isso porque não podemos entender o presente, nem tampouco pensar o futuro, sem olhar a memória – pano de fundo para se pensar as mudanças sociais. Em se tratando de passado temos um patrimônio que agrupa pessoas e acontecimentos que testemunham períodos vividos. São memórias que profissionais e instituições credenciam como patrimônio: preservando-os, recuperando-os e conservando-os. (Araripe, 2004, p.114).

Nesse sentido, a conservação aparece como mais uma das formas de preservação de uma memória através da reflexão histórica, apresenta-se como um local de desenvolvimento da consciência histórica aliado aos processos pedagógicos adequados, dessa maneira permite que o indivíduo aprimore a habilidade de se localizar em seu tempo. Essa memória intrínseca ao patrimônio tem o poder de manter os vínculos entre comunidade e seu sentido de identidade, no entanto para isso acontecer com sucesso nas discussões sobre identidade cultural, os locais de memória devem alinhar suas narrativas às demandas sociais. Afinal, é na memória (individual ou coletiva) que representa o passado, a tradição e/ou a história de um país, estado, cidade ou comunidade em que os indivíduos se reconhecem enquanto ser social e participantes da formação da identidade local.

Acreditamos ser importante tratar dessa questão, pois, o Museu José Antônio Pereira, objeto de estudo desta pesquisa, também é um local de memórias em disputa, porque ao manter viva a versão da fundação da cidade realizada por um homem branco e sua família, acaba por omitir outras versões, outros sujeitos e cenários.

Portanto, ao se colocar como um local que cumpre a função de comunicação e educação histórica, o Museu José Antônio Pereira pode apresentar comprometimento da fidedignidade histórica, visto que não se coloca como uma instituição familiar, embora também o seja. De maneira geral, os objetos da cultura material são capazes de representar um pedaço do meio ambiente humano que é “[...] intencionalmente moldado pelo homem segundo um plano cultural determinado” (Deetz, 1997, p. 7 apud Pearce, 2006, p.9). A ligação do Museu José Antônio Pereira com as questões identitárias locais, não precisa reforçar preconceitos, para Michel Pollak “[...] não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (Pollak, 1989, p.4). Mário Chagas, responde à questão da manutenção dessa memória coletiva em museus e aponta o eurocentrismo e a diminuição do outro e consequente valorização de si como um desses motivos, nesse sentido o autor exemplifica:

A declaração do abade Grégoire, em 1794, à Convenção Nacional, permite identificar em nome de quem as lembranças devem ser salvas: “Inscrevamos – diz ele – em todos os monumentos e gravemos nos corações esta sentença: os bárbaros e os escravos detestam as ciências e destróem os monumentos de artes; os homens livres os amam e os conservam.” (1994: p.4) Portanto, a conservação das ciências, artes e monumentos, destina-se aos “homens livres”, aos burgueses bem sucedidos. Os que não sabem, os que não apreciam as artes, os que não se identificam com os monumentos são “bárbaros” ou “escravos”, e em qualquer caso são excluídos politicamente do processo de construção de memória (2002, p.42).

Mesmo que na história oral se admita que outras pessoas já habitavam essas terras, entre eles: indígenas, espanhóis e posseiros, ela aponta também a presença de uma comunidade negra, no que hoje é o Bairro São Francisco (próximo ao córrego segredo), segundo relatos, essas pessoas chegaram antes do reconhecido como fundador da cidade e sua família. Esse é o ponto sensível de conflito entre a memória oficial dominante e a “memória subterrânea”. Segundo Pollak, “Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à memória oficial.” (1989, p.17).

Segundo a historiadora Alisolete Antonia dos Santos Weingärtner, foi a história oral e a memória dos descendentes de Tia Eva que começaram a romper com o silenciamento e a marginalização do passado da comunidade quilombola. Seus descendentes procuravam dar destaque ao protagonismo de Eva Maria de Jesus no processo de fundação da cidade de Campo Grande:

A história oral admite que José Antônio Pereira não é o primeiro desbravador a instalar moradia na confluência dos córregos Prosa e Segredo, ela aponta também, a existência de uma comunidade negra, no Cascudo, hoje Bairro São Francisco, contemporânea à chegada dos primeiros desbravadores descendentes de portugueses. (Weingärtner, 1995, p. 4).

Sobre isso, Plínio dos Santos diz:

Em 1904, tia Eva, suas três filhas, genro e Adão - companheiro de tia Eva, impulsionados por notícias de terras vagas no recente instituído município de Campo Grande – Mato Grosso, principiaram os preparativos da migração. Em seguida, esse grupo se juntou a famílias de ex-escravos, as quais estavam migrando de Uberaba também para Campo Grande. (2013, p.43).

Ao chegar na Vila Santo Antônio de Campo Grande o grupo se estabeleceu na região de nome Olho D'Água, onde iniciaram suas roças e construções. Em pouco tempo o local passou a ser denominado como Cascudo, lugar onde os negros andavam de “pé no chão”. Para Plínio dos Santos (2013), essa mudança de nomenclatura demonstra uma separação espacial entre os negros e os brancos que habitavam a vila.

Localizada atualmente na região urbana da cidade, a Vila de São Benedito, mais conhecida como comunidade Tia Eva, se evidencia pela sua conhecida igreja de São Benedito, já citada neste trabalho como patrimônio tombado pelo município. Dentro da construção, edificada em pau a pique no ano de 1905 e refeita em alvenaria em 1919 a igreja é o espaço central da comunidade. A imagem do santo de devoção de Eva Maria de Jesus, trazida por ela de Jataí (GO) e seus restos mortais também estão localizados nesse imóvel (Plínio dos Santos, 2013).

Inicialmente, o trabalho na roça era a mais relevante atividade econômica do grupo, posteriormente, foi combinado com o trabalho assalariado dos homens nas propriedades rurais da região, e com o comércio de doces feitos pelas mulheres. No fluxo do crescimento urbano, os membros das comunidades começaram a ser empregados também na construção civil (homens) e serviços domésticos (mulheres) (Plínio dos Santos, 2013).

As diferentes versões configuram pontos de tensão e conflito ao colocar em movimento forças que buscam o desmantelamento das lembranças estabelecidas, dessa maneira se chocam com a história oficial. A memória entra em disputa em momentos de crise, em sobressaltos bruscos, segundo Pollak (1989). Para Myleide de Souza Meneses Oliveira esse momento aconteceu para a Comunidade Quilombola Tia Eva quando:

O acesso das classes populares, no caso estudantes afrodescendentes, na universidade representou um fator decisivo para o processo identitário dos mais jovens envolvidos diretamente no processo, que acabou contagiando toda comunidade Tia Eva naquele período. Todo o processo foi gradual e procurou integrar toda comunidade. Inicialmente foram envolvidos em reuniões, discussões, encontros, ou seja, um conjunto de ações coletivas para que tudo se realizasse. Percebemos nas narrativas e pequenos vídeos-documentários, que este projeto trouxe para a comunidade Tia Eva um sentimento de pertencimento racial, o qual serviu de fortalecimento para encarar os processos discriminatórios aos quais eram obrigados viver, cotidianamente, seja pelo tipo de trabalho que exerciam (empregada doméstica, faxineiro...), pelas piadas, pelas práticas pedagógicas, pela exploração maior (salários mais baixos). (Oliveira, 2019, p.115).

Diante disso, os membros da própria comunidade iniciam processos que buscam apresentar sua versão como protagonistas de suas narrativas e memórias criando, por exemplo, o website “Comunidade Quilombola Tia Eva”³³ desenvolvido em parceria com o Prof. História (Mestrado Profissional) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para servir de suporte no Ensino de História. Essa ferramenta aparece como forma de promover um sentimento de pertencimento e incentivar o fortalecimento e afirmação identitária quilombola no estado.

Portanto, é possível concluir que a demanda pelo reconhecimento da participação negra na fundação da cidade se inicia no momento de constatação dessa comunidade como parte relevante. Assim, seus próprios membros começaram a reivindicar que novas formas de identidade sejam apresentadas nas versões da história da cidade, principalmente no tempo de sua fundação. Ao se manter alheio a essa demanda, o Museu José Antônio Pereira se distancia cada vez mais das mudanças de paradigmas estruturais que o campo museológico apresenta, principalmente ao tratar da Museologia Social ou de Ecomuseu, onde ao buscar obter a “verdade” sobre os objetos e a exposição, fica preso a uma realidade ausente e distante de seus visitantes.

Ao levar em conta que o Museu José Antônio Pereira é um espaço tombado pelo município, esse processo de patrimonialização acaba por despolitizar o patrimônio e estabelece como verdade seu discurso, uma vez que, por seu intermédio, espalha-se uma narrativa pseudo-harmoniosa da ocupação do território sul de Mato Grosso, apaga as tensões, elimina as diferenciações, conflitos e problemas. Desse modo, as práticas e políticas do esquecimento e da memória provocaram a destruição e o apagamento de corpos que estiveram presentes anteriormente à ocupação do dito fundador e durante todo o processo de construção da cidade.

³³ <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br>. Acesso em 30 de janeiro de 2023.

Essa maneira de apresentação acaba por prejudicar o desenvolvimento de novas formas de identidade local.

Assim, essas disputas de memória começaram a fazer parte do campo de pesquisa do historiador, afinal, é possível experienciar na História do tempo presente uma revisão das políticas de memória. Ocorrem através de protestos, manifestações, notas de repúdios e outros, questionamentos quanto aos já estabelecidos significados que permeiam as escolhas de monumentos, novas perguntas que nortearão a permanência (ou não) do que se quer preservar. Nesse sentido, Araripe lembra que:

É interessante, portanto, além de pensar numa memória que mantenha conexão com os bens patrimoniais – tais como monumentos e fatos históricos, que se considere o indivíduo como um cidadão e, por conseguinte, merecedor de memória – individual e coletiva – que lhe permita uma consciência histórica capaz de possibilitar a esse cidadão o (re)conhecimento desses bens como parte da sua memória e da sua história (Araripe, 2004, p. 120).

Tal postura adotada por esses estudiosos pode ser usada para os questionamentos das formas de identidade que são apresentadas/incentivadas em cada região.

Ao considerar esse contexto, muitas instituições museais no Brasil, principalmente as que estão ligadas a identidades estabelecidas ainda no Império e início da independência, em um momento no qual os intelectuais nacionais estavam preocupados em encontrar vestígios de acontecimentos históricos e agrupar objetos em espaços museais, acabaram por buscar narrativas e formas de coleções que contribuíssem para corporificar a saga de grandes heróis da Nação. No Museu José Antônio Pereira não é diferente, a memória ainda é restrita à lembrança de uma elite sobre seu passado, baseada em relatos memorialistas e repetitivos. Entendemos, portanto, que os espaços museais são campos privilegiados para o diálogo entre memória, história e patrimônio.

2.2. Os memorialistas e a escrita de uma história a partir dos Museus regionais

A trajetória da pesquisa realizada propiciou o encontro com uma outra tipologia documental, a qual posta em diálogo com o espaço museal, fornece pistas interessantes para a produção da narrativa histórica sobre Campo Grande. Observa-se um crescente número de pesquisas em História que usam como fonte a produção memorialística e/ou autobiografia de pessoas consideradas relevantes para o estabelecimento de determinada região. Ao ocupar um lugar ora reverenciado, ora subjugado, esses estudos fornecem elementos de grupos sociais e

cotidianos que podem ser colocados para compreender a composição regional. Assim, o discurso memorialista é também uma das diversas formas de acessar o passado, afinal, a representação deste não acontece apenas por atividade de pesquisa documental por parte dos historiadores. Esta seção busca compreender de forma mais completa como se constrói a narrativa museal do Museu José Antônio Pereira, a qual envolve a produção memorialística de autores que buscam forjar o início da vida “civilizada” na região. Entre eles estão: Virgílio Corrêa Filho (1950), José de Melo e Silva (1939), Emílio Garcia Barbosa (1963), Paulo Coelho Machado (1990), Eurípedes Barsanulfo Pereira (2002), Edgar Monteiro Salgado (2001) entre outros. Para Moro (2012):

A maior parte destes escritos tentou construir uma história e justificar o predomínio da sociedade pastoril sobre as outras, nesse caso muito mais sobre as pessoas pobres do que qualquer outro grupo social. Contudo, as fontes utilizadas pelos memorialistas geralmente não estão disponíveis em nenhum arquivo estadual ou nacional. Quase todos os memorialistas escreveram as suas obras tendo como base afirmações passadas de pai para filho por meio da tradição oral, do que um contava e o outro recontava, portanto da lembrança do outrora, ou seja, do que tinham ouvido falar dos que já estavam “neste território há muito tempo.” (p.20).

Visto que este trabalho constitui uma pesquisa de mestrado, optou-se por examinar livros memorialistas de quatro obras: Luci Carlos de Andrade (2020), Eurípedes Barsanulfo Pereira (2002), Edgar Monteiro Salgado (2001) e Marcelo Marinho e Paulo Renato Coelho Netto (1999). Tal escolha se justifica na participação dos autores nas famílias com antepassados que foram eleitos fundadores da cidade e da forte presença destes na região.

Para dialogar com essa produção, aponto as versões que trazem os estudiosos da academia para o mesmo período de fundação, como: Caetano (2012), Amarilha (2006), Moro (2017) e Calado (2013). Também é importante lembrar que as narrativas memorialistas atingem outros meios com mais facilidade, com o discurso replicado em notícias, fotografias, revistas, publicidade, conversas e mídias digitais e ocupam lugares que os estudos acadêmicos nem sempre chegam, como o senso comum. Maurice Halbwachs, argumenta que a recordação nunca é um processo individual, pelo contrário, é sempre determinado pelo meio:

Mas nossas lembranças permanecem sempre coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (Halbwachs, 1990, p.26).

Também participaram dessa formação de narrativa o IHGMS e o IHGMT (em momento anterior a separação do estado), que de certa forma foram as primeiras instituições regionais voltadas para a produção de conhecimento histórico. Quase que exclusivas até metade do século XX, essas entidades tiveram tempo e prerrogativa de criar, legitimar e oficializar o que era a história de Mato Grosso do Sul. Eurípedes Barsanulfo Pereira é um dos memorialistas que lançou seu livro pela editora do instituto, de nome “História da Fundação de Campo Grande” (2002). Vale ressaltar que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em outubro de 1838 tinha por objetivo, segundo Lilia Schwarcz “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos.” (2005, p.129).

Se entrelaçam nos relatos memorialistas, memória e poder, por isso tomo aqui a perspectiva de Mário Chagas (2009), que trabalha o caráter seletivo da memória “Onde há poder, há resistência, há memória e há esquecimento” (p.136). Segundo o autor, está implicitamente ligado à memória a ação política que invoca o lembrar e o esquecer, principalmente ao tratar de “marcos fundadores especialmente selecionados” (p.136), usados para pautar e influenciar o desenrolar do presente.

Dessa forma, apesar da diversidade de origem de autores, gêneros e até gerações, os escritores memorialistas que escrevem sobre marcos fundadores das cidades possuem características que se repetem. Em primeiro lugar acontece a “escolha” de um herói, um único homem capaz de desbravar terras desconhecidas, este sujeito também é o responsável em aproximar a região ao sentimento de progresso e executar a crença religiosa local. Após esse primeiro momento a narrativa segue para a articulação entre tradição e modernidade e para a presença e importância das elites locais. Tudo isso é cimentado com a obsessão pela data exata da fundação da cidade, homenagens infinitas ao herói fundador em nomes de escolas, bibliotecas, museus, ruas, praças, patrimônio arquitetônico e outros.

A narrativa memorialista sobre a cidade de Campo Grande é bastante diversificada e também numerosa, como citada anteriormente³⁴. Esses escritos estão presentes como a história

³⁴Ver: CORRÊA FILHO, Virgílio. **Evolução Histórica de Mato Grosso**. Rev. Esso, Rio de Janeiro: nov./dez. 1950.

SILVA, José de Melo e. **Fronteiras guaranis**. São Paulo: Imprensa Metodista, 1939.

BARBOSA, Emílio Gonçalves. **Panoramas do sul de Mato Grosso**. Campo Grande (MS): Editora Empresa Correio do Estado Ltda, 1963.

PEREIRA, Eurípedes Barsanulfo. **História da fundação de Campo Grande**. Campo Grande: Edição do Autor, 2002.

SALGADO, Edgar Monteiro. **Mato Grosso do Sul e a Mesopotâmia do Prosa e Segredo**. Campo Grande: S/Ed. 2001.

ANDRADE, Luci Carlos. **Campo Grande: uma cidade cheia de encantos**, Life Editora, Campo Grande, 2020.

verdadeira ou verossímil do município e são utilizados como referência em diversos estudos acadêmicos na área de arquitetura, linguística e outras, ao compor um painel sobre uma pequena vila que rapidamente se modernizou e, conseqüentemente, tornou-se capital de um novo estado³⁵. Segundo Calado (2013), “Em registros oficiais e documentos impressos dos prefeitos, desde sua fundação, Campo Grande era citada com adjetivação de um futuro promissor. Assim, como muitos memorialistas e historiadores reafirmam esse discurso”. Para Bittar:

A elevação de Campo Grande à condição de capital fez com que ela sofresse um rápido crescimento na década de 80. Vista por muitos como o “Eldorado” do Centro-Oeste, atraiu fortes correntes migratórias que mudaram o seu perfil social. A “febre” de crescimento incrementou atividades econômicas destacando-se a construção civil (Bittar, 1997, p. 141)

O momento de transformação da cidade em capital (1977) aumentou a demanda por uma identidade que demarcasse diferenças com as regiões do entorno. Esse período acabou por favorecer a invenção de tradições por instituições governamentais ou grupos intelectuais, tendentes a incentivar o sentido coletivo de superioridade das elites. Tal processo acabou por excluir da história sul-mato-grossense não apenas alguns fatos e acontecimentos, mas também grupos e populações que foram e são ativos na comunidade e, portanto merecem esse reconhecimento. O prejuízo está na exploração que essas obras têm localmente, quando consideradas um trabalho de cunho histórico, ou até mesmo quando utilizadas para Ensino de História em relação a História da cidade, como se esses escritos comportassem de maneira verossímil e integral a identidade local.

Os memorialistas são, em sua maioria, pessoas que nasceram e viveram no município tematizado. No caso de Campo Grande, uma cidade ainda jovem, os autores desses escritos fizeram parte da elite econômica e política da cidade, no entanto a maior parcela desses não possui nenhuma ligação com atividades de produção do conhecimento histórico, são profissionais de diversas áreas. Mesmo assim, é interessante observar que essas obras mantêm características de elaboração e organização muito próximas, que dialogam em seu entendimento histórico. Pontuo isso, pois seria problemático trabalhar obras memorialistas sem observar a posição dos autores na sociedade em que viviam/vivem. Para Calado:

Sendo assim, memorialistas trabalharam no sentido do registro, muitas vezes, incorrendo num processo de divulgar informações de outros. Esse processo criou um

³⁵ Ver: MORO, Nataniél Dal. espaço público, viver urbano e reterritorialização do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70). Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

campo homogêneo, ou seja, as informações iam ganhando “corpo”, até que fossem aceitas como verdades absolutas. Não se pode renegar o trabalho existente como fonte, pois, também, a partir dos memorialistas, pode-se escrever uma história mais consistente, encarando as fontes e o método com mais precisão. Atualmente, muitos trabalhos são desenvolvidos, ou já o foram, não só por historiadores, mas também por estudiosos de outras áreas, sobre a cidade de Campo Grande, utilizando como lastro obras memorialísticas (Calado, 2010, p. 25).

Para Moro (2017), a configuração construída por memorialistas sobre a cidade de Campo Grande já foi trabalhada de diversas formas, mantendo a exaltação dos sujeitos históricos que, como heróis, construíram a localidade. A autora acrescenta que essa versão foi exaustivamente exposta a mais de 100 anos e segue até hoje sendo reproduzida por diversos meios de comunicação, para ele essa narrativa:

[...] sintetiza a forma “hegemônica” de narrar o início – a história – do Município de Campo Grande, os seus primórdios, o que de mais antigo se possui registro. Forma hegemônica em razão de que instituições privadas e públicas externam tal compreensão, na verdade narração do passado, como se fossem na maior parte das vezes, algo linear. Sendo assim, desconsideram, ocasionalmente ou não, os conflitos e as tensões, isto é, as “lutas de classes”, que é inerente ao cotidiano dos sujeitos históricos (p.31).

O que Joel Candau (2011, p.131) chama de “história vulgarizada” se aproxima do trabalho dos memorialistas que, atingindo um público amplo, é “uma fonte identitária incontestável”. Para ele a História pouco interfere no campo memorial:

Se a história objetiva esclarecer da melhor forma possível aspectos do passado, a memória busca mais instaurá-lo, uma instauração imanente ao ato de memorização. A história busca revelar as formas do passado, enquanto a memória as modela, um pouco como faz a tradição. A primeira tem preocupação de ordenar, a segunda é atravessada pela desordem da paixão, das emoções, dos afetos. A história pode vir a legitimar, mas a memória é fundadora. Ali, onde a história se esforça em colocar o passado a distância, a memória busca fundir-se nele (Candau, 2011, p.132).

Dito isso, Le Goff (1990) considera que apesar de possuírem definições distintas, História e Memória estão sempre intrinsecamente ligadas. O trabalho do historiador não se desprende totalmente da memória, pois a memória pode ser determinada ou não. Para Halbwachs (2006), a “memória coletiva” seria uma memória produzida, vivida, oral, normativa, curta e plural é o que se aproxima das intencionalidades do trabalho memorialista. Compreendemos como memorialistas os escritores que partem de uma infinidade de fontes, principalmente orais e imagéticas, como também produzem escritos variados, a maioria mantendo a exaltação de uma elite dominante. Especificamente, no caso de Campo Grande, Nataniel Dal Moro (2012), em sua tese defendida pela PUC (São Paulo), realiza a análise do

pensar da elite sobre o povo comum da cidade e as implicações da imposição de uma narrativa. Segundo o autor, os sujeitos não-abastados foram pensados como pessoas inativas no mundo da política, portanto, não eram dignas de ter os seus nomes mencionados pelo modo de escrever história oficial ou história universal.

Muitos desses textos, principalmente aqueles produzidos por quem também se encaixa na elite econômica da região, carregam de forma explícita a experiência de vida de cada autor e como a cidade e/ou região os atravessa como pessoas. O exercício de escrita memorialística não exime seus autores de extensa pesquisa: muitos desses escritores passaram anos de suas vidas debruçando-se sobre arquivos e sobre a realização de entrevistas com moradores da cidade, porém, essas fontes não costumam ser divulgadas ou catalogadas. Essa versão, geralmente construída por meio de fontes oficiais, com documentos coletados em arquivos controlados pelo poder público, não questiona os feitos dos “grandes” homens públicos, ao invés disso mantém uma narrativa linear e homogênea da realidade histórica.

Visto isso, os memorialistas também seguem no papel de “fazer história”, mesmo que estes, em sua maioria, sejam intelectuais e eruditos provindos de outras formações e áreas de conhecimento, como: atividades públicas, ramos administrativos e, até mesmo, das ciências da saúde. Não existe uma concordância sobre os usos desses escritos, assim Carlos Bacellar e Lucila Reis Brioschi destacam:

Se, por um lado, há a história do Brasil, oficial e ensinada nas escolas e que, por vezes, parece distante do nosso dia a dia, por outro temos uma série de monografias de cidades e municípios que nos colocam fatos isolados, ou mesmo anedóticos, mas que são mais familiares aos moradores locais. Este tipo de produção, de circulação restrita, ganha importância e reconhecimento ao ir de encontro ao imaginário daqueles que se reconhecem como parentes e amigos dos “heróis” ali reverenciados. Simultaneamente, tais obras sugerem, de modo quase sempre implícito, as relações entre essa história local e o todo representado pela sociedade paulista ou brasileira (Bacellar; Brioschi, 1999, p. 16).

Baseados nessa forma de pensar, alguns autores acreditam que obras memorialistas fazem parte da busca em manter viva a importância da preservação de certos patrimônios culturais locais, além de incentivar a valorização desses por parte da população. Isso não significa que essas obras não possam ser repensadas com base nos conhecimentos acadêmicos, visto que, o alcance das obras memorialistas é inegavelmente facilitado entre o público local, mais acessível financeiramente e também fisicamente em sebos da região, se comparada aos escritos acadêmicos.

Rüsen ao trabalhar o conceito de consciência histórica como fundamento da ciência histórica, acredita que essa consciência é inerente ao ser humano, além de ser consequência de suas interações com o tempo. Assim, a História, sua escrita e o pensar sobre ela não seriam propriedades do historiador, mas uma ciência universal entre qualquer ser humano. Para Rüsen a consciência histórica tem um propósito:

[...] A consciência histórica é, pois, guiada pela intenção de dominar o tempo que é experimentado pelo homem como ameaça de perder-se na transformação do mundo e dele mesmo. O pensamento histórico é, por conseguinte, ganho de tempo, e o conhecimento histórico é tempo ganho”. (Rüsen, 2001, p.60).

Portanto, a trajetória de muitos memorialistas nos revela que a escrita do passado não é propriedade exclusiva dos historiadores ou mesmo de pessoas inseridas nos meios acadêmicos, e é um bom exemplo de que a consciência histórica faz parte do ser e agir humano. Para Rüsen, a narrativa histórica surge como resultado intelectual onde a consciência histórica se forma e se desenvolve, nesse processo as lembranças e experiências vividas por quem escreve estão sempre permeadas na escrita de alguma forma. É possível completar esse raciocínio com Candau (2011):

Assim, o escritor local, aquele que tem o poder de registrar os traços do passado, oferece ao grupo a possibilidade de reapropriar-se desse passado através dos traços transcritos. Entretanto, com frequência a escrita, como modalidade de expansão da memória, deixa a busca identitária incompleta. (...) Pode-se, então, questionar a maneira de selecionar o que deve ser conservado em sociedades de tradição escrita do que naquela de tradição oral (p.109).

Além disso, segundo Rüsen, essa narrativa faz parte de um meio de constituição da identidade humana "A resistência dos homens à perda de si e seu esforço de autoafirmação constituem-se como identidade mediante representações de continuidade, com as quais relacionam as experiências do tempo com as intenções do tempo” (Rüsen, 2001, p. 66).

O primeiro título examinado foi publicado em 2022 pela pedagoga e tataraneta de José Antônio Pereira, Luci Carlos de Andrade. Sua produção de nome “Campo Grande: uma cidade cheia de encantos” foca nos feitos do desbravador, sem mencionar povos indígenas, afrodescendentes e outros imigrantes presentes na região. O livro, disponível para compra no site da editora Life, no início de 2023 custava cinquenta reais e apresenta a seguinte descrição:

Este livro infantil, cujo nome – Campo Grande uma cidade cheia de encantos – tem a intenção de apresentar à criança a história da fundação da cidade, de forma leve e prazerosa. Busca destacar os pontos históricos da construção de Campo Grande, desde

a vinda do fundador José Antônio Pereira perpassando todo o contexto do desenvolvimento da cidade, hoje capital do Estado de Mato Grosso do Sul. Contribui com a literatura infantil, ao instigar a curiosidade, as descobertas e as indagações da criança perante o mundo em que vive, partilhando informações em um formato lúdico carregado de mistérios e encantos. (descrição presente no site da editora).³⁶

Em entrevista concedida ao jornal “Correio do Estado”, publicada no dia 19 de agosto de 2020, a professora diz que o objetivo de seu escrito é contar a história da fundação para as crianças. Ela ainda vai além e acrescenta que o livro deve “servir de referência” para o educador infantil. Porém, apesar dos inúmeros trabalhos científicos que acrescentam uma riqueza de detalhes a todo esse processo de fundação, o livro de Andrade deixa a desejar em aspectos importantes, sobretudo, por centrar o relato exclusivamente na figura de José Antônio Pereira, apresentando uma visão superficial, repetitiva e ultrapassada sobre o desenvolvimento e povoamento da cidade.

Com claro objetivo de fazer parte da formação da identidade local desde a infância, esse livro mantém de fora indígenas, pessoas escravizadas e até mesmo as mulheres entrantes que participaram de todo processo de povoação. De modo que perpetua, ainda em 2023, ausências na história local. O passado é relembrado com nostalgia, contudo em caráter pedagógico. Essa obra, por ser recente, só é conseguida através de compra online, o que dificulta o seu acesso. A autora, por pertencer a uma instituição de ensino público, dá autoridade e legitimidade à obra, enreda o discurso regional e do regionalismo no campo da ciência e da objetividade.

É sabido que o estado de Mato Grosso do Sul inicia seu período de ocupação com a invasão de terras indígenas e consequente lutas, mortes e expulsão dessa população para terras mais afastadas. Obviamente, não era de interesse da elite local que o conflito com diversas etnias, que já habitavam a região havia muito tempo, fosse foco de uma história regional oficial, assim povos originários foram pensadamente excluídos de diversos relatos memorialistas, exclusão que gera consequências ainda na contemporaneidade. Interesses políticos, sociais e econômicos também fizeram parte desse silenciamento, esses escritos buscavam legitimar os coronéis como verdadeiros donos de grandes porções de terras, na busca de impedir uma reintegração futura. Assim, maquiados pela preocupação de forjar uma identidade regional “adequada” e valorizadora do sujeito sul-matogrossense, memorialistas autenticavam a elite de todo poder regional e excluía a intensa participação e resistência indígena histórica e atual. Portanto, a versão forjada foi propositalmente adequada com os aspectos que faziam sentido para os grupos hegemônico:

³⁶<https://www.lifeeditora.com.br/loja/produto/campo-grande-uma-cidade-cheia-de-encantos-ilustrado/>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2023.

Assim, no momento da criação do Mato Grosso do Sul, cria-se a oportunidade de produzir discursos que legitimam a região, que lhe garantem um passado, mas que constitui um trabalho significativo de reelaboração de seus sentidos e significados, inclusive de invenção ficcional do próprio espaço. É de lá que se passa a produzir saberes em torno dessa região, claramente estruturados a partir de discursos essencialistas, a-históricos. (Caetano, 2012, p. 84).

Na produção historiográfica das últimas décadas, muitas ausências e lacunas da História do povoamento de Mato Grosso do Sul começaram a ser questionadas, não necessariamente com base em fontes inéditas, mas muitas das vezes com a intenção de incluir na História acadêmica novos questionamentos dessas fontes. O passado não se altera, é a construção do conhecimento que adquire novas possibilidades que partem de inovações na teoria e metodologia da escrita acadêmica e também das experiências vividas e vivenciadas pelo pesquisador. Isso não significa que a História escrita pela academia não esteja imbuída de interpretações pessoais e subjetividades, porém se encontra distante da literatura. Esse tipo de diferenciação é de extrema relevância para o sucesso do discernimento entre o texto historiográfico e memorialístico.

Portanto, a história que os memorialistas conhecem e perpetuam é aquela que lhes foi ensinada na escola, a história dos grandes heróis, dos grandes homens, das pessoas “relevantes”, dos feitos memoráveis, das datas e dos fatos. Assim, os escritos memorialistas, mesmo que possuam elementos ficcionais, buscam no passado os componentes que explicam e dão, de alguma forma, sentido ao presente. Não se pode negar o interesse desses escritores pela história, pois muitos trazem a palavra até no título de seus livros, procurando validar como versão oficial e atrair aqueles que buscam por essas informações. Dessa forma, mesmo que não sigam a teoria e metodologia acadêmica para a produção de seu material, eles são frutos da consciência histórica e experiência de vida do autor, o que não torna essas narrativas científicas:

Nesse caso, a narrativa, enquanto forma de constituição de sentido, opera não somente ao nível do texto, mas está inscrita, de modo mais ou menos estruturado (dependendo da perspectiva adotada, nas vivências de homens que agem ou sofrem os acontecimentos a partir de experiências acumuladas e rearticuladas pela memória, dos seus desejos, afetos, intenções e projeções do futuro. (Marcelino, 2012, p.131)

Segundo análise das professoras Sara Albieri e Raquel Glezer (2009), a discussão sobre História como campo de disputa é essencial, visto que cada vez mais surgem textos de enorme repercussão escritos por não historiadores, mas que algumas vezes se apresentam como tal. Esses títulos despertam curiosidade pois, frequentemente, os autores são celebridades locais, o

que acaba por legitimar sua narrativa. Os títulos, as imagens e os locais citados são conhecidos pelos habitantes da cidade, que possuem memórias e vivências naqueles lugares, o que acaba por validar a veracidade dos “contos”.

A segunda produção analisada é “História da Fundação de Campo Grande” lançado no ano de 2002, por Eurípedes Barsanulfo Pereira, nela podemos encontrar todas essas características descritas, logo na capa o Doutor em Medicina pela Universidade Federal de São Paulo e Professor Titular do Departamento de Clínica Médica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul coloca a palavra “história” em busca de uma validação para sua narrativa, como se essa assumisse o papel único e oficial para a história de fundação da cidade. Na capa da edição de 2002 lançada pelo próprio autor (sem editora) podemos observar a imagem do “Monumento aos Pioneiros” também conhecido como carro de boi, instalada no ano de 1996, que fica na esquina das avenidas Ernesto Geisel e Fernando Corrêa da Costa e foi idealizada pela artista plástica Neide Ono, em mais uma das inúmeras homenagens a família de José Antônio Pereira. O autor é trineto de José Antônio Pereira e escreve sua obra como um resumo do livro feito pelo seu pai Epaminondas Alves Pereira. Lançada em 1972 a obra registra a história ancestral da família Pereira na atual região de Mato Grosso do Sul. Esse escrito é o único produzido pelo autor, que não escreveu mais sobre a cidade, ele expõe com detalhes as viagens empreendidas pelo seu avô José Antônio Pereira entre o povoado de São Francisco de Chagas em Monte Alegre – Minas Gerais e o arraial de Santo Antônio de Campo Grande. Em trecho do escrito ele pontua que:

Fica evidente, a par dos escritos destes eminentes historiadores, que estes sítios da então Província de Mato Grosso, ao tempo da chegada de José Antônio Pereira, era solo de ninguém, área devoluta e sem habitantes. Constituída de excelentes terras para o cultivo e vastas campinas para a criação, guardou as suas potencialidades para serem feridas, à hora aprazada, pelas mãos daquele mineiro idealista, e transformadas em leiras fecundas, que acabaram brindando seus primeiros cultivadores, com produções de ótima qualidade. (Barsanulfo, 2001, p. 21).

Ao realizar essa análise, propositalmente o autor reforça a importância dos pioneiros que deram uso a um imenso espaço vazio e inabitado. Quando o autor cita “eminentes historiadores” ele cita Acyr Vaz Guimarães (1993), como um estudioso que define a região como “um grande vazio” antes da chegada dos posseiros. Porém, no artigo “A construção de uma região na obra histórica de Mato Grosso do Sul, Hildebrando Campestrini e Acyr Guimarães”, os historiadores Jérri Roberto Marin e Elda Maria Pirotti Terra Neta (2014), pontuam que:

Campestrini e Guimarães assumiram a tarefa de construir uma história oficial para Mato Grosso do Sul, de recriar seu passado, de solidificar os mitos de fundação e de ordenar os fatos até então dispersos, de trazer à existência essa nova região e forjar a identidade sul-mato-grossense. Os fatos foram encadeados de forma a justificar a existência do estado desde o século XVIII. Esses discursos politicamente engajados, ao defenderem a região, acabam por legitimar e justificar a dominação, as forças, os interesses e determinados projetos políticos. O regionalismo, ao inventar a região Mato Grosso do Sul, forjou subjetividades, fabricou a região e produziu as diferenças, trazendo-as à existência. (p.1).

O objetivo é legitimar a posse de terra dos seus antepassados, o pioneirismo validará como verdadeiro o discurso de identificar essa família como transformadores de toda uma região, dita por eles, inabitada. Estigmatizando indígenas e outros imigrantes, segundo Norbert Elias (2000):

A peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes. Essa é também a precondição decisiva de qualquer estigmatização eficaz de um grupo outsider por um grupo estabelecido. Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. (p.23)

Para divulgar a história de sua família, Eurípedes Barsanulfo Pereira criou uma página na internet que segue ativa com o título “História da Fundação de Campo Grande”³⁷, que reproduz quase integralmente o livro de mesmo nome. Na introdução, de autoria do próprio autor, ele afirma:

Em suas pesquisas, os historiadores procuram informações em documentos legítimos, em fontes bibliográficas idôneas e, se possível, obtêm-nas dos próprios agentes geradores dos fatos. Felizmente, alguns dos que protagonizaram a fundação de Campo Grande puderam fazer relatos dos acontecimentos, de modo espontâneo e reiterado, aos descendentes mais próximos.

Seus contos, são por ele considerados testemunhos fiéis de uma história não questionável. Para validar sua versão, os memorialistas fazem referências uns aos outros sem o questionamento de certos fatos. Vale a pena pontuar que:

Segundo a ata de fundação do IHG-MS, escrita em 3 de março de 1978, estavam presentes importantes intelectuais da sociedade sul-mato-grossense tais como, Demóstenes Martins, advogado; Paulo Coelho Machado, advogado; José Barbosa Rodrigues, jornalista; Otavio Gonçalves Gomes, engenheiro-agrônomo; José Couto Vieira, advogado e Antônio Lopes Lins, economista; todos os membros da Academia

³⁷ <https://campograndems.net/introducao.html>. Acesso em 30 de novembro de 2023.

Sul-mato-grossense de Letras e agora integrantes também do Instituto. Na ata, foi registrada a sugestão de José Barbosa Rodrigues que figurasse como presidente de honra os futuros governadores, estabelecendo, dessa forma, vínculos da entidade com o governo estadual. (Marin, Terra Neta, 2014, p.2).

Para Moro (2007), a exclusão da história de outros moradores anteriores a José Antônio Pereira, se justifica pois:

Partindo dessa perspectiva, observa-se que já haviam residentes nessas terras, e que José Antônio Pereira “apontado” como desbravador de Campo Grande é uma figura remanescente de uma construção identitária com o intuito de legitimar a sua fundação do Arraial de Santo Antônio do Campo Grande. (p.133).

Em outro momento de seu livro, Eurípedes Barsanulfo Pereira ao citar uma publicação de Rosário Congo (1919) diz que “Só em 1875 voltou José Antônio, trazendo sua família (...) Em busca, não mais do desconhecido, mas de uma região habitada apenas por tribos selvagens e animais ferozes...” (p.20). Nota-se que, contrariando o que disse antes, o escritor assume a existência de outros habitantes na região, os desqualificando como “selvagens”, afinal não é de interesse, ao criar uma narrativa de uma comunidade simbólica onde todos possam se identificar, que existam elementos que possibilite o questionamento do mito. Quem explica o mito fundador é Marilena Chauí, que ao tratar do momento do achamento do Brasil, pode ser citada para elucidar a história de fundação extremamente repetitiva dos municípios brasileiros, assim segundo a autora:

Mito no sentido antropológico: solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos na realidade. Mito na acepção psicanalítica: impulso à repetição por impossibilidade de simbolização e, sobretudo, como bloqueio à passagem à realidade. Mito fundador porque, à maneira de toda “fondatio”, impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa, que não permite o trabalho da diferença temporal e que se conserva como perenemente presente. Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo. (2000, p.5)

A construção do mito fundador é rodeada por diversas intencionalidades que se entrecruzam e acabam, na falta de opções mais acessíveis, por determinar a imagem que possuímos do país e de suas regiões. E na busca de sua manutenção, se repete incessantemente. Um bom exemplo da ancestralidade dessa prática é o livro “Mato Grosso do Sul e a Mesopotâmia do Prosa e Segredo”, onde o autor Edgar Monteiro Salgado usa de forma anacrônica a palavra “Mesopotâmia” (palavra de origem grega que significa terra entre rios)

que foi uma região localizada entre os rios Tigre e Eufrates e abrigou diversos povos e impérios durante a Antiguidade, como: sumérios, acádios e babilônios.

Com esse título, o autor tenta dar um significado maior ao acontecimento da chegada de posseiros nessa região, além de perpetuar a história da fundação. Ainda na sua apresentação biográfica, feita pelo advogado Vladimir Rossi Lourenço “Este livro foi escrito por quem não se acomodou. Por quem pretende fazer perpetuar a história, fatos e pessoas, com o sentido de iluminar o caminho de tantos quantos pisam e ainda vão pisar o solo sul-matogrossense.” (2001, n.p.).

Com publicação datada de 2001, o livro do advogado Edgar Monteiro Salgado segue então na manutenção inquestionável da história de fundação da cidade, o autor, em suas palavras busca “[...] reconstruir imaginativamente os cenários e ambientes, inclusive, as emoções, na tentativa de se aproximar o mais perto possível, da verdade dos fatos.” (apresentação, n.p.). No prefácio, escrito por Júlio Alfredo Guimarães ainda aparecem intenções didáticas para o escrito:

Este livro, habilmente apresentado de forma escorreita e sintetizada dos fatos e personagens mais importantes do nosso glorioso passado, sem sombra de dúvidas, trará grandes benefícios à nossa juventude estudiosa e, à população em geral, ávida de conhecimentos e informações preciosas sobre as nossas potencialidades minerais; o nosso poderoso Pantanal com sua extraordinária e rica fauna e flora; os nossos recursos hidrográficos; a nossa política administrativa com nossos municípios e suas respectivas populações e distância da capital, enfim, nele podemos ver o valor de um autêntico historiador, escritor e poeta. (Prefácio, n.p.)

É importante lembrar que a falta de materiais didáticos que ensinam a história regional por um prisma acessível é a justificativa recorrente na produção de livros memorialistas em Mato Grosso do Sul. No livro “Mato Grosso do Sul e a Mesopotâmia do Prosa e Segredo”, logo na sua introdução há o reconhecimento de que as terras do sul de Mato Grosso já eram habitadas por indígenas e, posteriormente, por aldeamentos de padres jesuítas das missões espanholas. O autor reconhece inclusive, que muitas etnias “foram radicalmente exterminadas pelos que se dizem civilizados, que lhes tomaram tudo: terra, liberdade e seus valores culturais.” (p. 7). Mesmo após essas afirmativas, algumas páginas depois o título do subcapítulo é “Os primeiros desbravadores” (p.22), com foco em nomes já exaustivamente trabalhados como “relevantes” para a região. Para Marin e Terra Neta, essa forma de escrever se justifica na tentativa de forjar uma unidade territorial isenta de conflitos:

Nesse contexto, construir uma história oficial era exaltar e glorificar o passado de Mato Grosso do Sul e os feitos de indivíduos agora apropriados como sul-mato-grossenses. A versão mitificada e anacrônica da história e a eleição de um panteão cívico buscavam salientar figuras que serviriam de modelos e arquétipos para os valores e aspirações coletivas, além de reforçar identidades e orientar ações e projetos concretos. A mitificação do passado, por meio da eleição de episódios gloriosos repletos de personagens heroicos, a descoberta de vestígios, crenças e lugares comuns e a valorização do local tinham como fim transformar o povo heterogêneo numa comunidade homogênea, diluindo o contexto multicultural de Mato Grosso do Sul. A região, e a produção de discursos que a forjam, é aprisionada pelo dispositivo do oficial, pelo discurso da identidade, pela preocupação com o resgate das raízes, do patrimônio e pelo engajamento na criação de sentimentos de pertencimentos coletivos. (2014, p.4).

Enfim, no capítulo que dá nome ao livro, é contada a história de fundação de Campo Grande, mais uma vez repetitiva, mais uma vez sobre um herói fundador, como que anulando todas as pessoas que vieram antes, principalmente os indígenas:

José Antônio Pereira, abalou-se dos seus pagos, impelido talvez pelos desígnios do seu destino, para vir conhecer de perto, a região tão falada pelos ex-combatentes da guerra do Paraguai..., que era a região dos verdes campos de vacarias, para colocar em prática um velho sonho, acalentado há muito tempo..., de desbravar uma região ainda virgem e aí, poder plantar, colher e criar alguns animais, isto é, montar uma pequena fazenda. (Salgado, 2001, p.63)

Dito isto, vale ressaltar que a primeira aproximação do leitor com um conteúdo histórico fora do ambiente escolar é muitas vezes intermediada por escritos memorialistas, mais acessíveis em bibliotecas públicas, sebos e livrarias locais. A memória local mostrada por eles permite uma aproximação imediata com o cidadão comum, por abrir portas para leituras mais diversificadas, de maneira que muitas vezes, o memorialista enaltece a população local, exalta sua relevância e preenche sua identidade e pertencimento. É perceptível a importância e presença dessas obras no cotidiano local, elas existem em prédios da administração pública, bibliotecas, fazem parte das práticas pedagógicas locais e até mesmo dos livros didáticos.

Visto isso, o problema reside na apresentação dessas obras, em sua maioria lançadas como fontes genuínas da história. Portanto, é essencial explicitar as diferenças e não ignorar esse fenômeno, além do mais, se essas obras acabam por ter maior divulgação e aceitação que as historiografias é porque precisamos repensar a forma como divulgamos nosso conhecimento. As pesquisas não devem ficar presas entre os pares, com risco de terem sido feitas em vão, porque o maior valor da universidade pública é poder mostrar o resultado prático de seus trabalhos para a população. A manutenção desses discursos, que constroem a região, termina por legitimar e justificar a dominação das forças e interesses que sustentam o regionalismo.

Esses escritos não acompanham as mudanças que ocorrem na academia nas últimas décadas, segundo Spengler (2007), o Guaicuru é considerado símbolo do homem sul-mato-grossense. Como já exemplificado acima, os indígenas têm participação relevante, e ocupações anteriores invisibilizadas pelos memorialistas. Porém, poetas, memorialistas e outros homens das letras têm seu valor agregado com maior facilidade no contato com a população no geral, eles tidos como importantes para que exista o sentimento de identificação da pessoa com o estado/país, cumprindo o papel de legitimá-los socialmente. A atuação de escritores relacionados à Academia Sul-Mato-Grossense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul tem uma proposta para a formulação da memória coletiva, ela só não pode ser a única.

Os autores Marcelo Marinho e Paulo Renato Coelho Netto, linguista e jornalista respectivamente, escrevem seguindo uma certa ordem cronológica para narrar a história da cidade, no livro: “Campo Grande: imagens de um século” (1999) da editora UCDB. A primeira parte do livro tem o título “Museu da Cidade – O fundador, a prosa, o segredo e 26 de agosto”, a partir desse momento inicial já é possível concluir que os autores ignoram qualquer história anterior a da família Pereira, considerada por eles os únicos fundadores dessa cidade. As mesmas palavras se repetem incansavelmente nesse livro lançado em 1999: fundador, pioneiros e desbravadores. Nada é dito sobre os indígenas, sobre as mulheres entrantes e, sobre a participação de escravizados e ex-escravizados na construção da cidade.

O livro segue seu percurso descrevendo a cidade como moderna, verde e grande centro urbano. Na sua proposta de trazer os “cartões postais” do município, os autores lembram de locais marcantes, como escolas, museus e parques. Mas a busca pela beleza da imagem deixa ausências importantes, como as já citadas anteriormente. Como a produção não tem pretensão de ser histórica, ela escapa de mostrar um viés político, apesar de ainda se manter adepto do viés memorialista, ao privilegiar feitos de heróis. Segundo Queiroz (2006, p. 167), uma historiografia memorialista é “fundada na constante rememoração de datas, fatos e personagens, visando o reforço do sentimento de pertencimento ao grupo – mantendo, por certo, inalterados os lugares e papéis das diversas classes sociais.” Calado define bem esse tipo de escrito sobre a cidade:

A esse respeito, é sempre importante lembrar que uma cidade que se propõe moderna é aquela que destrói para construir, arrasando para embelezar, realizando cirurgias para redesenhar o espaço em função da técnica, da higiene e da estética, pois a modernidade urbana também propicia pensar representações referentes aos planos e utopias, construídas sobre o futuro, inscrevendo uma cidade sonhada e desejada em

projetos urbanísticos que, realizados ou não, são a inscrição de uma vontade e de um pensamento sobre a cidade e, por conseguinte, matéria da história. (2010, p.18).

A predominância do escrito sobre a cultura oral deixou de lado, nos escritos memorialistas produzidos sobre Mato Grosso do Sul, outras versões para a fundação da cidade, que existem e já estão a algum tempo presentes em teses e dissertações. Os relatos memorialistas conseguem, através da escrita, fixar uma narrativa enviesada do passado, repleta de intencionalidades explícitas e implícitas. Para Hawllbwachs (1990), qualquer pessoa que rememora, por ideias, palavras e imagens, se encaixa em determinado meio social, temporal e espacialmente demarcado. O autor aponta que essa memória voluntária se constituiria como uma memória social, onde a percepção subjetiva do tempo passa a ter como um dos objetivos encontrar sentido na vida coletiva.

Para tanto, os dispositivos do Estado, da educação, da cultura e da mídia são postos a serviço deste esforço não apenas para evocar e socializar as lembranças, mas também para selecionar e fixar o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Todos esses meios, de forma conjunta, realizam a construção seletiva da memória, ultrapassam a experiência do vivido e tornam patrimônio comum, o que recupera do passado e que se passou há muito tempo atrás. A rigor, todas estariam empenhadas na construção de uma meta-memória para a cidade, para usar a expressão de Joel Candau (2011), referindo-se à construção de representações sobre o passado, que reconfiguram lembranças e vivências de um outro tempo, dotando-as de sentido para o presente.

Vale lembrar que a discussão em torno da identidade diversa possibilita a apresentação de outro enredo, outras histórias vindas de memórias divergentes, que movimentam os sujeitos e colocam em pauta outros protagonismos. Nesse sentido, concordamos com Pesavento (2004), a respeito de como as transformações da cidade são acompanhadas pelo registro escrito de sua memória e o conhecimento daquilo que ela já foi um dia. Assim, ao mesmo tempo em que pensa seu futuro, a cidade reinventa seu passado, obviamente partindo de questões postas no presente.

2.3. A produção do conhecimento em torno do Museu José Antônio Pereira

Como já evidenciado anteriormente, pactuamos com a noção de que museus são também lugares de memória. O objeto musealizado passa por uma transformação de valores, saindo da sua funcionalidade para a simbolização, apreciação estética, testemunho ou objeto de

pesquisa científica. Dessa forma, assim como a memória, esses espaços podem ser indefinidamente repensados, pois estão “aguardando” nossas elaborações:

A memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. (...) A memória, ao invés [da História], é operação ideológica, processo psicossocial de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz. (Meneses, 1992, p.22).

Nesta seara, considerou-se oportuno inventariar parte das pesquisas acadêmicas que foram realizadas sobre o Museu José Antônio Pereira, no sentido de apontar suas potencialidades como objeto de estudo e também compreender as abordagens que ainda careciam de exames, subsidiando assim pesquisas como esta, bem como futuras. A relação destes espaços com a sociedade engloba também estudos acadêmicos, conforme segue o quadro³⁸.

Quadro 3 - Balanço da produção acadêmica sobre o Museu José Antônio Pereira

TÍTULO DO TRABALHO	ANO	Tipologia da produção (artigo, capítulo, livro, dissertação, tese...)	AUTORES
O acervo do Museu José Antônio Pereira	2007	Livro	Braz da Silva Oliveira Iara Pereira Silva Santana Maria Augusta de Castilho Marilda Batista Mitidiero Osvaldo dos Santos Vanuza Ribeiro de Lima
O Museu José Antônio Pereira no Ensino da História: Patrimônio, Identidade e Desenvolvimento Local no Contexto da Territorialidade ³⁹	2009	Dissertação	Marilda Batista Mitidiero

³⁸ Como o museu está inserido dentro de uma construção tombada, existem trabalhos sobre suas características arquitetônicas e/ou turísticas que não estão incluídos aqui devido à distância metodológica e teórica entre as áreas, além de não ser o foco dessa análise.

³⁹ Esse trabalho foi publicado em livro no ano de 2011 com o título: “O Museu José Antônio Pereira: a educação patrimonial no contexto da territorialidade urbana de Campo Grande”.

CONHECENDO O MUSEU JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA: um patrimônio histórico de Campo Grande-MS	2017	Artigo	Elaine Cristine Luz Santos de Moura
A Construção Do Museu José Antônio Pereira Como Parte Da Identidade Campo-Grandense	2017	Artigo	Elaine Cristine Luz Santos de Moura
Patrimônio Histórico Museal Em Campo Grande - Ms: Perspectivas E Desafios No Contexto Do Desenvolvimento Local ⁴⁰	2019	Dissertação	Maria Christina de Lima Félix Santos
PRÁTICAS EDUCATIVAS EM MUSEUS: entrelaçando História e os saberes docentes	2019	Artigo	Jaqueline Aparecida Martins Zarbato
A invisibilidade feminina na construção da história regional os elementos patrimoniais e imagens do museu José Antônio Pereira	2019	Anais de evento	Silvia Ayabe
MUSEOLOGIA SOCIAL E GÊNERO NA AMÉRICA LATINA: DIÁLOGOS HISTÓRICO-EDUCATIVOS	2020	Capítulo de livro	Jaqueline Aparecida Martins Zarbato Silvia Ayabe
IMAGENS DA MULHER EM EXPOSIÇÕES DE MUSEUS DE CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL	2020	Anais de evento	Silvia Ayabe Jaqueline Aparecida Martins Zarbato
Dos objetos oficiais às narrativas periféricas”: aprendizagem histórica em museu em Campo Grande-MS	2021	Artigo	Jaqueline Aparecida Martins Zarbato
“Museus, gênero e história: abordagens para o Ensino de História no Museu José Antônio Pereira (MS).”	2021	Anais	Silvia Ayabe

⁴⁰ Texto não analisado pois o foco não é Museu José Antônio Pereira.

“Aprendizagem histórica, memória e mulheres: aulas oficinas de história no/do museu José Antônio Pereira/MS/Brasil.”	2022	Capítulo de livro	Jaqueline Aparecida Martins Zarbato Silvia Ayabe
Museus, mulheres e educação patrimonial [recurso eletrônico]: percursos e aprendizagens / Jaqueline Aparecida Martins Zarbato.	2023	Artigo	Jaqueline Aparecida Martins Zarbato
Valor social dos museus de história: um estudo de caso sobre o Museu José Antônio Pereira, em Campo Grande/MS.	2023	Dissertação	Juliana de Mendonça Casadei

Fonte: Tabela elaborada por meio de consulta em três bases de dados: Catálogo de Teses e Dissertações CAPES, Google acadêmico e Bibliotecas físicas. Nas buscas em sites as palavras utilizadas foram: Museu José Antônio Pereira e Museus de Campo Grande.
Elaborada por: Silvia Ayabe (2024)

O levantamento da produção indica que há preocupação acadêmica com esta instituição na produção do saber e recomenda caminhos para quem deseja iniciar ou dar continuidade aos estudos sobre o objeto Museu. Como se percebe, os estudos sobre o Museu José Antônio Pereira têm se desenvolvido sobremaneira em Mato Grosso do Sul, onde pesquisadores se debruçaram sobre o assunto, principalmente em frentes de pesquisa na área de História e Desenvolvimento Local.

O livro “O acervo do Museu José Antônio Pereira” foi escrito por seis autores: Braz da Silva Oliveira, Iara Pereira Silva Santana, Maria Augusta de Castilho, Marilda Batista Mitidiero, Osvaldo dos Santos e Vanuza Ribeiro de Lima. Todos os profissionais são pós-graduados ou estavam matriculados na pós-graduação durante a feitura do livro, o vínculo institucional mantido era com a Universidade Católica Dom Bosco - Campo Grande e seu Mestrado em Desenvolvimento Local.

Como já anunciado no título, interessa particularmente entender como esses pesquisadores se dedicaram à análise do processo de formação do acervo da instituição museal. Logo no prefácio feito pelo então prefeito Nelson Trad Júnior, é dito “[...] por isso apoiamos iniciativas como a presente publicação, pois abre alternativas de como levantar possibilidades de as comunidades escolar e urbana trabalharem os saberes locais com vistas à difusão e à preservação de tais bens.” (2007, n.p.). Essa produção, escrita por acadêmicos, e publicada pela editora da Universidade Católica Dom Bosco, apresenta selos de apoio da Fundação Municipal de Cultura, da Associação Brasileira das Editoras Universitárias e da Prefeitura Municipal de

Campo Grande. Observa-se que o apoio de instituições governamentais, prefeitura ou qualquer outra entidade pública deve possuir critérios específicos que garantam a qualidade, imparcialidade e precisão das informações transmitidas. Assim, o livro deve abordar diferentes perspectivas e interpretações de eventos históricos e garantir uma visão equilibrada, sem favorecimento de uma narrativa específica.

A fala do prefeito demonstra preocupação em alinhar a publicação desse livro com os ensinamentos da educação básica, no entanto empreendimentos de tal natureza demandam um longo período de maturação, pois não só devem contribuir para a construção de uma visão crítica, mas também fornecer uma análise histórica e social. Na apresentação do livro as intenções de agregá-lo ao ensino básico aparecem novamente:

Assim, pode-se possibilitar a (re)construção dessa cultura tão importante de manifestação local, inferindo-se que o papel da educação, principalmente o do professor de história e de geografia é o de estimular e identificar essas ações singulares que compõem os saberes do povo brasileiro. É fundamental preservar uma parcela significativa desse patrimônio cultural, salvando do desaparecimento de um legado considerável para a cultura sul-mato-grossense e contribuindo para a criação de uma consciência de preservação patrimonial no Brasil. As alternativas de desenvolvimento local podem estimular essas ações nas escolas e na comunidade em geral. (2007, p.9).

Com esse objetivo posto, o texto inicia sua análise a partir da história de fundação da cidade, colocando José Antônio Pereira como único responsável pelo surgimento de uma vila inteira:

Toda cidade tem sua história ligada a um princípio, um porto ou uma estação de estrada de ferro. Com Campo Grande foi diferente, nasceu em pleno sertão, por iniciativa do espírito arrojado e do pioneirismo de José Antônio Pereira, que teve a coragem de desbravar essa rica terra no sul do estado. (2007, p.12).

Nota-se então que esse estudo da história da região se mantém atrelado a narrativa memorialista regional, que se solidificou a partir de representações políticas, econômicas e sociais de uma parcela da elite local, de cunho tradicional. Esse texto sugere a possibilidade de um consenso estagnado, falta de diversidade de perspectivas e até mesmo a perpetuação de narrativas tendenciosas. O livro realiza um levantamento do acervo do Museu e traz descrições dos cômodos: sala principal, cozinha, abrigo da carroça, quarto e área externa. Essa análise é muito interessante e corresponde com os mesmos objetos expostos pela instituição museal até os dias atuais.

Após a divisão do estado, em 1977, o novo cenário político acontece, concomitantemente, com a necessidade de produzir novos símbolos de identificação com o território recém-criado. Sucede então, a eleição de determinados sujeitos para protagonizar os principais acontecimentos que marcaram a história da cidade, como uma breve seleção daquilo que deve ser lembrado. É bastante comum encontrar em diversas cidades sul-mato-grossenses alguma obra intitulada “a história de”, ou que tenha pelo menos essa pretensão, isto é, de resgatar e publicar a história de uma determinada personalidade.

Porém, trata-se de um livro com proposta acadêmica, que perpetua a narrativa de tratar homens como “heróis”. O trabalho propõe uma visão de fundação pautada na imagem de um indivíduo e ignora a anterior presença de indígenas e até mesmo jesuítas na região, que fugiram ao saber da ameaça de guerra (Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai). Repetidas exaustivamente, essas narrativas acabam disseminadas até mesmo pelos intelectuais locais, no caso de Campo Grande, assim como de muitos municípios brasileiros, a história da fundação ganha lugar de destaque, constantemente reforçada em momentos pontuais, como o aniversário da cidade.

Após esse momento inicial de contextualização histórica, os autores iniciam a análise dos objetos e cômodos do museu, esse estudo é feito através de textos curtos, sem referência acadêmica e que tratam do uso daquele objeto no seu tempo, porém é algo compreensível, visto que o texto não é voltado para os leitores da academia. Desse modo, pela primeira vez tentou-se oferecer uma visão de conjunto dos objetos musealizados pelo Museu José Antônio Pereira.

A produção data de 2007, mas já pode ser ressignificada, considerando inicialmente a passagem na qual afirma que “A diversidade da cultura brasileira revela a mistura de influências de povos que aqui estiveram nesses 507 anos Pós-Descobrimento do Brasil: colonizadores, tropeiros (como José Antonio Pereira), negros, imigrantes de diversas parte do mundo e índios.”. As discussões mais aprofundadas sobre o uso do termo “descobrimento”⁴¹, trata da invasão de colonizadores em terras brasileiras e está acontecendo desde 1999, no ano em que essa entrada completou cinco séculos. O uso dessa expressão tem sido questionado e substituído por outros termos devido a mudanças na perspectiva histórica e ao reconhecimento da presença de povos indígenas no território antes da chegada dos europeus. Além disso, o termo carrega uma conotação de superioridade cultural e tecnológica dos europeus em relação aos povos indígenas, o que não reflete uma visão mais equitativa da história.

⁴¹ Ler SILVA JÚNIOR, Alfredo Moreira da. História, Historiografia e o “descobrimento” do Brasil. Encontros: estudos acadêmicos. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Carlos Queiroz. nº 1, 2000.

Na sequência, quando os escritores trabalham objetos da “Cozinha interna”, é colocada uma informação muito importante: “Estes utilitários encontrados no Museu - vale informar, alguns são réplicas, guardam as características da época”. Essa explicação nem sempre é fornecida pelas visitas guiadas, dando ao visitante a impressão de que todos os objetos presentes na instituição museal são autênticos da época. No entanto, as informações sobre cada objeto do Museu são feitas de forma rápida e superficial, o que pode dar uma impressão de generalização. Outra questão a elucidar, refere-se a imagem de um busto com a seguinte descrição: “O busto de José Antônio Pereira, representa a cabeça, pescoço e parte do peito do fundador de Campo Grande – MS, homenageando o desbravador da cidade morena”.

É importante ressaltar que não existem imagens conhecidas de José Antônio Pereira e todas as homenagens dedicadas a ele em forma de busto e estátuas são inspiradas em fotos de seus descendentes diretos, principalmente de seus filhos, informação que atualmente é passada pelos guias do museu aos seus visitantes. O que demonstra a necessidade de uma análise mais densa dessa coleção na contemporaneidade, afinal o patrimônio cultural pode/deve ser pensado não apenas nos termos políticos que norteiam as estruturas jurídicas e sociais, mas inserido, especialmente, em um contexto que faça sentido no cotidiano. “[...] é preciso interessar-se não pelos produtos culturais oferecidos no mercado de bens, mas pelas operações dos seus usuários; é mister ocupar-se com as maneiras diferentes, demarcar socialmente o desvio operado num dado por uma prática.” (Certeau, 1994, p.13).

No ano de 2009, foi defendida a dissertação intitulada “O Museu José Antônio Pereira no Ensino da História: patrimônio, identidade e desenvolvimento local no contexto da territorialidade” de Marilda Batista Mitidiero. Esse trabalho foi desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, da Universidade Católica Dom Bosco, localizada em Campo Grande.

Logo na introdução do trabalho a autora tece críticas a falta de interesse da população em relação aos espaços museais, que ainda se mantêm rígidos e estáticos. Esse comportamento gera consequências ao tratamento futuro que o local receberá, pois uma comunidade alheia à sua importância não pode contribuir de forma relevante para sua continuidade, preservação e memória. O objetivo deste trabalho, além de realizar um levantamento sobre a história do Museu José Antônio Pereira, é contribuir para a formação histórica da população campo-grandense (Mitidiero, 2009, p.17). Ao mesmo tempo propõe fazer um levantamento do acervo, formas de visitas e principal público-alvo com foco na comunidade e escolas do entorno.

Após discorrer sobre os conceitos de espaço, lugar, não-lugar, território, comunidade, identidade, cultura, desenvolvimento local e patrimônio cultural a autora parte para a análise dos patrimônios culturais da cidade de Campo Grande. Na primeira vez que cita o Museu José Antônio Pereira, alega que este enfatiza “um representante da memória histórica do município e da fundação [...] (Mitidiero, 2009, p.45). No entanto, mais à frente, a autora aborda profundamente a instituição museal, sempre tratando o homem que dá nome à instituição como fundador da cidade.

Cabe pontuar que anterior a data desta produção, já debatiam o assunto da história de fundação da cidade no âmbito acadêmico alguns pesquisadores, como: Antônio Firmino Oliveira Neto, com tese de doutorado publicada pela UNESP, no ano de 2003 com o título - “Campo Grande e a rua 14 de Julho: tempo, espaço e sociedade”, o trabalho de Cleonice Gardin - “Campo grande: entre o sagrado e o profano” (1997), tese defendida na USP e a pesquisa de doutorado de Cleonice Alexandre Le Bourlegat, apresentada no ano de 2000, “Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais” (UNESP).

Na tese de Antônio Firmino Pereira Neto, José Antônio Pereira não é tratado como único fundador da cidade, o autor diz que após sua chegada a região teve um aumento de população:

O local onde se situa a cidade de Campo Grande, teve um forte incremento para o seu povoamento, quando da iniciativa de José Antônio Pereira que, da cidade de Monte Alegre, na província de Minas Gerais, após uma primeira viagem de reconhecimento, resolveu trazer sua família e mais um grupo de amigos para uma nova terra, em busca de melhores condições de vida. (Oliveira Neto, 2003, p.164).

Nota-se que ao falar do homem, o autor não o projeta como único responsável pela fundação da cidade, nem o trata como heroico. A idealização de figuras históricas pode distorcer a compreensão do passado e influenciar narrativas, justamente por não apresentar toda complexidade do momento histórico.

No entanto, a rede de poder que sustentou e ainda sustenta o saber estereotipado da cidade está constantemente exaltando a figura de um homem. Inicialmente em escritos memorialistas, essas homenagens estão, hoje, por toda a cidade e dão nome a monumentos, museu, escola, edificação, rua e eventos. José Antônio Pereira foi mais um dos muitos homens que ficou sabendo dos relatos de terras devolutas, na região do antigo Mato Grosso, essas notícias se espalharam após a Guerra do Paraguai. José Barbosa Rodrigues grafando sobre a História de Campo Grande, se refere ao mineiro conhecido por fundar a cidade:

Entusiasmado com as maravilhas da região matogrossês, que lhe foram descritas pelo cunhado, remanescente às Retirada da Laguna, que regressara a Monte Alegre, no Estado de Minas Gerais, o já sexagenário José Antônio Pereira, de cerne rijo ainda, montou a cavalo, tendo por companheiros os seus filhos Joaquim e Antonio Luís (...) e mais 4 camaradas, rumou em direção às terras de Mato Grosso, à procura de uma gleba devoluta da qual pudesse aposentar e radicar-se com sua gente. (1980, p.21).

No caso do trabalho de Mitidiero (2009), podemos observar a reprodução desses discursos também em pesquisas acadêmicas sem questionamento ou análise de discurso:

Da figura do Fundador nos derradeiros anos de sua vida, com a longa barba branca e os cabelos encanecidos, emergia um ser que mesclava, simultaneamente, austeridade e doçura. À semelhança daqueles que fazem da arte de curar verdadeiro sacerdócio, sua simples presença emanava um magnetismo contagiante. Apenas ao toque de suas mãos, os doentes já começavam a ter as sensações de melhora. Na verdade, era também exímio benzedor. Não poucas vezes, as mães levavam seus bebês acometidos de “quebranto” para serem benzidos pelo Velho. (Campo Grande, 2007, Apud. Mitidiero, 2009, p.65).

No que diz respeito ao espaço museal, a autora pontua “A casa de José Antônio Pereira, atual Museu [...]” (Mitidiero, 2009, p. 68), afirmação que ela repete na página seguinte, como já dito anteriormente, a Fazenda Bálsamo foi morada do filho de José Antônio Pereira, Antônio Luiz. A análise segue passando pela forma de construção da casa e fotos com descrições sobre seu acervo, esse estudo acontece de forma muito parecida com o livro “O acervo do Museu José Antônio Pereira”, que tem a autora como uma das colaboradoras. Ao tratar do Ensino de História em espaços não formais, a autora realiza uma análise em uma escola, fazendo o levantamento de quantos alunos já frequentaram a instituição museal. Ela faz um apontamento muito interessante e valioso sobre as crianças da educação básica que participaram da pesquisa, em sua maioria, visitaram o Museu com seus familiares e apontaram uma falha da escola que:

[...] não tem cumprido o seu papel de incentivar os alunos para o conhecimento do patrimônio histórico local, uma vez que ela deve dar oportunidade para que seus alunos desenvolvam algo mais concreto, portanto, sendo direcionados por professores que podem ajudar seus alunos no conhecimento patrimonial, tão necessário à formação do conhecimento histórico. (Mitidiero, 2009, p. 93).

Porém, a autora desconsidera as diversas dificuldades que cercam as escolas públicas quando a questão é conseguir deslocamento para além do espaço escolar, mesmo que a entrada do museu seja gratuita, outros problemas atravessam a possibilidade da visita e não apenas o interesse do professor é determinante para o sucesso da atividade. Mais a frente, ao correlacionar quem já visitou o museu e quais desses alunos conheciam a história de José

Antônio Pereira, a autora o trata como única figura capaz de gerar discussão sobre identidades locais e história local. Quanto às formas de visitação, os entrevistados afirmaram não existir visita guiada adequada no museu, e que as pessoas ficam alheias a muitas informações, o que gera um sentimento de descaso com a instituição museal, muitas vezes tratada como um local de lazer, o que retira seu valor histórico e educativo.

Dessa forma a autora conclui ser necessária novas formas de divulgação do espaço, para que este não caia em esquecimento e desvalorização, além do mais pontua o papel e responsabilidade de diversos setores da sociedade para que isso aconteça. A dissertação ganha formato de livro no ano de 2011, e tem como autoras Maria Augusta de Castilho e Marilda Batista Mitidiero.

Em 2017 identifica-se o artigo “CONHECENDO O MUSEU JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA: um patrimônio histórico de Campo Grande-MS”, escrito por Elaine Cristine Luz Santos de Moura. É interessante observar que apesar de sete anos de diferença entre a publicação das pesquisas, elas apresentam a mesma problemática: o espaço não possui um bom e dinâmico atendimento ao público, como um alerta para a falta de programas e projetos que incentivem a percepção crítica dos patrimônios locais. (Moura, 2017, p.167).

Quanto à análise exposta sobre a figura de José Antônio Pereira como fundador, não existe questionamento, de maneira que a versão apresentada repete os mesmos ditos de memorialistas. Porém, diferentemente dos escritos anteriores, a autora pontua que já existiam habitantes outros: “[...] em 1872, José Antônio Pereira encontrou nesta região o poconeano João Nepomuceno e algumas famílias camapuanas fixadas ao redor do córrego Prosa, onde cultivavam suas roças.” (Weingartner, 1995 apud Moura, 2017, p.171.). O reconhecimento de outros habitantes locais, ao mesmo tempo ou anteriores a família Pereira nos escritos que tratam da instituição museal seguem raros, uma demonstração da resistência, insistência e grande aceitação da versão oficial de fundação.

Referindo-se aos funcionários que trabalham no local, a autora realiza um apontamento relevante, no ano de 2016, dezessete anos após a abertura do espaço museal ao público, nesse período a instituição ainda não possuía nenhum especialista da área museal entre seu quadro de funcionários. Um grande prejuízo no que tange a mediação cultural, pesquisa e preservação do acervo e um problema já apontado por Mitidiero (2009).

Moura apresenta os projetos socioeducativos que existiam na instituição museal, com a intenção de atrair visitantes e suprir carências de lazer na região. Esses programas demonstravam interesse dos governantes em aumentar o alcance da exposição museal, história

regional e educação patrimonial. Porém, são eventos pontuais e passageiros, que não visam a manutenção a longo prazo, assim a própria autora pontua, em sua conclusão, o seguinte: “Durante o estágio realizado no Museu José Antônio Pereira de 2014 a 2015, excepcionalmente não ocorreu a continuidade de projetos socioeducativos.” (Moura, 2016, p.186). E assinala ainda que “[...]foi perceptível a escassez de recursos para a continuidade da execução das ideias.” (p.186).

No mesmo ano, Moura publica o artigo intitulado “A construção do Museu José Antônio Pereira como parte da identidade campo-grandense”, na revista “Sobre Ontens” - periódico produzido e promovido pelo “Laboratório de Aprendizagem Histórica”. Neste trabalho, a autora analisa a construção da identidade local sob a imagem de José Antônio Pereira, a partir do museu que carrega seu nome. Logo de início já é possível constatar uma aproximação diferente, Moura (2017, p.132) afirma que: “[...] aborda por meio de pesquisas bibliográficas a presença de outros moradores e visando desconstruir aspectos simbólicos e históricos inseridos na sociedade.”. A autora cita a presença de outros moradores anteriores à chegada de José Antônio Pereira, baseada em estudos de Garcia e Weingartner. Assim, essa pesquisadora aponta esses aspectos históricos nos estudos feitos sobre o museu e se distancia da narrativa memorialista. É importante trazer as pesquisas históricas para dentro dos estudos sobre o museu, pois a insistência em manter as narrativas memorialistas na visitação incentiva a história homogênea, que não se preocupa com o criticismo e a fidelidade ao passado:

Controlar o passado ajuda a dominar o presente e a legitimar tanto as dominações como as rebeldias. Ora, são os poderes dominantes: Estados, Igrejas, partidos políticos ou interesses privados, que possuem ou financiam livros didáticos ou histórias em quadrinhos, filmes e programas de televisão. Cada vez mais eles entregam a cada um e a todos um passado uniforme. (Ferro, 1983, p.11)

Dessa forma, a ausência de crítica e facilidade de se manter um discurso uniformizado sobre o passado, garante o controle dos grupos sociais que desconhecem outras versões. A própria autora pontua que o Museu surge, após aberto para o público, como mais uma das formas de unificar o discurso do herói fundador e ignora outras versões históricas que contradizem ou complementam essa narrativa, para ela:

[...] verifica-se que a construção do Museu José Antônio Pereira visa superar as contradições elencadas, tornando assim uma fonte de unificação, ou seja, pertencente a um território. Dessa maneira, entende-se que o museu passa a ser uma materialização da construção simbólica de José Antônio Pereira como desbravador e pioneiro. A noção de identidade, na perspectiva regional, aos poucos é confrontada com a noção de identidade “plural”, de cultura multirreferenciada que, se aparece como um

elemento atenuador das angústias do passado, não é suficiente para superar as contradições mais profundas que subsistem ao debate cultural do estado e que se materializam na forma de uma ideologia da cultura sul-mato-grossense. (Moura, 2017, p.138).

Essa é uma análise muito interessante e com grande intenção de incentivar pesquisas que procurem seguir o caminho da desconstrução dessa história uniformizadora. Por ser um artigo, a autora não tem espaço para tecer críticas maiores, porém, sua abordagem questionadora das narrativas tradicionais com relação ao nome de José Antônio Pereira problematiza essa figura histórica de forma realista.

O próximo trabalho que faz uso do Museu José Antônio Pereira como foco de análise foi publicado em 2019, com o título “Práticas Educativas em Museus: entrelaçando História e os saberes docentes”. Apesar de não trazer o nome da instituição museal logo no título, ele é utilizado para respaldar a concepção educativa e exemplificar práticas de ensino possíveis em museus. Em uma abordagem diferente das anteriores, a autora busca através desse museu “fundamentar as reflexões sobre museus como espaços de formação de professores e que podem contribuir com as aulas de história, projetamos apresentar um espaço museológico e as suas potencialidades para o saber e fazer docente.” (Zarbato, 2019, p.181):

Assim, percebe-se que no espaço do museu é possível desenvolver aulas sobre a história local, regional, nacional de forma lúdica, interativa e instigante para os estudantes. O processo educativo que envolve a visita ao museu, pode contribuir com a proposta didática dos/a professores/as a partir das investigações dos temas históricos, fundamentando as habilidades de estudantes para a leitura e interpretação dos objetos culturais dispostos no museu como fontes históricas. (Zarbato, 2019, p.182).

A pesquisadora sugere formas de trabalhar o espaço museal e os objetos ali presentes, atrelando tudo isso aos temas já existentes no currículo escolar, propondo a utilização da metodologia da Educação Patrimonial. Ela organiza um guia didático com sugestões de trabalho com os objetos contidos no museu, além de propor orientações dos caminhos que podem ser seguidos antes, durante e depois da visita. Nesse artigo em si a representação de José Antônio Pereira não é trabalhada, o teor do trabalho é mais prático e aponta caminhos possíveis aos professores de ensino básico que realizam visitas ao local.

Ainda em 2019 é publicado, como parte de anais de evento, o trabalho “A invisibilidade feminina na construção da história regional – os elementos patrimoniais e imagens do museu José Antônio Pereira, de Silvia Ayabe. Nesse escrito, por meio da perspectiva da museologia de gênero, são apresentadas formas de analisar o espaço museal através de uma perspectiva que

valorize a história das mulheres entrantes, suas identidades e papel no povoamento da localidade. São criticadas as formas de discurso oficial sedimentadas pelos escritos memorialistas e o prisma masculino da narrativa museológica, sem muitos aprofundamentos.

No ano seguinte, Zarbato e Ayabe (2020) contribuem com o capítulo de livro “Museologia Social e gênero na América Latina: diálogos históricos-educativos”, neste trabalho as autoras realizam uma pesquisa comparativa entre as representações femininas que existem ou não em dois espaços museais, o Museu José Antônio Pereira e o Museu Municipal Roberto Barili (Mar del Plata/Argentina). A pesquisa, ainda em fase de realização, não apresenta detalhadamente nenhum desses espaços museais, porém, conclui que ambos apresentam poucas informações sobre o saber/fazer feminino, mesmo que tenham grande capacidade para isso.

Ainda em 2020 as mesmas autoras apresentam o trabalho “Imagens da mulher em exposições de Museus de Campo Grande - Mato Grosso do Sul”. Publicado de forma completa nos anais do “XI Encontro nacional perspectivas do ensino de história: histórias, memórias e projetos para ensino de História no Brasil”, esse texto discute questões pertinentes ao patrimônio e formas de valorizá-los através da educação patrimonial. Ao abordar essa perspectiva de forma local, o trabalho destaca a necessidade de uma reflexão quanto às narrativas museais ligadas às versões oficiais da história enfatizando a possibilidade de inclusão de representações diversas, principalmente femininas, nos espaços museais da cidade. Com formato de texto curto ele acaba passando por todos os espaços de forma superficial, sem se aprofundar nos aspectos específicos de nenhuma instituição.

Zarbato publica em 2021 o artigo “Dos objetos oficiais às narrativas periféricas”: aprendizagem histórica em museu em Campo Grande-MS”. Segundo a autora, o objetivo deste estudo é “ampliar as possibilidades de diálogo educativo relacionados aos bens patrimoniais, as coleções artefatos, exposição e até a edificação [...]” (2021, p.51). Tece críticas na insistência da instituição museal em contar a “história oficial” da fundação da cidade de Campo Grande que marginaliza a participação de mulheres, trabalhadores, negros e indígenas. Mais adiante, quando faz a análise dos objetos musealizados, a pesquisadora questiona a ausência das narrativas sobre as mulheres, as crianças e os trabalhadores que ocuparam aquele local também, ainda que todo o foco da visita guiada seja voltado para a manutenção da memória do homem branco, herói, fundador. Ela propõe então, aos professores de História, “ampliar as noções sobre as vivências das pessoas que são representadas e as que não são representadas no

museu.” (Zarbato, 2021, p.62). Nota-se que a autora cita diversas ausências, porém, propõe novas representações ainda muito presas à família que ali habitava.

Após conceituação teórica e análise da história do espaço museal, Zarbato (2021) finaliza o artigo ao indicar maneiras de trabalhar o museu, incluindo as narrativas de mulheres e trabalhadores. O processo de visita é então dividido em três fases: prévio à visita, durante a visita e após a visita. Segundo a autora, a proposta apresentada “[...] visa ampliar as discussões que são produzidas com os estudantes nas saídas de campo, com enfoque na educação patrimonial e ensino de História.” (Zarbato, 2021, p.66). Não há no texto propostas de inclusão de identidades diversas, como, por exemplo, dos negros e indígenas. Porém, nas conclusões finais a autora cita ser esse artigo como um recorte de uma pesquisa maior feita pelo Grupo de Pesquisa em Ensino de História, Mulheres e Patrimônio (GEMUP).

Em 2023, Jaqueline Aparecida Martins Zarbato lança o livro “Museus, mulheres e educação patrimonial: percursos e aprendizagens”, no qual apresenta a sistematização de todos os estudos realizados e coordenados por ela. (Zarbato, 2021, p.28). São apresentadas possibilidades para que o professor do ensino básico possa aliar a História ensinada a uma análise direta das fontes, proporcionando ao aluno uma concepção temporal mais completa.

Mais à frente, no artigo intitulado “Didática da História e Práticas Educativas em Museus”, o Museu José Antônio Pereira é utilizado novamente para fundamentação teórica da dimensão educativa em espaços não-formais de ensino. Segundo a autora, aliar os ensinamentos escolares à educação museal:

[...] pode contribuir com o processo educativo na medida em que transpõem o “modelo panóptico” da escola. Isso porque, as abordagens que podem ser realizadas no museu favorecem o aprofundamento dos conceitos de cultura, de identidades, de memória a partir dos objetos culturais materiais dispostos neste espaço. (Zarbato, 2023, p. 33).

Partindo dessa concepção, a autora propõe uma análise para além do óbvio, incentivando que os professores e alunos visitantes utilizem o espaço museal como um local de reflexão, para além do já colocado pela narrativa da visita guiada com foco no herói fundador. Com esse propósito Zarbato (2023), sugere que o docente intérprete aquele museu como um “espaço de múltiplas histórias”, toma como exemplo o uso do pilão, objeto presente na exposição permanente e que, segundo a pesquisadora, pode ser utilizado para abordar diversos grupos culturais que compõem Mato Grosso do Sul.

Mais adiante, a autora cita a escultura que representa alguns membros da família como outro ponto que pode ser abordado em matérias escolares, além da própria construção, capaz

de proporcionar informações sobre negros, indígenas e colonizadores, pela técnica utilizada para subir as paredes que faz uso dos conhecimentos de todos esses povos. Ao falar da escultura, a autora não aborda o artista responsável pela escultura, José Carlos da Silva, filho de uma indígena Pareci e um marinheiro de Ladário - Mato Grosso do Sul, o escultor é pouco lembrado em textos acadêmicos ou não acadêmicos.

No ano de 2023, o museu é estudado pela primeira vez por uma pesquisadora em outro estado, com o título: Valor social dos museus de história: um estudo de caso sobre o Museu José Antônio Pereira”, Júlia de Mendonça Casadei divulga sua dissertação de mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Mestrado Profissional em Economia. O texto aborda a importância do local ao destacar seu valor para a identidade e memória da população, justifica que o patrimônio cultural vai além das funções de utilidade ou consumo, desviando-se da lógica das teorias econômicas neoclássicas.

A pesquisa, em uma abordagem inédita, visa determinar os benefícios do museu para subsidiar discussões sobre financiamento e manutenção e argumenta que a ausência de informações mais detalhadas sobre a instituição pode comprometer os avanços sociais. Para a autora, o benefício social do espaço museal já justifica seus custos aos cofres públicos. Assim, o texto identifica desafios e oportunidades quanto à estrutura administrativa e sugere possíveis melhorias na divulgação do local. Além disso, a autora pontua que existe uma carência de espaços para exposições temporárias ou eventos culturais, o que atrairia mais visitantes. Em sua conclusão Casadei (2023) aponta que o valor estimado do Museu é de R\$16.050.314, e recomenda que pesquisas sobre o Museu José Antônio Pereira sejam feitas para contribuir com uma discussão ainda permeada de lacunas.

Em sua maioria, os últimos trabalhos produzidos sobre a instituição museal foram publicados em artigos, assim, naturalmente, os autores não possuíam a dimensão para que pudessem abranger exigências maiores. Todos têm a sua importância e abriram espaço para que essa discussão fosse levada adiante, no campo da Educação, do Ensino, da História e da Museologia. Os estudos publicados incentivam a pesquisa dos objetos museais, da dita história-oficial, da escultura que se localiza na frente da instituição museal, da ligação deste espaço com as escolas de Campo Grande e outros.

Do aspecto da produção acadêmica, é possível notar que o objeto de estudo Museu inspira interesse e se mostra relevante em áreas distintas do saber. Assim, ao destacar as pesquisas realizadas, o presente estudo expõe, na sequência, algumas possibilidades de aplicar o conhecimento histórico que emana da produção sobre o museu ao cenário educacional, no

sentido de auxiliar com as versões da história produzidas e divulgadas sobre Campo Grande, as quais auxiliam igualmente em diversos campos do saber.

CAPÍTULO III – O MUSEU COMO ESPAÇO FORMATIVO EM HISTÓRIA

O historiador francês Antonie Prost (2015)⁴², expressou que antes da história ser uma prática científica, ela é e deve ser uma prática social, entendimento que reiteramos para o campo museal e dos processos de compreensão destes espaços como contributivos ao conhecimento histórico. Neste capítulo buscamos discutir as potencialidades do espaço e demonstrar a aproximação teórica e metodológica da historiografia, em alinhamento aos possíveis usos internos ao espaço museal do Museu José Antônio Pereira, em uma busca de valorizar a educação patrimonial e a educação museal, visto que as narrativas históricas sobre a fundação de Campo Grande perpassam a existência deste espaço, mas não se fundamentam somente nela.

A museóloga brasileira Waldira Rússio Guarnieri (2010), que se destaca como um dos principais nomes da teorização das práticas museais do século XX, sugeriu que o objeto de estudo da museologia é o fato museológico e não o espaço em si, uma vez que o espaço museológico seria o cenário no qual o fato acontece. Para a pesquisadora, é a partir da relação entre homem e objeto que se dá o fato museal (Guarnieri, 2010, p.78). Pela perspectiva de Maria Cristina Bruno, também museóloga, “à museologia cabe a experimentação e análise da relação museal, entendida como eixo de um processo de comunicação entre Homem/Objeto/Cenário.” (Bruno, 1997, p.17).

Considerando o universo dos museus como palco-depósito ou palco-vitrine podemos considerar outra metodologia quanto ao estudo dos espaços museais, o modelo PPC – Preservação, Pesquisa e Comunicação, organização usada “desde 1982 na “Reinwardt Academie”, em Amsterdam e que foi veiculada pelos trabalhos de Peter van Mensch (Desvallées; Mairesse, 2013, p. 77). Nossas análises sobre o caso do Museu José Antônio Pereira demonstraram que desse tripé, apenas dois são utilizados, a preservação permaneceu limitada a salvaguarda dos artefatos; a pesquisa não acontece e não houve momento de dedicação, ou empenho em desenvolver trabalhos próprios fundamentados no próprio acervo; já as estratégias de comunicação foram diversificadas e, por um tempo, se configuraram como ponto forte da instituição. Isso justifica a presença dessa análise nesse capítulo, assim daremos

⁴² Ver: PROST, Antoine. Doze lições sobre a História. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

seguimento abordando aspectos da exposição de longa duração, e os eventos promovidos pela instituição.

No que concerne aos usos do Museu por professores de ensino básico, recorremos aos estudos de Zarbato, a qual sugere que o docente os relacione com a vivência dos alunos. Em outro momento, Zarbato (2023) aponta que, diante da museologia de gênero, esse museu possibilita que a narrativa seja apresentada a partir do saber/fazer feminino, sejam elas “negras, brancas, indígenas” (p.78). A autora volta a citar o Museu José Antônio Pereira no artigo “Educação patrimonial em museus”, utilizando o espaço para “analisar a aprendizagem histórica” (2023, p. 99) e apresentar “proposta didático histórica [...]” para atividades com estudantes do 9º ano do ensino fundamental (p.100). Ao tratar do histórico da instituição museal, a autora repete informações dadas anteriormente, assim como a teoria que alinha interesses educativos e museais.

Zarbato (2023, p.118), faz uma proposta de visita que trabalhe a partir do método da aula-oficina, segundo os passos da estudiosa Isabel Barca (2004):

a) Definição de temática, conforme diretrizes curriculares; b) Preparação da investigação dos conhecimentos prévios, tendo por base os objetivos de ensino; c) Proposta da aplicação da investigação junto aos alunos; d) Categorização e análise, pelo professor; e) Problemática junto aos alunos; f) Intervenção pedagógica do professor (Interpretação e contextualização de fontes); g) Produção de comunicação, pelos alunos (narrativa, história em quadrinhos, jornal, charge, paródia e outros). h) Aplicação de instrumento de metacognição. (BARCA, 2004, p.1. apud. ZARBATO 2003, p.118).

O roteiro de aula é proposto seguindo então essa proposta, a autora indica três momentos: perguntas que façam o professor entender o conhecimento que os alunos já carregam sobre o espaço museal, a própria visita que já acontece com o objetivo específico (neste caso a história das mulheres na cidade e trabalhadores da fazenda) e por fim, o trabalho em grupo feito após a visita. que incentiva os alunos a perceberem as intenções e perspectivas por trás do discurso.

Há uma política Nacional de Educação Museal (PNEM), que contempla as abordagens de espaços desta natureza, busca estabelecer um campo e garantir condições mínimas para a realização de práticas educacionais em museus. O desafio é oferecer subsídios para que os professores locais se sintam estimulados a relacionar em ensino de história com as temáticas do patrimônio, temática recente, que procura se estabelecer, também é aspecto apresentado neste último capítulo.

3.1 A narrativa histórico-educacional a partir do Museu José Antônio Pereira

Museus históricos desempenham um papel crucial ao preservar, armazenar, promover estudos e comunicar seu acervo, ambos os aspectos contribuem socialmente para a consolidação de determinadas versões da história, ou ainda, questionamentos acerca de suas formas de produção. Ao acompanhar as instituições museais do início do século XIX, nas quais o discurso muitas vezes era expresso de maneira retórica e os objetos considerados estruturas autônomas de linguagem, o Museu José Antônio Pereira estabelece um diálogo com uma história construída através de referências memorialistas. Inaugurado em 1983, o local se mantém fixado a uma configuração tradicional de um museu histórico da cidade, exaltando heróis.

Estático em sua narrativa, não existe a preocupação, por parte dos responsáveis pela sua administração e curadoria, em abordar a cidade, a cultura e as identidades como espaço em movimento. Ao se posicionar como um vestígio do passado, o museu se configura como local de relevância para estudo e pesquisa sobre sua forma de traçar esse passado, por este e outros aspectos, as relações devem ser problematizadas.

Responsável por uma narrativa histórico-educacional, a qual entendemos que sempre esteve presente no Museu José Antônio Pereira, desde a sua fundação e, sobretudo nas últimas décadas, o aspecto das visitas escolares tornam-se propulsoras de ações educativas nesses locais. Contudo, não há recursos destinados de modo regular, para a manutenção do espaço, que também adoece por conta da ausência de projetos de mediação cultural de incentivo e promoção a reflexão crítica sobre a história da cidade, tais ausências corroboram com a manutenção de uma narrativa cimentada em discursos memorialistas.

No que se refere às tipologias museais, não se observou nos trabalhos que investigam o Museu José Antônio Pereira, alguma tipificação da natureza do seu espaço físico e acervo. Assim, apoiada na produção de António Manuel Torres da Ponte, entendo que a tipologia Casa-museu que, consiste em manter “preservação de parcelas consideráveis do património nacional” (Ponte, 2007, p.15), contempla o espaço museal em estudo, visto que, conforme Nora (1993), esses locais de memória surgiram pela vontade de uma parcela social específica em resguardar a memória de um (a) sujeito, que por algum motivo seja relevante para o grupo, ao compartilhar seu legado e fincar suas raízes no cerne da sociedade.

Retomando a definição de Ponte:

Destinadas à celebração de uma determinada personalidade ou grupo que se destaca no seu tempo através de actos, trabalhos ou criações, estes espaços do quotidiano,

considerados por muitos, instituições de menor importância, permitem a percepção directa da forma de viver, dos gostos, da educação, assim como do enquadramento sociocultural de um determinado indivíduo. (Ponte, 2007, p.15)

No Brasil⁴³ essas instituições eram comuns e buscavam, inicialmente, perpetuar a memória da elite política e dos seus habitantes. Para Ponte (2007), esses espaços adquirem “função museológica” quando o imóvel se preocupa com a exposição, documentação e estudo de sua coleção:

A casa-museu deverá reflectir a vivência de determinada pessoa que, de alguma forma, se distinguiu dos seus contemporâneos, devendo este espaço preservar, o mais fielmente possível, a forma original da casa, os objectos e o ambiente em que o patrono viveu (PINA 2001: 4), ou no qual decorreu qualquer acontecimento de relevância, nacional, regional ou local, e que justificou a criação desta unidade museológica. Temos, nesta primeira definição, algumas condicionantes fundamentais, tais como a originalidade, residência do patrono e a função anterior da casa. (PONTE, 2007, p.25)

Ao adentrar o Museu José Antônio Pereira⁴⁴, não restam dúvidas: é uma casa e é um museu. Se encaixa perfeitamente na definição de Ponte (2007), visto que carrega o nome de um homem e a memória da sua família. Esse espaço, anteriormente parte da Fazenda Bálsamo, situado na Avenida Guaicurus, sem número - Jardim Monte Alegre, recebe visitantes de terça-feira a sexta-feira (09:00h - 17:00h) e aos sábados e domingos (13:00 - 17:00). Doado por uma integrante da família e reinaugurado para o público no centenário de fundação da cidade (1999), o estabelecimento tem um propósito perceptível de celebrar personalidades, homenagear grupos e apresentar uma realidade cotidiana regional/local. Intenciona transmitir uma versão da história, se encaixando em outra tipologia, a de museu de história.

Na primeira placa, presente logo na entrada da instituição, se lê: “A Fazenda Bálsamo documenta a evolução da cidade.”

⁴³ Dentre as casas-museus existentes no Brasil, é o Estado de São Paulo que apresenta o maior número, muitos relativos à personagens de políticos paulistas. É o caso dos Museus Históricos e Pedagógicos do Estado de São Paulo– MHPs. Ver: CAMPOS, Daniel Carlos de. Reflexões acerca das concepções que balizaram a criação das casas-museu no Brasil como subsídio para a musealização da Casa da Candinha, Guarulhos, SP. REVISTA ARA Nº13. PRIMAVERA+VERÃO, 2022.

⁴⁴Anexo C – Regras para visitação presente na entrada do museu e em seu interior.

FIGURA 24 - Placa de entrada do Museu

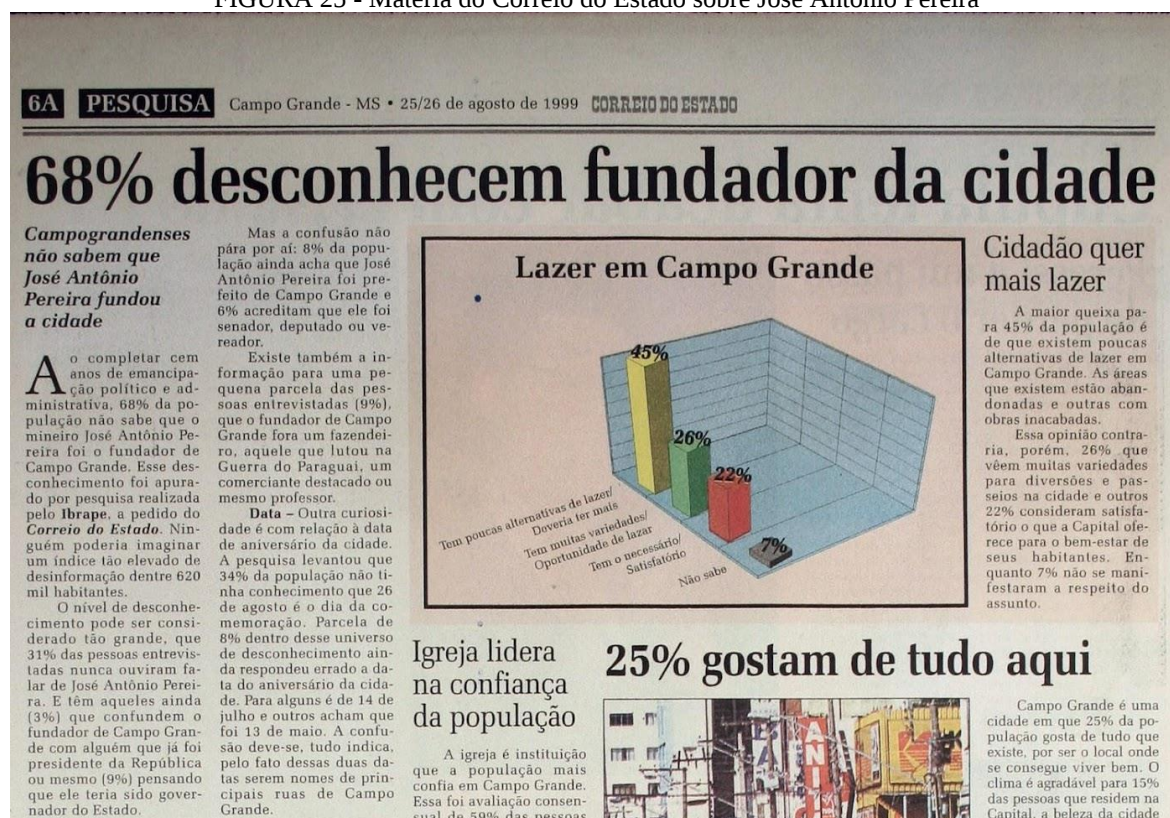


Fonte: arquivo da pesquisadora (2024)⁴⁵

⁴⁵Lê-se: Nossa história passa por aqui... Há homens que constroem a História. Campo Grande é a saga do mineiro José Antônio Pereira e dos pioneiros que, no final do século XIX, semeavam o futuro dessa terra. A Fazenda Bálsamo documenta a evolução da cidade. O conjunto arquitetônico e ambiental que um dia foi a Fazenda Bálsamo com suas plantações, engenho, etc., ora recuperado e com suas marcas do tempo, constitui registro indelével e marca o início da cidade, o seu modo de vida, a técnica, o “habitat”. Foi palco de acontecimentos sociais e refúgio de líderes políticos na revolução de 1.930. A fazenda que pertenceu a Antônio Luiz, um dos filhos do fundador, foi doada ao município em 1.966 por Carlinda Contar, neta de José Antônio Pereira. Hoje transformada no Museu José Antônio Pereira testemunho de vida dos primeiros moradores. No ano do centenário de Campo Grande, a Prefeitura Municipal restaura e revitaliza parte da nossa história. Uma história vitoriosa que traçou o destino da cidade.”

Essa placa foi revelada na ocasião do centenário da cidade, sob governo do então prefeito André Puccinelli (1999 - primeiro mandato), responsável pela restauração realizada na estrutura do Museu, foi inaugurada na ocasião dos festejos ocorridos em 1999. A imprensa também participa da divulgação do evento, como se lê no jornal *Correio do Estado*, que publicou a notícia em 25/26 de agosto de 1999, com o seguinte chamada: “68% desconhecem fundador da cidade”, destacando no subtítulo abaixo o desconhecimento sobre a importância de José Antônio Pereira, enquanto fundador de Campo Grande. Resultante de pesquisa encomendada pelo próprio jornal ao IBRAPE (Instituto Brasileiro de Pesquisas e Desenvolvimento Institucional), pode-se ler:

FIGURA 25 - Matéria do Correio do Estado sobre José Antônio Pereira



Fonte: Correio do Estado, 25/26 de agosto de 1999, p.12.

A notícia segue informando que 3% acreditam ter sido José Antônio Pereira presidente da República e 9% o reconheciam como governador do Estado de Mato Grosso do Sul, ou seja, circulavam informações que davam suporte à compreensão de que o homenageado havia também ocupado funções políticas na região.

Algumas páginas após a mesma edição, o jornal anuncia a entrega da restauração do prédio:

FIGURA 26 - Notícia sobre a entrega do restauro realizado em 1999



Fonte: Correio do Estado, 25/26 de agosto de 1999.

A apresentação das duas notícias na mesma edição do periódico não parece ser coincidência, afinal o Executivo municipal havia anunciado um gasto de R\$200 mil no projeto de restauração do imóvel, respeitando o desenho e materiais originais da época da construção da fazenda. A recuperação ou restauração de espaços com esta carga histórica, garantem certa perenidade ao conhecimento histórico local, segundo Bittencourt (2001):

O passado também era representado através de objetos materiais de dois tipos: os objetos históricos, ou seja, que tenham pertencido a vultos históricos; e as curiosidades, estas em geral referentes ao “povo”, esta misteriosa instituição forjada pelo romantismo. As duas histórias não se misturavam. Os museus “de história” ficavam geralmente com os retratos e com armas, armaduras, tronos, moedas e coisas afins. O “povo” caminharia para museus “de cultura” que, pelo menos em alguns casos, se revelariam muito avançados em termos de proposta. (p.157).

O Museu José Antônio Pereira é um recinto grande e aconchegante, com potencialidade histórica e cultural, portanto educacional, para dialogar com o público, com uma capacidade imensa de entrelaçar educação transformadora e lazer, expõe ao público uma das versões sobre a história de Campo Grande. Assim, o local se mantém preso ao modelo museal europeu, conta uma história de heróis e bandidos, forja uma identidade que não exalta pessoas e suas diversidades, e sim fatos políticos e romantização de um suposto sentimento de pertencimento local.

A visita narrada do museu está presa aos discursos memorialistas e aos seus artefatos de exposição permanente. Os artefatos em um espaço museal, após serem adquiridos, selecionados, inventariados, classificados e expostos, dão fim às suas funções originais e adquirem outros valores. Vimos que o movimento da nova museologia iniciado na década de

1970 buscava ressignificar aqueles processos de conservação, pesquisa e comunicação que focavam em grupos da elite. No caso do Museu José Antônio Pereira, o engessamento da exposição e da narrativa, indicam a manutenção do discurso de classes dominantes. Porém, apesar de fazer parecer, o objeto não fala por si, utilizando a definição de coleção de Pomian (1984, p.53) como “conjunto de objetos naturais ou artificiais retirados do circuito econômico definitivamente ou temporariamente, mantidos, portanto, sob uma proteção especial e expostos ao público”, compreendemos que a relação entre a cultura material e museus perpassa toda história das instituições museais:

A tendência mais comum no museu histórico, previsível pela caracterização corrente que dele se fez, é a fetichização do objeto na exposição. Inserida numa dimensão de fenômenos históricos ou sociais, a fetichização tem que ser entendida como deslocamento de atributos do nível das relações entre os homens, apresentando-os como derivados dos objetos, autonomamente, portanto “naturalmente”. Ora, os objetos materiais só dispõem de propriedades imanentes de natureza físico-química: matéria-prima, peso, densidade, textura, sabor, opacidade, forma geométrica, etc.etc.etc. Todos os demais atributos são aplicados às coisas. Em outras palavras: sentidos e valores (cognitivos, afetivos, estéticos e pragmáticos) não são sentidos e valores das coisas, mas da sociedade que os produz, armazena, faz circular e consumir, recicla e descarta, mobilizando tal ou qual atributo físico (naturalmente, segundo padrões históricos, sujeitos a permanente transformação). (Meneses, 1994, p. 26-27).

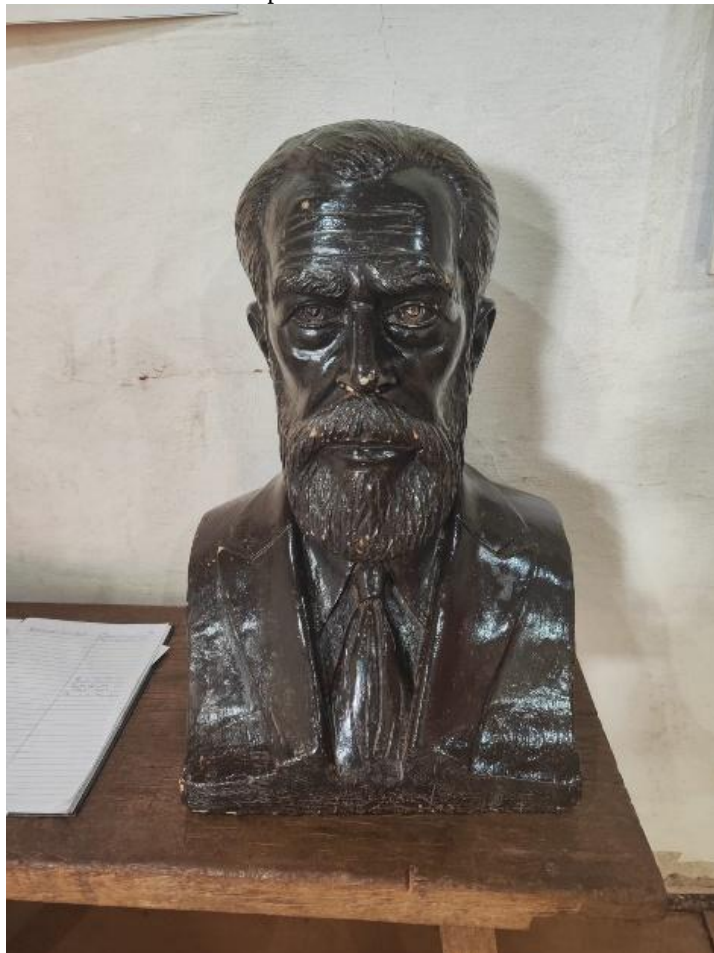
Considerando esses aspectos, quando o estudo da vida material pelo viés histórico é baseado, principalmente, pelos apontamentos de Fernand Braudel e seus três volumes de “Civilização Material, Economia e Capitalismo” (1967). Para o autor “Vida material são homens e coisas, coisas e homens” (Braudel, 1995, p.19), esse pensamento pode ser complementado pelo de Daniel Rocha, autor de “História das Coisas Banais: nascimento do consumo (2000), o autor pontua que os objetos não devem ser apresentados apenas pela sua materialidade e/ou distinção social. Os artefatos estão entre “redes de abstração e sensibilidade essenciais à compreensão dos fatos sociais.” (Roche, 2000, p.13).

Assim, o Museu José Antônio Pereira apresenta essa contradição entre a vida material que compõe a “banalidade” do cotidiano rural local. Porém, com narrativas construídas que apresentam os posseiros como representantes da elite econômica e social que ocuparam posições de proeminência na política regional. Portanto, para entender essas questões foi preciso considerar quais os usos que a instituição prática em sua comunicação com a sociedade, incluindo sua exposição permanente e eventos pontuais.

O espaço é dividido em nove cômodos (incluindo cozinha e garagem que são anexos), todos esses espaços são preenchidos com objetos da vida doméstica, rural e cotidiana presentes no final do século XVIII e início do século XIX, mantendo as configurações de museu casa,

não existe local reservado para exposições de curta duração. Logo na primeira sala de exposição estão visíveis três imagens representativas de José Antônio Pereira:

FIGURA 27 - Busto representativo de José Antônio Pereira



Fonte: arquivo da pesquisadora (2024).

Todas essas representações são baseadas em fotos dos filhos de José Antônio Pereira, pois não existem imagens conhecidas deste. Essa organização insistente em apresentar o rosto de um mesmo homem, procurará dar passos na construção de uma identidade regional capaz de ser uma referência para os habitantes locais. Um dos motivos capazes de justificar a importância oportuna desse uso, é a falta de conhecimento da população sobre quem era este homem.

FIGURA 28 - Retrato representativo de José Antônio Pereira. Artista: Elio Crespam.



Fonte: arquivo da pesquisadora (2024).

FIGURA 29 - Pintura representativa de José Antônio Pereira. Artista: Rosy



Fonte: arquivo da pesquisadora (2024).

Nesse primeiro momento, ao demarcar logo na entrada o foco deste local, o espaço museal faz tributo a imagem de José Antônio Pereira. Como é possível observar nas

representações, a ausência de imagem conhecida do homem permite aos artistas maior liberdade ao imaginar como seria este rosto, cada um, de sua maneira, também busca transmitir uma certa personificação da honestidade, comum na “invenção” de heróis locais.

No mesmo cômodo, aparece uma única imagem feminina, é Carlinda Pereira Contar, doadora do espaço à prefeitura.

Figura 30 - Carlinda Pereira Contar, autoria desconhecida.



Fonte: arquivo da pesquisadora (2024).

Única imagem feminina apresentada em toda exposição permanente, fornece possibilidade de análises interessantes. Uma casa do século XIX constitui local de forte vínculo com a figura feminina, trazendo representações de um espaço privado e de costumes da vida rural, onde o trabalho doméstico era, quase sempre, de responsabilidade da mulher. Ao considerar que, segundo Leite (2001, p.19), a “noção de espaço” aquela “que domina as imagens fotográficas explícitas”, considera a fotografia “uma redução e um arranjo cultural e ideológico do espaço geográfico, num determinado instante.”, mesmo sendo à época da doação a guardiã da memória familiar que este espaço museal apresenta, Carlinda Pereira Contar, assim como as outras mulheres da família, permanecem em segundo plano no discurso museal. Ou seja, mesmo que este espaço museal seja representante de uma época em que cabia a mulher a vida privada e ao homem a vida pública (Perrot, 1988), os padrões masculinos ainda determinam a função dessa mulher no mundo. Além disso, ao acompanhar a escrita memorialista, onde essa mulher também é personagem secundária, a narrativa museal se torna

comprometida. Isso não significa que, apoiando-se em conhecimentos históricos, se possam desenvolver outras matérias primas para essa mesma exposição permanente.

A narrativa museal perpassa ao conhecimento histórico, embora permeada por relatos memorialistas. O presente estudo corrobora para conferir ao Museu espaço reconhecido como patrimônio histórico local. Vários aspectos interferem nesses usos, como: disputa política, econômica e simbólica. A existência do Museu José Antônio Pereira possibilita a narrativa que forneça sensação de pertencimento ao habitante de Campo Grande, mantendo um discurso totalmente alinhado com escritos memorialistas sobre a história regional.

Como observou François Dosse “o acontecimento não é um simples dado que basta coletar e comprovar sua realidade, é uma construção que remete ao conjunto do universo social como matriz de constituição simbólica de sentido.” (2013, p.12). Sendo assim, é possível concordar com a ideia de que “todo acontecimento é, de certo modo, uma construção da “memória coletiva”, que adquire sentido e significado na medida em que se reflete no presente de um sujeito e é por ele, de algum modo, compreendido ou significado. A instituição, atualmente, se mantém na perspectiva de apresentar o tempo como um descontínuo, uma metodologia que permanece cultuando memorialistas, e não contempla tendências historiográficas mais atuais.

Não são incluídos na narrativa os indígenas, os negros, as mulheres. O foco total é o herói fundador, por isso o local não fundamenta novas bases para a construção da identidade local, mas evoca e cultua um passado já existente, autêntico, não passível de questionamentos.

A narrativa histórica perpetuada por esse museu histórico constitui-se na base de uma lembrança de um passado heroico e não se pode dizer que a memória que a instituição salvou faz parte de uma tradição coletiva. A herança escravista e latifundiária do país, que está por trás desta memória trabalhada pelo Museu, perpetua-se sem nunca chegar a ser expressão de parte significativa da população, mantendo-se sempre presa a determinados setores de uma sociedade que se encontra, até hoje, bastante segmentada. Em uma análise do historiador Germain Bazin sobre museus alemães, que podemos usar para essa investigação, ele afirma:

O sentimento de pequena pátria era considerado como parte da grande o museu se regionaliza, se miniaturiza, valorizando a riqueza do condado, o espírito do homem comum, a antiguidade da indústria, a poesia dos antigos costumes populares, tudo que é pequeno engrandece a Alemanha. (Bazin, 1987, p. 269. Apud Santos, 2006, p, 44)

Essa narrativa arbitrária em relação à memória apresentada pelo museu, reforça discursos elitistas. Para Santos (2006, p.56) “Os museus têm a função de legitimar um

imaginário junto ao público e quando cumprem sua função não conseguem modificar este imaginário com facilidade”. Assim, a instituição museal não pode/deve ser vista distanciada do ambiente em que foi gerada, muito menos como um produto que serve para exaltar a natureza de um homem. Não quando esse espaço se propõe a tratar da formação de uma cidade inteira.

Nas salas consecutivas se concentram outros objetos de uso doméstico, como panelas, pratos, moedores, ferros, lamparinas e, até mesmo, um tear. Ao longo dos anos foram realizadas poucas alterações nesses locais, contudo ocorreu a mudança do lugar desses objetos, pontuamos que não existem informações exatas sobre o que fora mudado em cada ocasião.

Figura 31 - Segundo cômodo com exposição de utensílios domésticos.



Fonte: arquivo da pesquisadora (2024).

Figura 32- Terceiro cômodo.



Fonte: arquivo da pesquisadora (2024).

Figura 33 - Quarto cômodo com exposição do tear



Fonte: arquivo da pesquisadora (2024).

Figura 34 - Quinto cômodo com exposição de cama de couro.



Fonte: arquivo da pesquisadora (2024).

Figura 35- Sexto cômodo com exposição de lamparina.



Fonte: arquivo da pesquisadora (2024).

Figura 36 - Sétimo cômodo, cozinha e fogão a lenha.



Fonte: arquivo da pesquisadora (2024).

Figura 37 - O oitavo cômodo apresenta a parte interna do monjolo.



Fonte: arquivo da pesquisadora (2024).

Não existe, organizado pela instituição, nenhum guia que contenha textos explicativos sobre a exposição de longa duração e, nem mesmo, a tradicional identificação de cada peça feita por meio de legenda, o que torna a análise do discurso presa às informações fornecidas

pela visita guiada, essa que padece pela falta de informação acerca dos contrastes e dos conflitos sociais que permeiam a história. Esse tipo de exposição que mantém o objeto isolado, corre o risco de passar uma visão parcial da sociedade em que foi produzido, o patrimônio material deve ser tratado como fonte histórica, situado no tempo e no espaço. A falta de contextualização, a sacralização de objetos e a comunicação unilateral revelam que o Museu José Antônio Pereira não acompanha as discussões que ocorrem no campo da museologia, da história e da antropologia.

Nessa perspectiva, é essencial que os museus disponham de um educador, ou profissional da área de museologia que desperte no visitante o desejo pela pesquisa. Torna-se fundamental a presença de educadores, que são também mediadores culturais, com a função de estabelecer um diálogo com o público que ensine sobre a cultura e história e fomente a pesquisa. Assim, o mediador não deve somente demonstrar a exposição e sim provocar nos visitantes a vontade de conhecer e pesquisar sobre os objetos (Ramos, 2004), motivando o interesse em aprofundar conhecimentos sobre os artefatos em exposição. O objeto, como exemplo de fonte, tem o intuito de sustentar uma história a partir de sua importância para os visitantes, dessa maneira, entende-se que a diretriz dos museus seria a de transformar-se num recurso para fazer história com objetos e ensinar como se faz história com os objetos (Meneses, 1983):

Pode-se dizer que, os objetos históricos do museu tornam-se importantes no ensino de história recente, considerando as heranças culturais, políticas e simbólicas, a memória da cidade, as identidades culturais, a preservação das culturas. A memória em si, ligada à aprendizagem, ou a uma função e experiência aprendida no passado, faz parte de uma preocupação básica com a sociedade. (Zarbato, 2023, p. 38)

O único trabalho que procura reunir um estudo sobre as coleções de objetos do Museu José Antônio Pereira, cultua uma reverência ao passado e uma tentativa de apresentar os objetos segundo uma estrutura que, aparentemente, pertencia a eles próprios. Este estudo acaba concordando com a narrativa presente no espaço museal, sob a proposta de “culto ao passado” e a tentativa de construir um perfil regional aparece combinada à guarda de relíquias ou objetos tidos como testemunhos de fatos e eventos.

Ao assumir seu papel educativo (de modo formal ou informal), o museu histórico pressupõe que o ato de expor é um exercício poético a partir de objetos e com objetos – construção de conhecimento que assume sua especificidade. Como lugar de produção do saber, o museu não pode ser confundido com centro de pesquisas ou de aulas, embora faça pesquisa e dê aulas, nem com instituições de recreação, embora assuma um caráter lúdico. A peculiaridade do museu se realiza plenamente em múltiplas interações: com tramas estéticas e cognitivas, em

análises e desdobramentos, na dimensão lúdica e onírica dos fundamentos historicamente engendrados que constituem o espaço expositivo.

3.2 A educação patrimonial ou educação museal: versões da história para a perspectiva escolar

Durante o I Encontro de Educadores do IBRAM, realizado no Museu Imperial (Petrópolis, RJ), em 2010, começam as primeiras discussões voltadas para a criação de diretrizes para a política museal no Brasil. Esse encontro possuía como um de seus objetivos definir rumos para elaboração de uma política pública de educação museal e repensar experiências de ações voltadas para a educação nos museus brasileiros. O evento aconteceu por meio de grupos de trabalho, que juntos estruturaram propostas apresentadas pela Carta de Petrópolis⁴⁶. A Carta abordou os seguintes temas: Plano Museológico; Missão da área educacional dos museus; Bases conceituais que orientam os museus; Estruturação e implantação de setores/serviços/ divisões/núcleos educacionais nos museus; Programa de formação, capacitação e qualificação; Comunicação, criação e desenvolvimento de redes; Incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento de parcerias acadêmicas com foco na educação em museus; Estudos de público e avaliação e Acessibilidade.

No ano de 2012, esses temas se transformaram nos Grupos de Trabalho que possibilitaram o lançamento da página na internet que seria responsável por divulgar a Política Nacional de Educação Museal (PNEM), a ferramenta foi utilizada para a construção do programa. Foram nove os eixos definidos para compor as futuras discussões sobre a temática: Perspectivas conceituais; Gestão; Profissionais de Educação Museal; Formação; Capacitação e qualificação; Redes e parcerias; Estudos e pesquisas; Acessibilidade; Sustentabilidade; e Museus e Comunidade. O blog realizou o recebimento de contribuições até o mês de abril de 2013 e recebeu “598 comentários, em 83 tópicos de debates.” (Martins, 2018, p.44).

Os encontros possibilitaram a coleta de diversas sugestões de modificação do Documento Preliminar que, mesmo sem ser finalizado, foi levado para discussão no I Encontro

⁴⁶ A Carta de Petrópolis apresentou como propostas que ações educativas devem estar inseridas no plano museológico, bem como na missão das instituições. Apontou também a importância de um diálogo teórico considerando o campo da museologia e da educação. De fato, é recente o interesse da museologia pelas ações educativas que se inserem nos museus. Até bem pouco tempo, esse campo do conhecimento não via a educação como uma das ações primordiais do museu. A inserção de pesquisadores da educação em museus em bases epistemológicas da museologia contribui para ampliação da bibliografia da área que não é rara, porém está ainda por ser reunida. (BRAGA, 2017, p.63)

Nacional do PNEM, que aconteceu concomitante ao 6º Fórum Nacional de Museus (Belém, PA), no ano de 2014. Foi durante esse encontro que aconteceu a aprovação dos Princípios do PNEM e a elaboração da Carta de Belém. Porém:

As turbulências políticas que agitaram o país nesse período refletiram no Ministério da Cultura e no Ibram, e muitos dos programas existentes foram paralisados ou deixaram de existir. Esse foi o caso da PNEM, que só foi retomada em 2017. Nesse ínterim, as REM e o Ceca continuaram a pressionar o Ibram pela continuidade do processo da PNEM. (Martins, 2018, p.44)

O segundo encontro aconteceu no ano de 2017 e terminou com a finalização do texto da Política Nacional de Educação Museal que não deixou de lado a preocupação em aplicar essas diretrizes nos espaços museais brasileiros, publicando a Carta de Porto Alegre que planeja “Incentivar a realização de seminários regionais para discussão e implementação da PNEM em parceria com as Redes de Educadores em Museus e articuladores regionais do Programa Nacional de Educação Museal.” (Ibram, 2017, p. 8).

A Política Nacional de Educação Museal foi definida através da Portaria IBRAM nº 605, de 10 de agosto de 2021⁴⁷, logo no seu primeiro artigo, fica estabelecido que sua função visa “[...] à organização, ao desenvolvimento, ao fortalecimento e à fundamentação do campo da educação museal no Brasil”, buscando “nortear a realização das práticas educacionais em instituições museológicas, fortalecer a dimensão educativa em todos os setores do museu e subsidiar a atuação dos educadores.”. É possível concluir, pelas datas apresentadas, que o campo da educação museal está ainda em construção e acúmulo de capital científico, tendo pouca autonomia, pois se encontra vinculado a outras instituições mais poderosas. Para Martins (2018, p.45):

O equilíbrio entre a sobrevivência e a atuação pautada pela educação museal não é fácil para organizações não institucionalizadas como as REM. Em sua maior parte, elas dependem do trabalho voluntário e do interesse dos próprios educadores para existirem. Levando-se em consideração o posicionamento pouco relevante que a educação ocupa no interior de muitos museus (Martins, 2013; Seibel-Machado, 2009; Valente, 2008), é importante refletir sobre o fôlego que os educadores de museu teriam para organizar as REM e nelas atuar. Dessa forma, entende-se que suas lutas devem, mais do que nunca, serem pautadas pelas temáticas da formação, da profissionalização e da produção do conhecimento específico da educação museal, já que a construção de um campo da educação museal fortalecido passa por esses temas.

⁴⁷ Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/legislacao-e-normas/portarias/portaria-ibram-no-605-de-10-de-agosto-de-2021>. Acesso em: 30/11/2023.

Assim, os debates sobre as ações educativas que podem ocorrer no espaço museal acontecem pois estes não fazem parte da educação regular, estão concentrados no campo da educação não-escolar ou não-formal e buscam caminhos para melhor aplicar seu papel educacional. Assim, a educação em museus pode ser delineada como um conjunto de valores, conceitos, saberes e práticas que possuem como objetivo proporcionar ao visitante informações de qualidade, além de uma linguagem acessível e interessante. O sentido pedagógico esteve sempre presente nas instituições museais, porém é de interesse mais recente a valorização de seu papel associado à educação. O PNEM surge concomitante a esse movimento, com o empenho de profissionais em valorizar a área e fortalecer teoria e práticas museológicas.

Os procedimentos metodológicos adotados pelos/as professores/as podem partir da metodologia da Educação Patrimonial e da Educação Museal, a qual pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja “[...] um objeto ou um conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural [...]” (Horta, 1999, p. 6). “Os objetos guardados pelos museus deixam de ser fonte de ensinamentos entre gerações. O antigo passa a ter valor por seu aspecto de curiosidade e raridade em relação aos tempos modernos” (Santos, 2006, p.18). Para a autora: “Esta memória dos objetos é resultado não só dos discursos dos diretores e amigos do Museu, como da própria sociedade que o aceita.” (p. 48)”.

O assunto começa a ser abordado dentro da temática da educação não-formal, que surge como forma de complementar a educação formal, que sozinha não consegue suprir todas as demandas do discente, principalmente as sociais. Isso não quer dizer que o termo “não-formal” pressupunha a não existência de formalidade ou de processo ensino-aprendizagem, é uma maneira diferenciada de trabalhar com a educação. Existe, na língua portuguesa, uma diferença entre educação não formal e educação informal que vale a pena pontuar. Para Cazelli e Valente (2019):

[...] os de língua portuguesa subdividem a educação realizada fora da escola em dois subgrupos: educação não formal e educação informal, sendo o último relativo aos meios de comunicação, na família, no trabalho, na rua, nos pontos de encontro, nos clubes, nos sindicatos, nos movimentos sociais. As próprias cidades vão se transformando em agências educativas. (p.21).

Para Fávero, a educação não formal é:

[...] qualquer tentativa educacional organizada e sistemática que se realiza fora dos quadros do sistema formal (de ensino) para fornecer determinados tipos selecionados de aprendizagem a subgrupos específicos da população, tanto de adultos como de crianças. Assim definida, a educação não formal inclui, por exemplo, programas de extensão rural e treinamento de agricultores, programas de alfabetização de adultos, treinamento profissional dado fora do sistema formal, clube de jovens com objetivos em grande parte educacionais, diversos programas comunitários, de educação sobre saúde, nutrição, planejamento familiar, cooperativismo, etc.. (Fávero, 1980, p. 22).

De modo complementar, o autor afirma que educação informal é também o:

[...] processo permanente pelo qual qualquer pessoa adquire e acumula conhecimentos, habilidades, atitudes e perspicácia, através de experiência diária e contato com o meio ambiente em casa, no trabalho e no lazer, através do exemplo e das atitudes dos parentes e amigos; por meio de viagens, leitura de jornais e livros; ou ouvindo rádio, vendo filmes e televisão. (Fávero, 1980., p. 23).

A escola, local que ocorre a educação formal não pode ser vista deslocada do ambiente familiar e cultural que cerca o estudante e é aí que entra o museu como uma das instituições complementares da educação. A educação não-formal pode ser realizada em uma diversidade de ambientes, utilizando métodos de ensino e aprendizagem que não são focados nas habilidades pertinentes à educação formal. Portanto, as atividades de educação não-formal observadas em espaços museais se concentram no campo das ações educativas. Os museus têm lugar de destaque, pois são acessíveis, prazerosos e valorizam outras emoções e é por isso que devem ser pensados de forma a passar informações que foquem no visitante. Para Argan (1993), o aumento dos museus em número foi um dos incentivadores para a transformação de sua responsabilidade educativa, passam a serem vistos como:

[...] organismos científicos e didáticos, dotados de equipamentos especiais para o reconhecimento, a análise, a classificação, a conservação e a apresentação crítica de produtos artísticos manufaturados de qualquer gênero. Museus adequados são destinados à arte contemporânea, concebidos como instrumentos de pesquisa e de informação, sem limites de região ou nação. (Argan, 1993, p. 23).

Acompanhando a linha de raciocínio de Zarbato:

[...] concebemos que a utilização de visitas aos museus como elementos da prática educativa precisa agregar diferentes ações didáticas, em o/a professor/a pode dispor de abordagens já realizadas, mas também podem utilizar suas experiências docentes, experiências que envolvem o processo metodológico e o processo de construção de aulas em espaços não formais de ensino. (Zarbato, 2019, p. 193).

Outra característica dos espaços museais que os levam a serem considerados seriamente na importância do seu discurso e aplicação de técnicas pedagógicas é que este continua a ser

frequentado pelas pessoas, mesmo após a conclusão de seu processo formal de educação, característica essa que o torna um local relevante quanto à educação fora do contexto escolar. Isso não significa que as abordagens de educação sempre acontecem de forma separada ou distantes umas das outras, as atividades e informações oferecidas por espaços não formais de ensino podem/devem suplementar a aprendizagem escolar. Assim, para Desvalléss e Mairesse:

A educação, em um contexto mais especificamente museológico, está ligada à mobilização de saberes relacionados com o museu, visando ao desenvolvimento e ao florescimento dos indivíduos, principalmente por meio da integração desses saberes, bem como pelo desenvolvimento de novas sensibilidades e pela realização de novas experiências. (2013, p. 39).

Assunto bem abordado por Chagas que diz que a educação não formal é “veiculada pelos museus, meios de comunicação e outras instituições que organizam eventos de diversas ordens, tais como cursos livres, feiras e encontros com o propósito de ensinar a um público heterogêneo” (Chagas, 1993, p.52). Em outros termos: os museus da modernidade são também dispositivos disciplinares, eles individualizam seus usuários, qualificam seus visitantes e exigem saberes, comportamentos, gestos e linguagens específicas para a fruição de seus bens e o aproveitamento de seus espaços. (Chagas, 2002, p.51). E complementado por Cazelli e Valente, que nos apresentam a seguinte perspectiva:

Os museus procuram compartilhar com outras instituições educativas a responsabilidade de ampliar as oportunidades de aprendizagem, além de informar, nutrir e ilustrar os indivíduos acerca do valor do conhecimento sobre seu passado e presente, com vistas ao futuro. Isto faz com que os objetivos da educação não formal possam estar direcionados para a socialização de conhecimentos historicamente produzidos e organizados pelos indivíduos de forma diferenciada daquela realizada na escola (os recursos museais são facilitadores para a apresentação dos conhecimentos historicamente produzidos). (Cazelli, Valente. 2019, p.23).

Ao dialogar com esses autores, é possível pontuar que espaços não formais de ensino são permeados por propósitos no seu discurso, as formas de exposição, os objetos escolhidos, a narrativa proposta na visita guiada possui uma finalidade. Finalidade esta que é passível de análises e críticas. Para as autoras essa análise atualmente é realizada, com sucesso, pelos estudiosos das ciências sociais:

Se por um lado, de alguma maneira o conhecimento produzido sobre o papel educativo dos museus procurou se apoiar na base consolidada da educação como seu referencial, hoje, sem abandonar o saber adquirido ao longo de décadas, refletir sobre a dimensão educativa deste antigo espaço é se aproximar das fontes mais ligadas às ciências sociais que norteiam a museologia. A ocupação central do museu no universo cultural

da sociedade exige dele uma nova missão de natureza bastante complexa. (Cazelli, Valente, 2019, p.24).

Esse processo de estudo das técnicas museais, realizado por outros pesquisadores que não da educação, como, por exemplo, sociólogos, historiadores e geógrafos, gera outro termo para o modelo educativo do museu: a educação museal. No livro “Conceitos Chave da Museologia” a seguinte definição é apresentada:

A educação museal pode ser definida como um conjunto de valores, de conceitos, de saberes e de práticas que têm como fim o desenvolvimento do visitante; como um trabalho de aculturação, ela apoia-se notadamente sobre a pedagogia, o desenvolvimento, o florescimento e a aprendizagem de novos saberes. (Desvallées; Mairesse, 2013, p. 38)

Ao levar em consideração que as instituições museais desde que abertas ao público vêm, cada vez mais, trabalhando para atender a diversidade de frequentadores, entende-se que a educação museal é para todos e busca adequar os usos da linguagem e as formas de exposição para realizar a aproximação com seus visitantes. Vale lembrar que, como já dito anteriormente, os primeiros museus abertos para visita pública vão aparecer com a missão de idealizar o sentimento de nação, ao narrar um discurso que era adequado ao poder vigente. Era um período que priorizava apresentar um museu da elite letrada para a elite letrada, impondo sua visão de mundo. Porém, os museus são espaços não-formais de educação, esses têm a capacidade de abarcar questionamentos diversos, como traz Zarbato “na esteira da valorização do museu como espaço histórico-educativo, percebe-se a necessidade de pensar que o museu hoje, relaciona os saberes dos alunos, produzidos em suas vivências, com as várias narrativas que poderão estar presentes nesse espaço. (Zarbato, 2019, p. 184)”.

Segundo Cazelli e Valente (2019), se comparado esse momento inicial de alterações na forma de exposição, com foco em uma visita mais aliada à pedagogia, poucas mudanças significativas são observadas. Essas propostas de tornar o espaço mais atrativo para todos os visitantes, não se desenvolveu e, até a contemporaneidade, não se desenvolve sem resistências. Gesché-Koning (2006, p. 31) descreve uma das reclamações: "o templo das musas europeias subitamente se viu repleto de crianças chegando para perturbar a tranquilidade do conservador imponente em sua torre de marfim."

Para Cazelli e Valente (2019), essas mudanças que geraram ampliações na função educativa dos museus, incentivaram exposições que contavam com maior participação do visitante, porém a “concepção escolarizante” apareceu dominante e segue fortalecida. O que, em maior ou menor medida, impõe informações como se fossem verdades inquestionáveis, não

incentivando a reflexão. Além disso, autores como Varine- Bohan (1987), são altamente críticos dessa perspectiva, para ele a “animação cultural em museus” serve para maquiagem motivos maiores:

A animação dos museus, em direção ao público escolar, não tem por objetivo, salvo muito raras exceções, satisfazer as necessidades deste público (sejam francos e honestos) ou mesmo responder à demanda pedagógica expressa pelos professores. Se considerarmos a literatura sobre o assunto, se participarmos, como eu o faço há muito tempo, de reuniões de educadores de museus, constataremos imediatamente que há para este tipo de animação somente duas motivações principais: justificar a existência da instituição-museu e valorizar o patrimônio.

Para o autor, os museus ao sofrerem críticas de seu distanciamento do visitante, realizam mudanças superficiais, que ainda os mantêm com um perfil conservador, o que não é uma intenção realmente pedagógica. A instituição museal acaba se tornando uma forma de exemplificar os ensinamentos formais, como acrescenta Lopes (1991):

Tomando por base essas concepções não é difícil compreender por que as escolas buscam nos museus apenas uma ilustração para seus cursos e, em contrapartida, não é difícil entender que propostas museológicas, mesmo bem-intencionadas quanto a sua contribuição para a melhoria do ensino, confundam seu campo de atuação, reduzindo-o do vasto âmbito da cultura para o de complemento à escola, segundo os padrões e normas que regem a prática escolar. (p.448).

Assim, muitas instituições apresentaram como solução para esses questionamentos exposições interativas e espaços mais acolhedores, para isso utilizam brinquedos, poltronas coloridas e outros, porém, mantendo sua narrativa sem grandes alterações. Para Lopes (1991, p.444), “Os museus brasileiros mantêm até hoje sua identidade no campo da educação escolar, com posições escolanovistas”. Assim, com esses questionamentos postos:

[...] teve início uma nova reviravolta na concepção da educação em museus que passa a ser definida como um conjunto de valores, conceitos, saberes e práticas que objetivavam o crescimento do visitante. Este crescimento deve ser entendido não só como ganho cognitivo, intelectual, mas acima de tudo como desenvolvimento psicológico que motiva para o aprendizado ao longo da vida. O tipo de educação aqui referido está ligado à mobilização do saber, ou seja, de como utilizar os recursos do museu para o crescimento dos indivíduos, estimulando sua capacidade de desenvolver novas sensibilidades e vivenciar novas experiências. Trata-se, portanto, de um processo que auxilia na construção da relação entre museu e sociedade, uma vez que tanto o museu quanto a educação são ferramentas importantes para uma efetiva democratização. (CAZELLI, VALENTE, 2019, p.29).

Os líderes dos principais museus brasileiros da época, como Roquette Pinto (Museu Nacional) e Venâncio Filho (Museu Nacional do Rio de Janeiro) ao participarem de encontros

sobre o trabalho museal nos Estados Unidos, voltaram impressionados com a importância que estes davam para a educação museal. Foi proposto aos museus brasileiros a aplicação em suas visitas dos princípios da Escola Nova, o interior das instituições deveria sofrer transformações que focassem na melhoria do ensino escolar (Lopes, 1991). Assim, “[...] a preocupação pedagógica adentrou explicitamente os museus, influenciando-os para que passassem a dar prioridade ao apoio à escola.” (Lopes, 1991, p.446).

Porém, muitas dessas ideias permaneceram no papel e para que esses planos venham a se tornar realidade, os espaços museais necessitam aumentar a proximidade entre os especialistas que os pensam e o público que o visita. Além do mais, é necessário que ocorram pesquisas de acervo, investigação dos objetos musealizados, conservação qualificada e de qualidade, planos para comunicação, marketing e programas educativos alinhados com os frequentadores do local. Concomitante a isso, também pode ocorrer a capacitação dos professores e/ou responsáveis por levarem grupos escolares ao espaço museal, o momento anterior a visita é importante para que esta ocorra com sucesso. A relevância do contato prévio do docente com o espaço museal e os recursos oferecidos por estes durante a visita será abordado mais adiante.

O museu segue com o obstáculo de alinhar as pesquisas que acontecem na academia com o interesse de seu público, em busca ainda de não empobrecer a linguagem científica. Esse ajuste vai permitir que, de acordo com Cabral (2002, p.3):

[...] a educação [subentendida como ação educativa] realizada em museus deverá operar promovendo atividades baseadas em metodologias próprias que permitam a formação de um sujeito histórico-social que analisa criticamente, recria e constrói a partir de um referencial que se situa nos seus objetos tangíveis ou intangíveis.

Uma das maneiras mais utilizadas para que ocorra o sucesso das ações educativas em museus é a multidisciplinaridade, a prática permite uma maior abrangência de tópicos e conteúdos, facilitando o acesso ao público. Vale lembrar que autores de renome na área da museologia, como Maria Cristina de Oliveira Bruno, defendem que a área deve estar em constante diálogo com as demais, segundo ela a museologia:

É um campo de conhecimento inserido nas Humanidades e com uma forte expressão de disciplina aplicada, que tem construído cenários caleidoscópicos de problematizações e experimentações sobre as sociedades entre si e destas com o meio ambiente circundante, exigindo interlocuções interdisciplinares e composições multiprofissionais, cuja historicidade é secular, com ênfases de modelos que são globais como também locais. (Bruno, 2020, p.20).

Assim, a multidisciplinaridade aparece como uma das maneiras de responder os diversos questionamentos que cercam as questões de interação do espaço museal com o tempo presente. Dessa forma, fica mais fácil entender que a educação museal não caminha sozinha, está em constante diálogo com a História, Geografia, Antropologia, Museologia, Ciências etc., em uma contínua busca para adequar esses espaços na contemporaneidade. Afinal, como diz Bruno (2020) “A problematização cada vez mais aguda sobre o papel dos museus e processos museológicos na atualidade tem favorecido e impulsionado a busca de novos caminhos, fazendo emergir outras dimensões das nossas necessidades em relação a este contexto.” (p.26). A prática museológica começa a se preocupar com mudanças sociais e demandas de representação das identidades diversas.

Nesse clima, aconteceu em 2013, a XV Conferência Internacional do Movimento Internacional para Nova Museologia, no Rio de Janeiro. Esse evento se baseou nos trabalhos desenvolvidos, principalmente, pelo Museu da Maré e Museu da Favela. Nesses espaços o museu trabalha não apenas cercado por sua comunidade, mas participa ativamente do desenvolvimento de suas atividades. Para Mário Chagas, Paula Assunção e Tamara Glas, o evento veio com:

[...] a intenção de dizer que a arte e a ciência dependem da memória e da criatividade e que a força e a potência dos museus podem ser multiplicadas pela articulação e associação entre memória e criatividade e que tudo isso pode desaguar na transformação social. Sem criatividade a memória fica estagnada, sem memória a criatividade é impossível. (2014, p.430)

O MINOM (Movimento Internacional para a Nova Museologia), criado em 1985 em Portugal, traz à tona teorias e reflexões recentes que procuram alinhar teoria e prática museal na busca por transformações sociais. Assim, nesse mesmo movimento é possível alinhar a sociomuseologia e a educação museal na busca de uma construção comunitária do discurso museal. A intenção é desestabilizar certezas há muito impostas as narrativas de museus e permitir a reestruturação criativa e solidária de sua prática na busca conjunta por uma práxis libertadora. Dessa forma, defendendo a possibilidade de perceber quais são os processos formais de educação e partir de um local de partilha com a comunidade escolar, a memória de larga duração presente no Museu José Antônio Pereira a fim de abrir caminhos para acionar e acolher a compreensão dos outros diversos sujeitos que fazem/fizeram parte da realidade local, considerando as vinculações históricas que esses carregam. Entendo que a Museologia Social,

aliada com a Educação Museal e Educação Patrimonial sejam poderosas ferramentas para realizar esse empreendimento e ressignificar esses espaços:

Portanto, (re)definir o patrimônio cultural, como memória social e, por conseguinte, como fonte de (in)formação, levando em consideração as condições históricas, sociais e comunicacionais na contemporaneidade, que exalta a produção humana como bem cultural da maior significação para a construção de um ser socialmente ativo, unindo passado e presente (re)criando imagens da cidade, do povo, da cultura, é fundamental para que se possa ter perspectivas de falar de uma educação cidadã que reconheça as diferenças culturais do indivíduo e suas necessidades informacionais (Araripe, 2014, p. 117)

A educação museal deve procurar integrar todas essas dimensões para poder ter uma experiência valiosa de troca com seu público, já que os museus por muito tempo estiveram alinhados a elites políticas, ficando evidente uma escolha pela manutenção da história dessa elite dentro de seus espaços. Porém, as novas reivindicações de identidades e representações das elites nos espaços públicos despertaram também o questionamento dessas memórias selecionadas, por isso a Museologia Social e a Museologia Crítica vieram demandar que as instituições museais acompanhassem essas demandas. Para Araripe (2014), a inexistência de uma didática que apresente uma educação patrimonial leva a prejuízos como: a destruição de espaços e objetos, a desvalorização da diversidade cultural e, até mesmo, a ocorrência de injustiças no campo social. Para a autora existe:

[...] a necessidade de se mostrar um patrimônio cultural, que é memória e, por conseguinte, é história, que apresente os laços de pertencimento de uma sociedade, numa retomada de valores que possa garantir alcançar a construção de um futuro alicerçado numa educação que busque o passado e detenha seu olhar no presente, nesse presente de uma sociedade caracterizada pela chamada modernidade, e notadamente marcada pela tecnologia e globalização. (2014, p.117)

Dessa forma a educação museal é para todos, ainda caminhando e construindo seus procedimentos técnico-científicos interdisciplinares, são seus próprios agentes e seus questionamentos que projetam novas rotas para abordar temas como: memórias exiladas, disputa de memórias, decolonialidades, silenciamentos e outros. "Ao contrário do que ocorre com os centros e associações culturais, os museus continuam sendo instituições produtoras de elites políticas, espaços de poder distanciados da maioria da sociedade e ausentes em muitos territórios" (Avilés et al. 2017, p. 64).

Ambos os campos ainda se encontram em desenvolvimento, tendo discordâncias quanto às suas definições e usos, atualmente a definição de Sônia Florêncio tem ganhado destaque. Para ela:

Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (Florêncio, 2014, p. 19).

Já a definição de Educação Museal que mais se encaixa nesse trabalho é a presente no próprio Caderno de Política Nacional de Educação Museal que a define como: “As ações educativas pensadas e implementadas no espaço museal”⁴⁸ (p.14). Nota-se que é possível no Museu José Antônio Pereira as duas práticas, Educação Patrimonial para fornecer aos visitantes informações relevantes quanto a importância da manutenção do Museu como Patrimônio Tombado e a Educação Museal para análise de práticas internas ao espaço museal. Neste trabalho utilizo da Educação Museal, visto que, a intenção é analisar os aprendizados internos.

No tópico a seguir apresentaremos as atividades desenvolvidas pelo espaço museal ao longo de sua existência, a reflexão, que apesar de parecer dicotômica, fornece um quadro mais completo das intenções e dos usos desse espaço museal.

3.3 Práticas de educação museal no Museu José Antônio Pereira

Por estar sob administração da prefeitura desde sua criação, o Museu José Antônio Pereira é diretamente afetado por campanhas políticas e mudanças de gestão, sua única atividade fixa é a visitação guiada. O cenário educativo, que já não era valorizado, piorou ainda mais depois da pandemia, quando a instituição realizou pouquíssimas atividades capazes de atrair o público local. Além disso, nunca ocorreu uma parceria de sucesso com nenhuma instituição de ensino, mesmo tendo estagiários da Universidade Católica Dom Bosco e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, participado de estágios entre os anos 2000 e 2009. Uma falha que deixa de proporcionar aos estudantes de graduação, principalmente os de licenciatura, uma formação mais completa e abrangente, considerando que:

O Estatuto de Museus, Lei Federal n.º 11.904/09, diz que os museus deverão disponibilizar oportunidades de prática profissional aos estabelecimentos de ensino que ministram cursos de museologia e afins, nos campos disciplinares relacionados às

⁴⁸Ver: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf>. Acesso em 25/01/2024.

funções museológicas e à sua vocação. Esse entendimento reforça a visão dos respondentes e aponta que o desenvolvimento de programas de estágio em museus, além de agregar valor e crescimento tanto profissional quanto institucional, pode ser também um passo num contexto maior de ações de políticas públicas voltadas à inclusão de jovens no mercado de trabalho. (SILVA et al., 2014, p. 95).

Neste momento do trabalho, realizarei o levantamento das dinâmicas que a instituição promoveu ou participou nos últimos anos (2012-2024). É importante considerar, que em toda sua existência, o Museu José Antônio Pereira nunca possuiu um profissional especializado na área museal entre os funcionários ativos.

Em parceria com a Fundação Municipal de Cultura, nos anos de 2012 e 2014 as instituições realizaram os projetos “Arte no Museu”⁴⁹ e “Teatro no Museu”, que acontecia semanalmente aos domingos, com o objetivo de atrair visitantes diversos, além do público escolar. O programa foi produzido pelo produtor cultural Weder Paes de Carvalho (1981-2015) e foi uma das últimas atividades de sucesso que aconteceram no espaço. Toda ação educativa nesses espaços possui papel relevante ao ampliar as possibilidades de aproveitamento pedagógico dos acervos, justamente por proporcionar ao visitante questionamentos sobre a sua realidade e daqueles que estão à sua volta.

De acordo com a FUNDAC, esse projeto possuía os seguintes objetivos:

- Facilitar o intercâmbio entre o museu e a escola, entre o museu e a sociedade civil organizada, entre o museu e o turista-visitante;
- Oportunizar aos alunos do Ensino Fundamental, Médio e 3º grau, a construção de noções contextuais de tempo, espaço e patrimônio, numa abordagem histórica narrada pelos testemunhos dos pioneiros de nossa cidade;
- Facilitar a relação entre as exposições e seus visitantes;
- Desenvolver ações de educação patrimonial, visando à formação de cidadãos sensíveis à ideia de preservação e valorização da cultura local.
- Atrair o público para que vá continuamente ao local, usar os espaços e se apropriar do lugar como patrimônio da cidade e dos cidadãos;
- Trabalhar em parceria com instituições escolares e Associações;
- Proporcionar visitas orientadas (monitorias) com apoio de audiovisual;
- Oferecer ao público uma nova forma de apresentação histórica da cidade.

Analisando essas diretrizes é possível concluir que a partir de uma conjuntura mais ampla, o projeto procurava ultrapassar a questão de o Museu ser utilizado como um complemento da escola, ou um local para reprodução de discursos escolares. Ou seja, proporciona a ampliação da experiência com os objetos, gerando motivação, curiosidade e questionamento para todo público visitante. Além disso, o dia de funcionamento dos projetos

⁴⁹ Ver: Anexo

(domingos), possibilitava atingir um maior número de interessados em participar, segundo Moura:

Outro aspecto importante a ser destacado é a carência de áreas de lazer na região, o que motivou a FUNDAC e a comunidade a execução desse projeto, visando estimular a apreciação pela cultura e a valorização dos profissionais regionais. Para isso, as atividades contavam as inscrições da própria comunidade, sendo entre elas artesanais artísticas e musicais, além de fomentar a interação de todos nos teatros, danças e no reconhecimento dos artistas locais, tendo a cada semana uma nova atração. (MOURA, 2017, p.15).

Combinando atividades lúdicas, comércio de artesanatos, exposições temporárias, cultura regional e apresentação de artistas locais (Grupo Cenika, Trem da Alegria), esse projeto funcionou com sucesso durante os dois anos de duração e conseguiu atrair público significativo para o local, mesmo acontecendo aos domingos. Assim, pode proporcionar aos visitantes, em um único momento de visita, aprendizagem tanto de elementos cognitivos como afetivos. “Os ganhos afetivos são aqueles que mais enriquecem a educação em museus e parecem ser os mais possíveis de se realizar comparando-se com ensino escolar” (ALMEIDA, 1997, p.51).

FIGURA 38 - Teatro no Museu, 2012.



Fonte: Arquivo do Museu José Antônio Pereira.

FIGURA 39 - Teatro no Museu, 2012



Fonte: Arquivo do Museu José Antônio Pereira.

FIGURA 40 - Teatro no Museu, 2012



Fonte: Arquivo do Museu José Antônio Pereira

FIGURA 41 - Teatro no Museu, 2012.



Fonte: Arquivo do Museu José Antônio Pereira.

FIGURA 42 - Projeto Teatro no Museu, 2012



Fonte: Arquivo do Museu José Antônio Pereira.

No ano de 2015, de forma independente, o Museu José Antônio Pereira desenvolveu palestras sobre saúde e bem-estar. Principalmente para atrair a população do entorno, no entanto o projeto teve curta duração.

FIGURA 43 - Palestra sobre saúde e bem-estar 18 de outubro de 2015.



Fonte: Arquivo do Museu José Antônio Pereira.

Um ano após, em 2016, o Museu recebeu a celebração “Vem jogar mais eu” do grupo de capoeira Roda de Bamba. Essa programação tinha como foco a atração de novos alunos para o grupo.

FIGURA 44 - Evento Capoeira no Museu, 2016.



Fonte: Arquivo do Museu.

FIGURA 45 - Evento Capoeira no Museu, 2016.



Fonte: Arquivo do Museu.

No mês de agosto do mesmo ano, em parceria com a Secretaria de Cultura e Turismo de Campo Grande, aconteceu o evento “Uma Noite no Museu”. Para comemorar os 117 anos da cidade, no dia 26 de agosto de 2016, nesse dia a instituição museal funcionou em horário extraordinário e apresentou das 15 horas às 21 horas: visita guiada ao museu, exposição de veículos antigos, exposição interativa de fotos, teatro com o grupo Unicórnio e show musical de Chico Castro.

FIGURA 46 - Evento “Uma Noite no Museu”, 2016.

Uma noite no museu



No aniversário de **Campo Grande** preparamos uma programação especial das 15h às 21h com muita cultura e diversão para você e sua família.

- **Visita Guiada ao Museu**
- **Exposição de veículos antigos**
- **Exposição interativas de fotos**
- **Teatro do grupo Unicórnio**
- **Show musical de Chicão Castro (MPB)**

26 de agosto • das 15h às 21h
Local: Museu José Antônio Pereira
 Av. Guaicurus, s/n. - Informações: 3314-3227



PREFEITURA
DE CAMPO GRANDE

Fonte: Arquivo do Museu.

FIGURA 47 - Evento “Uma Noite no Museu”, 2016.



Fonte: Arquivo do Museu.

FIGURA 48 - Evento “Uma Noite no Museu”, 2016.



Fonte: Arquivo do Museu.

FIGURA 49 - Evento “Uma Noite no Museu”, 2016.



Fonte: Arquivo do Museu.

No mês seguinte, em agosto de 2016, em uma parceria com a Fundact e com a Prefeitura Municipal, aconteceu o evento “Museu em Movimento”, que contou com várias atividades: show de música ao vivo, contação de história, visita monitorada e plantação de pomares.

FIGURA 50 -- Evento “Museu em Movimento”, 2016.



Fonte: Evento “Museu em Movimento”, 2016. Fonte: Arquivo do Museu.

No mês de maio do ano de 2017 o Museu José Antônio Pereira, pela primeira vez, realiza a abertura regional e oficial do evento “15ª Semana Nacional de Museus”. A Semana Nacional de Museus surgiu como uma forma nacional de comemorar o Dia Internacional dos Museus (18 de maio), com o objetivo de oferecer maior visibilidade dos trabalhos promovidos pelas instituições museais e garantir a permanência do funcionamento na busca de integrá-lo ao cotidiano da população e estimular o hábito de frequentar esses locais.

FIGURA 51 - Programação local da "15ª Semana de Museus".



15ª semana DE MUSEUS
15 a 21 | Museus e histórias controversas
MAIO | 2017 | dizer o indizível em museus

ABERTURA Oficial do Evento
Local: **Museu José Antônio Pereira**

16 de maio | Terça- feira
8 h – Banda de Música Municipal Ulisses Conceição
Contação de história com os professores Rafael Bendó e Michelly Dominiq
Visita Guiada com a professora Rita de Cássia
Galícia
Exposição Fotográfica do Arquivo Histórico de Campo Grande

17 de maio | Quarta- feira
13 h – Apresentação do Projeto Asas do Futuro:
Grupo de Percussão Tambores Lata
Roda de Capoeira
Visita Guiada com a professora Rita de Cássia
Galícia

18 de maio | Quinta - feira
13 h – Contação de história com os professores Rafael Bendó e Michelly Dominiq
Visita guiada com a professora Rita de Cássia
Galícia
19 h – Palestra no MIS (Museu da Imagem e do Som) com a ministrante Ana Lúcia Taveira - IBRAM
Tema: Museus e histórias controversas: dizer o indizível em museus

19 de maio | Sexta - feira
13 h – Apresentação do Projeto Asas do Futuro:
HIP HOP e Capoeira
Visita guiada com a professora Rita de Cássia
Galícia

Logos: SECTUR, SECC, GOVERNO DO ESTADO

Fonte: arquivo do Museu José Antônio Pereira

O evento busca reunir em uma semana atividades diversas de todas as instituições museais nacionais e é coordenado pelo Ibram, sempre apresentando um tema principal. No ano em questão o tema foi: “Museus e histórias controversas dizer o indizível em museus”. Quem norteia o tema central do evento é o ICOM (Conselho Internacional de Museus) e busca com isso: fortalecer a imagem do museu, aumentar a visibilidade, incentivar o envolvimento do museu com a comunidade, aumentar o público, encorajar a realização de novas atividades culturais ao longo de todo o ano, reforçar a importância dessas instituições frente à administração pública e empresas locais, integração dos museus de mesmo país e dinamização da economia local. Anualmente o Ibram realiza a

publicação do quadro evolutivo onde divulga os dados relativos à edição, neste local é possível obter as informações de todas as edições do evento⁵⁰.

Em setembro do mesmo ano o Museu José Antônio pereira apresentou programação extensa durante sua participação na “11ª Primavera dos Museus”:

FIGURA 52 - Programação local da "11ª Primavera dos Museus"

11ª PRIMAVERA DOS MUSEUS
museus e suas memórias

PROGRAMAÇÃO
Museu **José Antônio Pereira**

20, 21 e 22 SETEMBRO 2017

Dia 20 de setembro | 14 horas

- Apresentação dos alunos da Escola Espírita Anália Franco com violão
- Visita mediada com os alunos da Escola Oswaldo Tognini Funlec

Dia 21 de setembro | 14 horas

- Apresentação do coral do CCI Vovó Ziza
- Apresentação musical com a boneca Emília (Iara Freitas) e contação de histórias com Lucimar Weiler da Biblioteca Pública Municipal
- Visita mediada com os alunos da Escola Espírita Anália Franco

Dia 22 de setembro | 14 horas

- Apresentação musical com a boneca Emília (Iara Freitas)
- Contação de histórias com Lucimar Weiler da Biblioteca Pública Municipal
- Capoterapia com Mestre Poeta
- Visita Mediada com os alunos da Sociedade Educacional Juliano Varella e da Associação Pestalozzi

Fonte: arquivo do Museu José Antônio Pereira

A “Primavera dos Museus” é outra ação anual coordenada pelo Ibram, com duração de uma semana, que busca mobilizar instituições museais brasileiras a elaborar um evento nacional de temática única. Seu nome remete a primavera e sempre acontece na semana que inicia essa estação, além disso, entre os principais objetivos dessa reunião estão: promover, divulgar e valorizar as instituições museais nacionais, aumentar o público visitante e intensificar a relação dos museus com a sociedade. É interessante observar que o tema de 2017 era “Museus e suas

⁵⁰ Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/quadro-evolutivo-17-SNM-2019.pdf>. Acesso em: 14 de janeiro de 2023.

memórias” e em toda a programação do Museu José Antônio Pereira, este apresenta diversas apresentações distantes da temática proposta pelo Ibram.

No ano de 2018, foi lançado o trabalho “Violada no Museu” em parceria com a Prefeitura Municipal. Em busca de aumentar o número de visitantes e valorizar a música regional, essa ação iniciou seus shows com as duplas Beth e Bethinha e Márcio Santos e Claudiney. Em entrevista concedida ao jornal Capital News, a superintendente de Cultura e secretária-adjunta a época, Laura Miranda afirmou:

Vamos unir a música, uma das linguagens culturais, ao Museu, que é um patrimônio. Essa fusão pretende fazer com que nossos equipamentos culturais sejam mais conhecidos, mais visitados e consequentemente mais valorizados pela população.⁵¹

Diante disso, é possível notar que em diversos momentos o Museu José Antônio Pereira busca se alinhar com variadas manifestações culturais na intenção de manter seu número de visitantes. Por outro lado, a própria exposição permanece estática.

FIGURA 53 - Convite "Violada no Museu"



Fonte: arquivo do Museu José Antônio Pereira

⁵¹ Entrevista disponível em: <https://www.capitalnews.com.br/cultura-e-entretenimento/projeto-cultural-levara-violada-para-dentro-do-museu-jose-antonio-pereira/323667>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2023.

Em maio de 2018 a instituição participou de mais um ano da “Semana de Museus” (16^a). Com a temática “Museus hiperconectados: novas abordagens, novos públicos”, o Museu José Antônio Pereira contou com: apresentação da Banda Municipal Maestro Ulisses Conceição, roda de conversa sobre História Oral e a formação de Campo Grande, curso de desenho e pedalada pelo patrimônio. Nota-se que a instituição mais uma vez se mantém distante da temática geral proposta pelo Ibram, afinal o Museu José Antônio Pereira, semelhante a outras instituições, sejam elas governamentais ou não, faz parte de um entrelaçado que mistura interesses das camadas governamentais e das elites locais, resultado de um conjunto de processos e contradições sociais.

No ano de 2019, ao participar da “17ª Semana Nacional de Museus” a instituição apresenta palestra sobre a trajetória, tradição e influência na música regional de Mato Grosso do Sul, demonstração da técnica de uso do tear, apresentação de danças indígenas, apresentação de balé e capoeira. Como o tema geral era “Museus como núcleos culturais e futuro das tradições” notamos uma maior aderência da organização ao tema proposto.

Apesar de se apresentar como uma casa familiar, a proposta da instituição museal de transmitir a história da cidade, pode demonstrar em cada porta, viela, teto, parede ou chão que se observa a diversidade cultural presente no tempo e na história de Campo Grande.

FIGURA 54 - Exposição de imagens feitas em parceria com o ARCA para a "17ª Semana Nacional de Museus".



Fonte: Arquivo do Museu José Antônio Pereira.

Em 2020 o Museu José Antônio Pereira realizou em seu espaço o “Encontro Interclubes de Relíquias”, que contou com a exposição de automóveis antigos. Esse tipo de evento, apesar de parecer fora de contexto, tem a capacidade de atrair uma diversidade maior de visitantes para conhecer o local, além de adaptar o museu a diferentes finalidades.

FIGURA 55 - "Encontro interclubes de relíquias" (2020).



Fonte: Arquivo do Museu José Antônio Pereira.

FIGURA 56 - "Encontro interclubes de relíquias" (2020).



Fonte: Arquivo do Museu José Antônio Pereira.

Em contexto de pandemia, com escolas mantendo aulas a distância, o Museu José Antônio Pereira, que também permanecia com as portas fechadas, decide lançar um vídeo de visitação online⁵² mediada pela gestora da instituição Greice Mara Oliveira. A filmagem foi divulgada no contexto da “14ª Primavera de Museus” com o tema “Museus: perdas e

⁵² Ver: https://www.youtube.com/watch?v=fn7scD1T7_8&t=8s. Acesso em 14 de janeiro de 2023.

recomeços”. Devido ao contexto imposto pela pandemia de Covid-19⁵³, o evento aconteceu de forma virtual. Segundo Cristina Carvalho e Gabriela Campolina:

Diante do cenário emergencial de saúde pública, os museus se encontraram na situação peculiar de não serem autorizados a receber público de modo presencial. Frente à falta forçada de público, inúmeras instituições sofreram consequências graves, como a demissão de grande parte de seus funcionários e o possível fechamento definitivo de seus espaços. Muitas instituições passaram por movimentos de digitalização de seus acervos e exposições de modo que pudessem manter vínculos – e possivelmente estabelecer novas relações – com pessoas que também se encontravam sem poder sair de suas casas, exceto para cumprir obrigações consideradas essenciais pelas políticas governamentais e sanitárias. É necessário destacar que, embora o objetivo do artigo seja investigar o momento de pandemia, o fechamento temporário de alguns museus não surgiu apenas nesse contexto, ainda que o cenário tenha imposto esse movimento de maneira generalizada. Motivos como falta de verba ou situações planejadas de reestruturação dos espaços e obras fazem com que museus e espaços culturais fechem suas portas e realizem algumas das ações apontadas no presente artigo, ainda que de maneira pouco explorada (2022, p.23).

O vídeo inicia com a explicação de quem morava naquela localidade quando esta era a Fazenda Bálsamo, a gestora elucida que apesar de dar nome ao local, José Antônio Pereira não foi seu habitante principal e sim a família de um de seus filhos: Antônio Luiz Pereira, Anna Luiza e Carlinda Pereira Contar, representados pela escultura que se localiza na entrada da instituição. Mais nenhuma informação é fornecida sobre o monumento ou artista que esculpe a escultura. Seguido deste momento são dadas informações sobre o carro de boi presente na localidade, que pertenceu a família da Fazenda Bálsamo.

No momento seguinte são apresentados os quartos, as camas e é explicado como era o funcionamento do tear, do ferro e de objetos da cozinha presentes na exposição permanente do Museu. A instituição museal não possui descrição de seus objetos de exposição permanente, o que torna a visita guiada essencial para a compreensão da exposição. O vídeo possui muitas semelhanças com as informações fornecidas na visita presencial. A descontinuidade dos trabalhos gerada pela pandemia teve como consequência o abandono de atividades extras que vinham acontecendo na instituição, além disso também ocorreu o desinteresse de atualização das redes sociais que se encontram sem novas postagens desde o início de 2020.

O Museu José Antônio Pereira participou da “21ª Semana Nacional de Museus” no ano de 2023 sem nenhuma divulgação em redes sociais, oferecendo a visita guiada que já acontece

⁵³ Com início nos meses finais de 2019, a pandemia de coronavírus se espalhou pelo mundo todo no ano de 2020, gerando medidas de isolamento social para tentar conter o número de contágios.

diariamente. Atualmente a instituição não conta com nenhum evento além da exposição permanente.

3.3.1. Reconstrução do conhecimento histórico no Museu José Antônio Pereira – uma proposta

Levem-me a um museu e mostrem-me o meu ser, mostrem-me o meu povo (...). Se não me podem demonstrar o meu ser, se não conseguem ensinar ao meu povo o que ele precisa saber, e ele precisa saber a verdade, que nada é mais importante do que a vida humana, se não me podem demonstrar e ensinar essas coisas, então porque não deveria eu atacar esses templos e amaldiçoá-los?

Barry Schwartz

O Museu José Antônio Pereira apresenta uma proposta de reencenar o passado e recriar o clima de fundação da cidade. Essa proposta de narrar a história de uma família, se preserva apesar dos anos passados. Consequentemente, o sentido da história parece perder-se quando o impacto do grande herói fundador faz com que todas as peças ali presentes percam o sentido, dando lugar a uma narrativa estática, que não abre espaços para questionamentos. A superficialidade do discurso repetido exaustivamente, procura cobrir todos os espaços em branco, reprimindo os discursos variados que esses objetos poderiam passar, infinitamente mais ricos. Assim, nesse último momento irei apresentar uma proposta que possibilita visão singular do passado e contínua da história, com a intenção de proximidade entre passado e presente, que autoriza uma nova leitura da história e oferece a possibilidade de novas experiências.

Para a museóloga brasileira Waldira Rússio Guarnieri (2010), é o “fato museológico” que constitui o objeto de estudo da museologia e não o espaço museal em si, visto que o museu fornece o “cenário” no qual o “fato museológico” acontece. Segundo a pesquisadora, a relação entre o homem e o objeto que sustenta o “fato museal” (GUARNIERI, 2010, p.78). Para a museóloga Maria Cristina Bruno, “à museologia cabe a experimentação e análise da relação museal, entendida como o eixo de um processo de comunicação entre o Homem/Objeto/Cenário” (BRUNO, 1997, p.17).

Este trabalho busca refletir sobre o universo dos museus como um cenário que desempenha o papel de depósito ou vitrine, outra perspectiva derivada desse campo de conhecimento é o modelo PPP (Prática, Preservação, Pesquisa e Comunicação), técnica que

tem sido aplicada desde 1982 na Reinwart Academie, em Amsterdam e que foi difundida através dos trabalhos de Peter van Mensch (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p.77). Nossas análises sobre o caso do Museu José Antônio Pereira demonstram que desse tripé, em decorrência da falta de profissionais e de conhecimentos técnicos adequados, a preservação se tornou limitada à salvaguarda dos artefatos doados pela família Pereira.

Os objetos que compõem uma exposição museal, após serem adquiridos, selecionados, inventariados e expostos, deixam para trás suas funções originais, adquirem outros valores e passam a ser integrados à categoria de patrimônio cultural. Observa-se que na museologia, especialmente a partir da década de 1970, emergiu um movimento de redefinição com o propósito de não se limitar à preservação, pesquisa e comunicação exclusivas das perspectivas dos grupos hegemônicos. Os museus históricos segundo Meneses (1994, p.20) “por sua própria natureza e funções, privilegiam as classes dominantes”. No caso do Museu José Antônio Pereira a narrativa de uma família ocupa lugar de destaque, por contar uma história do local através de sua arquitetura e de seus objetos. Entendemos assim, que a relação entre a cultura material e museus perpassa toda a história das instituições museais:

A tendência mais comum no museu histórico, previsível pela caracterização corrente que dele se fez, é a fetichização do objeto na exposição. Inserida numa dimensão de fenômenos históricos ou sociais, a fetichização tem que ser entendida como deslocamento de atributos do nível das relações entre os homens, apresentando-os como derivados dos objetos, autonomamente, portanto “naturalmente”. Ora, os objetos materiais só dispõem de propriedades imanentes de natureza físico-química: matéria-prima, peso, densidade, textura, sabor, opacidade, forma geométrica, etc.etc.etc. Todos os demais atributos são aplicados às coisas. Em outras palavras: sentidos e valores (cognitivos, afetivos, estéticos e pragmáticos) não são sentidos e valores das coisas, mas da sociedade que os produz, armazena, faz circular e consumir, recicla e descarta, mobilizando tal ou qual atributo físico (naturalmente, segundo padrões históricos, sujeitos a permanente transformação). (MENESES, 1994, p. 26-27).

Ao longo do percurso da pesquisa, nos deparamos com a intrigante questão da possível contradição entre a vida material de uma ocupação peculiar e sua inserção na “banalidade” do cotidiano rural local. Como conceber uma cultura material compartilhada no âmbito doméstico ou laboral, se levamos em conta narrativas construídas sobre o posseiro, que muitas vezes é representante da elite econômica e social, destacado na política regional, acumulador de capital, e ao mesmo tempo proclamado como personificação da honestidade? Surge a indagação se o Museu José Antônio Pereira poderia ser percebido como mais um espaço de memória a serviço das classes dominantes, ao se manter propositalmente distante das narrativas acadêmicas. Para responder esse questionamento consideramos a história da Fazenda Bálsamo, o tombamento da

construção, o levantamento da narrativa memorialista local e as atividades produzidas pelo espaço museal nos últimos anos.

O espaço museal do Museu José Antônio Pereira é dividido em oito cômodos (se considerarmos o local que guarda o carro de boi e a cozinha, que são separados da casa principal). Todos os cômodos, exceto o primeiro, possuem objetos da família que ali habitava. Na sala de entrada da casa, estão expostos: parede de pau a pique, busto representativo de José Antônio Pereira, quadros representativos de José Antônio Pereira e uma grande maquete da Fazenda Bálsamo.

Ao adentrar esse espaço Museal, ainda do lado externo se encontra, em frente à casa de pau a pique, a escultura de Antônio Luiz, Anna Luzia, e Carlinda Contar. Respectivamente filho, nora e neta de José Antônio Pereira. É uma escultura com muitas histórias contraditórias, por isso diversos sites, notícias e teses a tratam como se fosse do próprio José Antônio Pereira. Feita pelo artista plástico José Carlos da Silva, conhecido como “Índio”, foi entregue ao museu na década de 1980. Relatos de sua esposa – dados a revista Vozes das Artes Plásticas, contam que o artista acordava antes das quatro da madrugada para “bater pedra”. Moradores do bairro Coophasul, em Campo Grande, tiveram sua casa visitada por artistas, aprendizes e compradores de todos os tipos.

FIGURA 57 – Escultura produzida por José Carlos da Silva.



Fonte: Arquivos da autora (2024)

Conhecido como um dos maiores expoentes da arte sul-mato-grossense, o Índio é fruto de romance entre um marinheiro do Arsenal de Marinha de Ladário (Mato Grosso) e uma indígena da tribo Pareci. Nascido em 4 de novembro de 1948, em Corumbá (Mato Grosso), foi deixado com sua avó paterna quando ainda era um bebê. Trabalhou por quase toda a sua vida como marceneiro, na cidade de Aquidauana (Mato Grosso do Sul), ao abandonar a profissão esculpiu sua primeira obra de arte em arenito, no ano de 1976. Já no ano seguinte foi integrar o time dos restauradores do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, ensinando sua arte a todos que desejavam aprendê-la.

Índio demonstrava preocupação em preservar a formação da pedra, resultando em uma obra que seguia as formas do mármore, chegou a vender seu carro para viajar à Europa e conhecer a obra-prima do arquiteto catalão Antoni Gaudí, ficou ali por duas semanas, tempo suficiente para receber propostas de trabalho. Em sua volta ao Brasil, para buscar a família que levaria consigo para a Europa, o escultor acabou falecendo vítima de um acidente de trânsito, em novembro de 1991, na cidade de Campo Grande.

FIGURA 58 - Imagem que inspirou a escultura feita por José Carlos da Silva.



Fonte: Arquivo do Museu

No centro dessa imagem encontram-se Antônio Luiz Pereira, Ana Luísa de Souza e sua filha Carlinda Pereira Contar. Nessa ocasião o casal comemorava as suas bodas de ouro e foi a partir dessa imagem que José Carlos da Silva criou a sua famosa escultura. A própria escultura, primeira figura visível logo na entrada do museu, pode ser utilizada de uma melhor forma na visita guiada. Os guias possuem pouquíssimas informações sobre o objeto, passando por ele de forma rápida e rasa. Até oferecem referências mais concretas de Antônio Luiz Pereira, porém, quando se trata de falar sobre o artista, sobre Ana Luísa de Souza ou sobre Carlinda Contar, padecem da falta de informação. Sendo a figura feminina mais uma vez tratada como secundária, desvalorizada como sujeito integrado. O museu não acompanhou as mudanças da sociedade, estático, ele se torna desinteressante. Para as novas gerações que são cada vez mais caracterizadas pela diferença, ele é mais um local de “coisas velhas”, fugindo da proposta que apresenta no seu discurso. A escultura passou por reforma e limpeza no ano de 2014 (Anexo E):

FIGURA 59 - Antes e depois da reforma (2014).



Fonte: Arquivo do Museu José Antônio Pereira

Passando rapidamente pela escultura, a visita guiada deixa de oferecer informações muito valiosas. O objeto pode ser usado para tratar da história dos artistas locais, da presença indígena na região, da história das mulheres e, até mesmo, das diversas preocupações que cercam a manutenção de um monumento que fica exposto às condições climáticas. Se olharmos de frente para a casa, veremos à direita, o cômodo que abriga o carro-de boi:

FIGURA 60 - Carro de boi utilizado pela família Pereira na Fazenda Bálsamo.



Fonte: Arquivos da autora (2024)

Sobre o carro de boi são fornecidas informações mais precisas (Anexo F), também sobre a viagem dos posseiros provindos de Minas Gerais, a demora para realizar o trajeto, a importância do meio de transporte e a “lida” com os animais da fazenda. Momento oportuno para apontar a presença de outras pessoas na região, a vinda de escravizados com a família Pereira e a importância da contribuição destes no estabelecimento dos posseiros. Essas narrativas estão ausentes no espaço museal, que dessa maneira acompanha a narrativa memorialista não problematizadora. Para Marilena Chauí, a cristalização de uma narrativa de momentos históricos e de seus mártires deve ser trabalhada tanto sob os efeitos do lado dominante como do lado dominado:

[...] do lado dos dominantes, ele [o mito fundador] opera na produção da visão de seu direito natural ao poder e na legitimação desse pretensão de direito natural por meio das redes de favor e clientela, do ufanismo nacionalista, da ideologia desenvolvimentista e da ideologia da modernização, que são expressões laicizadas da teologia da história providencialista e do governo pela graça de Deus; do lado dos dominados, ele se realiza pela via milenarista com a visão do governante como salvador, e a sacralização-satanização da política. (Chauí, 2000, p. 86).

Na sequência, adentrando a sala principal é apresentado mais um ambiente que impulsiona o mito fundador. Em uma mesma sala estão presentes três representações da imagem de José Antônio Pereira, já mostradas anteriormente. A insistente reprodução da imagem de um mesmo homem, aliado à narrativa que fala sobre uma trajetória heroica atribui aos mitos fundadores o poder de influenciar a definição - inerentemente social, embora simétrica - do que deve ser considerado representativo. Simultaneamente, reforça a posição dos pioneiros dessas práticas como figuras dignas de serem reverenciadas, criando uma dívida simbólica em relação a eles, uma herança que a própria narrativa histórica por vezes não consegue resolver (CHAUÍ, 2000). A autora pontua ainda que a história oficial cimentada estabelece a falsa sensação de harmonia em uma sociedade na qual a divisão de classe é naturalizada por práticas que sublimam o caráter histórico e as determinações materiais da vida social. Assim, na mesma sala está presente uma parede que faz parte da exposição fixa do museu e permite a narrativa de outras participações na construção da identidade local:

FIGURA 61- - Parede que demonstra a forma de construção da época.



Fonte: Ayabe (2024).

Na placa fixada é possível ler (Anexo G): “A taipa de pau a pique também conhecida como taipa de mão ou taipa de sopapo, é uma técnica utilizada no Brasil desde o período colonial”. Mais adiante se encontra o trecho: “A influência da cultura negra aliada a experiência dos índios propiciou um sistema construtivo que por sua leveza, pouca espessura e economia foi amplamente utilizado na construção da casa cabocla”. É o único momento em que a instituição museal aborda a diversidade cultural brasileira, porém, sem apontar que essa diversidade estava presente no território do sul de Mato Grosso, e sim que os posseiros já

vinham com esses conhecimentos de Minas Gerais, para realizar as primeiras construções nessas “terras vazias”.

Conforme destacado por Souza (1994), a história e a memória brasileira são profundamente permeadas pelos valores associados às ideias das elites políticas, econômicas e culturais, isso implica que a atribuição de significados à realidade está intrinsecamente ligada às narrativas e escritos que compõem a história oficial. Dentro dessa narrativa oficial, os mitos e as histórias desempenham o papel crucial de oferecer explicações para a organização da vida material, conferindo sentidos à trajetória social, econômica e política, enquanto iluminam os heróis e eventos memoráveis que moldaram nossa história (Souza, 1994).

Durante algumas visitas guiadas que acompanhei nos últimos anos (2018 – 2024) presenciei algumas falas que tratavam das telhas presentes no museu, supostamente feitas nas coxas de pessoas escravizadas. Segundo o arquiteto restaurador Pastina Filho (2006):

O uso da telha cerâmica do tipo capa e canal ou romana, de forma tronco-cônica, conhecida no Brasil por vários outros nomes, generalizou-se em todo o território nacional desde os primeiros momentos da colonização. A facilidade de sua fabricação no próprio local da obra, evitando-se assim o caro e às vezes impossível transporte, é uma das causas da inexistência de padronização em termos de forma e dimensões que variavam de 0,45 a 0,80m. No sul do país, as telhas apresentam em média 0,55m de comprimento. (p.17).

Segundo o autor, essas diferenças na padronização do material acabaram por originar a expressão popular de cunho pejorativo e racista: “feita nas coxas dos escravos”, que após longos estudos e pesquisas foi comprovada ser uma falsa afirmação. As medidas das telhas não eram compatíveis com a perna de um ser humano, segundo o autor “Sem maiores preocupações de anatomia humana, [...], poderemos verificar que, para fabricar uma telha de 77 cm, precisaríamos contar com um escravo (a) de 3,85m de altura” (p.20). Esse é mais um exemplo do distanciamento que a instituição tem dos estudos acadêmicos. Ou seja, essa fala dentro da instituição museal perpetua estereótipos e pode ser cuidadosamente reconsiderada levando em consideração estudos como o de La Pastilha Filho (2006).

Outro aspecto que vale a pena pontuar é que seja incentivada a problematização de objetos em exposição que estão totalmente fora de contexto, como mostra a imagem abaixo:

FIGURA 62 - Objeto exposto no Museu José Antônio Pereira.



Fonte Ayabe (2024)

Essa garrafa está na cozinha da casa-museu em sua exposição permanente, como o local não possui descrição escrita dos objetos expostos, fica difícil entender qual o papel desempenhado pelo artefato. Esse objeto também não é explicado na visita guiada.

As problemáticas apresentadas aqui, como a manutenção da narrativa memorialista, os objetos fora de contexto, as ausências das minorias na escrita do passado reproduzida pelo Museu José Antônio Pereira, pode receber grandes contribuições da educação museal que desempenha um papel crucial na desconstrução da história oficial e possibilita uma abordagem mais inclusiva, crítica e pluralista do passado. Afinal, a perspectiva de cultivar e manter viva uma narrativa que mantém fiel a uma concepção descontínua de tempo e uma metodologia baseada na memória de uma família, fundamenta-se em um método científico universalizante incapaz de abranger a diversidade identitária local, o que pode tornar o espaço não atrativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início dessa jornada nos propusemos a compreender o porquê e de que maneira o Museu José Antônio Pereira auxilia na produção de versões da história sobre Campo Grande, tornando-se elemento principal de exposição da história da cidade para alunos do ensino básico. A memória cristaliza-se quando seu objeto já não existe mais. Ela é uma recriação desse objeto. Para respondermos as questões postas buscamos ferramentas teóricas e coletamos conteúdo que carregamos em nossas bagagens, anotando, descrevendo e refletindo sobre as impressões ao longo do percurso trilhado.

O Museu José Antônio Pereira é um museu público municipal, localizado na capital de Mato Grosso do Sul e que foi inaugurado em 1983. A priori a instituição teria sido criada com o objetivo do governo local em dar atenção para os planos que visavam a preservação e valorização dos monumentos, paisagens e imóveis essenciais à constituição histórica. Nos propusemos a investigar o contexto, a trajetória, as contradições e as implicações de um museu histórico municipal que se identifica como representativo na fundação de Campo Grande. O acervo museológico é sempre produto da atividade humana, da história, de relações de poder. Dessa forma, o acervo só tem sentido quando é lembrado e reescrito, visto que é por meio dos contextos históricos dos significados, que surge a possibilidade de resgate no confronto entre presente e passado.

Para compreendermos melhor o contexto do seu tombamento, no primeiro capítulo evidenciamos os significados e abrangência da noção de patrimônio através dos tempos,

apontando a lupa para o que se decidiu preservar na cidade em que o museu se localiza. Nessa perspectiva vimos de que maneira as questões patrimoniais começaram a ser pensadas no Brasil e em Mato Grosso do Sul. Considerando que os atores, os lugares, os bens culturais e os conceitos de patrimonialização sofrem constante reconfiguração ao longo do processo histórico, por meio de técnicos, sociedade civil, políticas públicas, historiadores e outros pesquisadores da área.

Consideramos as reflexões acerca do patrimônio como altamente adaptáveis ao tempo, as necessidades humanas, as prioridades e as diferenças culturais, ou seja, onde pulsa vida e força simbólica. Essas adaptações que caminham junto a humanidade e com intenso diálogo multidisciplinar não ocorrem por acaso e, muito menos, estão isentas de erros e desvios duvidosos. Assim, as propostas, sugestões, adaptações realizadas e apresentadas nesta pesquisa, não procuram pôr fim a uma discussão, apenas contribuir com algumas inquietações e apresentar propostas que, ao utilizar o espaço museal como fonte de informação, fortaleça o processo de ensino como um espaço de construção do eu a partir do respeito com o outro.

As obras de referência acerca de uma história do patrimônio, apontaram transformações na aplicação do conceito. Na contemporaneidade, entende-se como patrimônio um bem de caráter público e que deve ser transmitido, conservado e valorizado às gerações futuras. Essa preservação é dever de entidades públicas e/ou particulares, portanto, o conceito de preservação é inerente ao de patrimônio. Ao enveredar pela historicidade do conceito e de práticas de patrimonialização, foi possível perceber que o avanço dessa agenda se pauta nos interesses dos governos de plantão. Quando se tratava do processo local identificamos que Pereira (2017) e Pinto (2000) forneceram informações importantes acerca de acontecimentos políticos que justificaram diversos tombamentos em Mato Grosso do Sul.

No primeiro capítulo justificamos a escolha do objeto de pesquisa, e reforçamos a importância de se estudar espaços e narrativas museais, considerando que o museu possui maior acesso a população, se comparado aos textos acadêmicos. Isso torna, a sua facilidade de aliar seus discursos com os conhecimentos desenvolvidos na academia uma possibilidade muito interessante, para complementar a educação museal.

Nesta pesquisa esse levantamento foi importante para identificar as prioridades quanto ao que deve ser lembrado e esquecido. Avistamos uma preferência por preservar a memória e os lugares que foram ocupados por pessoas de maior poder aquisitivo. A família Pereira, designada como fundadores da cidade, objeto da temática do Museu José Antônio Pereira, são tratados pela narrativa museal e memorialista como uma elite econômica e social. Esses

posseiros, os donos das tropas e proprietários de terras, são apresentados como homens extremamente honestos e confiáveis, responsável pela expansão de fronteiras, igualmente aventureira e corajosa, a memória escolhida foi como inauguradores de cidades, relegando ao esquecimento as narrativas de conflitos com os povos indígenas e toda problemática do sistema escravista daquele período.

No capítulo seguinte buscamos discutir de modo mais efetivo, os efeitos da produção de memórias sobre as narrativas históricas. Nesse contexto, o capítulo discorre sobre as considerações relacionadas ao Museu José Antônio Pereira e sobre o próprio sujeito, narrativas produzidas por historiadores e intelectuais, além de escritores que tratam da história regional ou local. Vimos que estudiosos de diferentes tempos e fundamentações teóricas apresentam interpretações diversas quanto ao momento de ocupação do território sul de Mato Grosso, destacando as participações de diversos sujeitos e, até mesmo a presença anterior de indígenas e outros posseiros. Porém, a narrativa que se tornou atraente para a consolidação de um lugar de memória foi assentada nas generalizações acerca do perfil do posseiro como herói, uma versão isenta de conflitos. Deste modo, quando da fundação do museu histórico José Antônio Pereira foi doado ao poder público pela família descendente daqueles que ali habitaram, a consolidação de uma narrativa enviesada foi acolhida com mais facilidade. Partindo das ideias de Carsalade (2011), o patrimônio e as possibilidades de patrimonialização não devem caminhar distantes das análises da intersubjetividade. É essencial que para se formar uma sociedade consciente, haja um entendimento amplo da realidade e o compartilhamento de decisões que representem a totalidade da sociedade.

Realizamos levantamento da produção acadêmica sobre esse espaço museal e demonstramos sobre quais bases narrativas o Museu José Antônio Pereira foi estruturado. Estas análises nos auxiliam no entendimento sobre o lugar da família Pereira na escrita da história, do mesmo modo que fundamentaram a história oficial sobre a fundação da cidade, tão cara ao nosso objetivo de pesquisa. Concluimos que as aproximações entre o discurso memorialista local e à narrativa museal apresentada pelo espaço são muito similares, e até mesmo “mumificadas”. A história apresentada pelos museus é um refazer da história, ainda mais quando esses espaços falam por objetos, são produto de um mundo fragmentado no tempo e no espaço.

Se tratando do aspecto da produção acadêmica, constatamos que o objeto de estudo Museu José Antônio Pereira inspira interesse e se demonstra relevante em áreas distintas do saber o que demonstra sua importância para a comunidade local. Estudá-lo colabora para a

compreensão de diversos aspectos como a preservação do patrimônio; suas intenções de comunicação e transmissão do conhecimento; seu impacto ambiental, cultural e econômico; sua influência na memória coletiva e, até mesmo, proposições de diferentes abordagens e métodos de visitação.

O Museu José Antônio Pereira, chama a atenção pelo empenho em manter viva a memória de uma família, sem adaptá-lo às demandas de um público maior. Isso fica claro, por exemplo, durante a visita guiada, com a linguagem totalmente baseada em escritos memorialistas, em que é apresentado um discurso ultrapassado, estático, preso em vitrines padronizadas e na concepção histórica apresentada. Como se pode observar nas imagens da exposição presentes neste trabalho, a exposição não possui informação em forma de placas e/ou legendas, o que, inegavelmente, torna o discurso verbal o principal responsável pela lógica e pela narratividade desenvolvidas, a ele subordinando-se os objetos. Assim se estabelece, na sua visitação, através de repetições obrigatórias, o passado forjado, porém vivo pela insistente reafirmação.

Uma de nossas constatações é que no Museu José Antônio Pereira existem várias linguagens ligadas à exposição permanente e aos acontecimentos pontuais no espaço museal. Portanto, para compreendê-lo de forma mais ampla seria impossível uma caracterização unidimensional. Por outro lado, a riqueza destas linguagens propiciou muitas comparações e cruzamentos, dos quais foram priorizados alguns. Assim, justificamos a análise da narrativa museal que trata da exposição fixa e dos eventos esporádicos acontecidos no espaço museal, ambos no capítulo três.

No que diz respeito a quais segmentos sociais foram contemplados pela narrativa do Museu José Antônio Pereira, concluímos que não se pode negar a confirmação das narrativas que estabeleceram uma correlação entre atividade posseira e a formação de uma elite regional, elite essa responsável por grande parte da produção memorialista sobre a história da cidade. Vimos que segundo museólogos, o objeto de estudo da museologia é o fato museológico e não o espaço em si, uma vez que o espaço museológico seria o cenário no qual o fato acontece. Considerando o universo dos museus como palco-depósito ou palco-vitrine, levamos em consideração outra metodologia quanto ao estudo dos espaços museais, o modelo PPC – Preservação, Pesquisa e Comunicação, organização usada “desde 1982 na “Reinwardt Academie”, em Amsterdam e que foi veiculada pelos trabalhos de Peter van Mensch (Desvallées; Mairesse, 2013, p. 77). Assim, nossas análises sobre o caso do Museu José Antônio Pereira demonstraram que deste tripé, apenas dois são utilizados, a preservação permaneceu

limitada a salvaguarda dos artefatos; a pesquisa não acontece e não houve momento de dedicação ou empenho em desenvolver trabalhos próprios fundamentados no acervo permanente; já as estratégias de comunicação foram diversificadas e, por um tempo, se configuraram como ponto forte da instituição.

Muitos dos objetos que compõem o acervo do museu pertenciam à família que ali habitava, porém não dizem respeito só a esse núcleo familiar, mas também informam sobre o cotidiano da vida rural no Brasil, o que significa dizer que a cultura material preservada, pesquisada e comunicada pelo museu dialoga diretamente com a história do Brasil, portanto, não deveria estar circunscrita à narrativa das classes dominantes.

Em suma, ainda que desde a década de 1970 as instituições museais e o campo da museologia tenham procurado ressignificações acerca das definições e funções de exposição, percebemos que persiste o descompasso entre as teorias e práticas museais. São diversos os trabalhos que avaliam os museus históricos como locais estáticos que desempenham o papel de acúmulo de objetos e histórias oficiais dos grandes heróis. No caso do nosso objeto de pesquisa, é possível concluir, a partir do acervo do Museu José Antônio Pereira, que em sua exposição permanente e visita guiada, foi escolhido propagar o discurso que enaltece a família como fundadora. Entretanto, avaliando ações de comunicação da instituição que acontecem de forma esporádica, percebemos que a leitura do Museu José Antônio Pereira não deve ficar restrita à essa perspectiva. Afinal, a própria instituição em parceria com outros órgãos do governo promoveu eventos diferentes que buscavam atrair visitantes.

Avaliamos que as ações do Museu José Antônio Pereira, como animações culturais, teatros, feiras de exposição, demonstram que a instituição promoveu atrações com foco no visitante, porém, sem expandir seu interesse em trazer para dentro do espaço museal narrativas diversas sobre o processo de ocupação do sul de Mato Grosso. Demonstrando mais uma vez a cristalização da narrativa e dos objetos musealizados. Quando seus significados se cristalizam, ganha-se em agilidade, na rapidez de comunicação com o público, mas perde-se na riqueza e possibilidades de versões que suas várias memórias fornecem. Assim, para finalizar, realizamos propostas que possam fornecer ideias para evitar a reprodução da história oficial, dialogando com a educação museal. Esperamos que esse trabalho seja capaz de oferecer ferramentas para que essa instituição pública desenvolva suas potencialidades aliada com sua função social, acompanhe as exigências da contemporaneidade, proponha e ofereça aos seus usuários reflexões críticas por meio do acesso às memórias diversas, à cultura e consequentemente à cidadania.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades**. Revista Território Livre, Rio de Janeiro, n.2. 1997.

AYABE, S. A invisibilidade feminina na construção da história regional – os elementos patrimoniais e imagens do museu José Antônio Pereira. In: REIS, SILVA. **IV Simpósio de gênero e sexualidade – gêneros, sexualidades e conservadorismos**: a política dos corpos, os sujeitos e a disputa pela hegemonia dos sentidos culturais. Campo Grande, MS. Life editora, 2019.

AYABE, S. ZARBATO, J. A. M. Imagens da mulher em exposições de museus de Campo Grande – Mato Grosso do Sul. In: **Anais do XI Encontro nacional perspectivas do ensino de história**. 2020.

AMARILHA, Carlos Magno Mieres. Os intelectuais e o Poder: História, Divisionismo e Identidade em Mato Grosso do Sul. Dissertação de mestrado, UFGD, 2006.

AFONSO, Almerindo Janela. **Sociologia da educação não-escolar**: reatualizar um objecto ou construir uma nova problemática. In: ESTEVES, Antônio Joaquim; STOER, Stephen (orgs.) A sociologia na escola: professores, educação e desenvolvimento. Biblioteca das Ciências do Homem. Porto: Ed. Afrontamento, 1992.

ALBIERI, Sara, GLEZER, Raquel. “**O campo da história e as “obras fronteiriças”**”: algumas observações sobre a produção historiográfica brasileira e uma proposta de conciliação.” In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), nº48, março de 2009. pp.13- 30.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **O objeto em fuga**: algumas reflexões em torno do conceito de região. Fronteiras, 10(17), 55–67, 2008.

ANDRADE, Luci Carlos. **Campo Grande**: uma cidade cheia de encantos, Life Editora, Campo Grande, 2020.

ARARIPE, F. M. A. **Do patrimônio cultural e seus significados**. Transinformação, v. 16, n. 2, p. 111-122, 2004.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BACELLAR, C. A. P. Uma rede fundiária em transição. In: BRIOSCHI, L. R. and BACELLAR, C. A. P. (orgs.). **Na estrada do Anhanguera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999. p. 91-116.

BARBOSA, Emílio Gonçalves. **Panoramas do sul de Mato Grosso**. Campo Grande (MS): Editôra Empresa Correio do Estado Ltda, 1963.

BARREIRA, Alencar F. Irllys . **A cidade no fluxo do tempo**: invenção do passado e patrimônio. Sociologias. 2003.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas** – introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

BARTHES, R. **A aventura semiológica**. Lisboa: Edições 70, 1987.

BENAVIDES, Amanda Carolina Perez; ALVAREZ, Sebastian Vargas. “**Historia Publica e investigacion colaborativa**: perspectivas y experiencias para la coyuntura actual colombiana”, Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura 46.1 2019.

BEZERRA DE MENESES, Ulpiano Teixeira. **Para que serve um museu histórico**. In: MUSEU PAULISTA. Como explorar um museu histórico? São Paulo: Museu Paulista/USP, 1994, p. 3-6.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul**: do estado sonhado ao estado construído (1892- 1997). 2v. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 1997.

BITTENCOURT, José Neves. “**Cada coisa em seu lugar**”. Ensaio de interpretação do discurso de um museu de história.” Anais do Museu Paulista. São Paulo: O Museu Paulista. (Vol. 8/9, 200- 2001), 2003.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Trad. Fernando Tomaz (português de Portugal), 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A identidade e a representação**: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII)** – Vol. 1: As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV – XVIII**: I. As estruturas do cotidiano. II. Os jogos da troca. III.O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 3v.

BRULON, B. **Os objetos de museus, entre a classificação e o devir**. Informação & Amp; Sociedade: Estudos, 25(1), 037, 2015.

BRULON, B. **Pensar o pensamento museológico brasileiro**: um olhar retrospecto para a Museologia. In: Anais 200 anos de museus no Brasil: desafios e perspectivas. Organizadoras: Ana Lourdes de Aguiar Costa, Eneida Braga Rocha de Lemos – Brasília, DF: Ibram, 2018.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Museologia**: entre abandono e destino. Revista Museologia e Interdisciplinaridade, v. 9, n. ja/jul. 2020, p. 19-28.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Teoria museológica**: a problematização de algumas questões relevantes à formação profissional. Cadernos de Sociomuseologia. 1997. Disponível

em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/297>. Acesso em: 15.dez.2023.

CABRAL, Magaly. **Educação em Museus como produto**: Quem está comprando? (CONFERÊNCIA DE NAIROBI, 2002) Boletim CECA-Brasil, nº 1, 2002.

CAETANO, Gilmar L. **A Música Regional Urbana e Identidades Culturais de Mato Grosso do Sul**: questões a partir da musicologia histórica. 2012. 177f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados, 2012.

CALADO, Lenita Maria Rodrigues. **Campo Grande e sua feira livre central**: conhecendo a cidade através da feira. 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdades de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

CALADO, Lenita Maria Rodrigues. **Era uma feira aonde a gente ia de chinelo**: Campo Grande e sua Feira Livre Central / Lenita Maria Rodrigues Calado – Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013.

CALADO, Lenita Maria Rodrigues. **Invenção de Campo Grande capital**: espaços públicos e imagens que dialogam entre a tradição e a modernidade. /Lenita Maria Rodrigues Calado. – Dourados, MS: UFGD, 2018.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARSALADE, Flávio de Lemos. **A preservação do patrimônio como construção cultural**. São Arquitextos Paulo, ano 12, n. 139.03, Vitruvius, dez. 2017.

CARSALADE, Flávio de Lemos. **Desenho contextual**: uma abordagem fenomenológico-existencial ao problema da intervenção e restauro em lugares especiais feitos pelo homem. Rev. abordagem gestalt. Goiânia, v. 17, n. 1, p. 103, jun. 2011.

CARSALADE, Flávio Lemos. **A Ética das Intervenções**. IPHAN, Mestrado Profissional do Patrimônio Cultural, 2013.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As Reformas Pombalinas da Instrução Pública**. São Paulo: Editora Saraiva, Ed. USP, 1978.

CASADEI, J. M. **Valor social dos museus de história**: um estudo de caso sobre o museu José Antônio Pereira, em Campo Grande / MS. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023.

CASSIN, Michael. **The "American" (U.S.) Experience - a swinging pendulum?** In: ÉMOND, A. M. (Ed.). Education in museums as seen in Canada, the United States and Europe: research on programs and exhibitions. Canadá: Éditions MultiMondes, 2006. p. 21-24.

CAZELLI, Sibeles; VALENTE, Maria Esther. **Incursões sobre os termos e conceitos da educação museal**. Revista Docência e Cibercultura, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 18–40, 2019. DOI: 10.12957/redoc.2019.40729. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/redoc/article/view/40729>. Acesso em: 12 jan. 2023.

CERTEAU, M. **A Invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, M. GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2 – morar, cozinhar**. Trad. Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**/Michel de Certeau; tradução de Maria de Lourdes Menezes; *revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAGAS, I. **Aprendizagem não-formal/formal das ciências**. Relação entre os museus de ciência e as escolas. Revista de Educação. Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, v. 3, n. 1, p. 51-59, 1993.

CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu**: a ótica museológica de Mário de Andrade. CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA, nº 13 – 1999.

CHAGAS, Mário de Souza. **Memória e poder**: dois movimentos. In: CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museu e Políticas de Memória. Cadernos de sociomuseologia v.19. n.19, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), Lisboa, 2002.

CHAGAS, Mário. Memória Política e Política da memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 136-167.

CHAGAS, Mário. **Museália** Rio de Janeiro: J C Editora, 1996.

CHAGAS, Mário; ASSUNÇÃO, Paula; GLAS, Tamara. **Museologia social em movimento**. In Museologia Social. Cadernos do Ceom. Ano 27, nº 41. Chapecó: Unochapecó, 2014, 429-436.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002.
CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAVES, Otávio Ribeiro. **Política de povoamento e a constituição da fronteira Oeste do império português**: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII / Otávio Ribeiro Chaves. – Curitiba, 2008.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**; tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2ª edição, 2017.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Evolução Histórica de Mato Grosso**. Rev. Esso, Rio de Janeiro: nov./dez. 1950.

COSTA AF da. **Identidades culturais urbanas em época de Globalização**. Rev bras Ci Soc [Internet]. 2002.

COSTA, João Cruz. **Contribuição à História das Ideias no Brasil** (O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional). Rio de Janeiro, José Olympio (1956).

COSTA, Lucio. In: PESSOA, José (Org.). **Lucio Costa: documentos de trabalho**. Rio de Janeiro: Iphan, 2004, p. 161.

COSTA, L. (1964) **Casa de Graciliano Ramos: Avenida Gabino Besouro, 12 Palmeira dos Índios AL**. In: PESSÔA, J. Lúcio Costa: documentos de trabalho. Rio de Janeiro, Brasil: IPHAN, Ministério da Cultura, 1998.

CRUZ, R. L.; TOYAMA, J. **Uma porção do Japão em Campo Grande (MS)?** O sobá enquanto memória, experiência de consumo e imaginário. Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 1–16, 2020.

DESVALLEES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: ICOMBR, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**. Trad. Constância Morel. São Paulo: Unesp, 2013.

ELIAS, Norbet; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FÁVERO, Osmar. **Tipologia da educação extra-escolar**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1980.

FLORÊNCIO, Sônia. et al. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. 2 ed. rev. ampl. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: MinC-Iphan, 2005.

FREITAS, L. C. B.F; SILVA, N. R. A.S. **Antigas fazendas do Planalto Central**. In: Ciências Humanas em Revista. Goiás, 2000.

FERRO, Marc. **A manipulação da História no Ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo: IBRASA, 1983.

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GESCHÉ-KONING, Nicole. **The "American" (U.S.) Experience - a swinging pendulum?** In: ÉMOND, A. M. (Ed.). **Education in museums as seen in Canada, the United States and Europe: research on programs and exhibitions**. Canadá: Éditions MultiMondes, 2006.

GONÇALVES, Carlos Barros. **Tereré: patrimônio cultural de Mato Grosso do Sul**. Cacoal, RO: Editora Karywa, 2023.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso.** In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. (Org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 108-123.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. **O Evolucionismo na produção científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876-1915).** In: DOMINGUES, Heloísa M. Bertol; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas (orgs.), 2003.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **História Antiga.** Coleção História na Universidade. Editora Contexto: São Paulo, 2013.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Museologia e museu (1979). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional.** v.1. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p.78-85.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva.** Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais. Tradução de: La mémoire collective, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOBBSAWM, Eric [2004]. **Não basta a história de identidade.** In: Sobre História: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 281-292.

HOBBSAWM, Eric. **A história de baixo para cima.** In. Sobre História: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre História.** São Paulo, COMPANHIA DAS LETRAS, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. **Caminhos e fronteiras.** São Paulo: Cia das Letras, 1995.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **O livro Fontes históricas como fonte.** In: Carla Bassanezi Pinsky. [Org.]. Fontes históricas. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

JESUS, Nauk Maria de. **O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII / Nauk Maria de Jesus.** – Dourados: Ed. UFGD, 2011.

KARLSSON, klas-göran. **Processing time: on the manifestations and activations of historical consciousness.** in: bjerg, helle et al. (ed.). historicizing the uses of the past: scandinavian perspectives on history culture, historical consciousness and didactics of history related to world war ii. bielefeld:transcript verlag, 2011.

KARP, I.; LAVINE, S. D. (ed.). **Exhibiting cultures.** The poetics and politics of museum display. Washington and London: Smithsonian Institution Press, 1991.

KUHL, Beatriz Mugayar. **História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos**. Revista CPC, 2006, v. 1, n. 1. Disponível em <http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07_revista_interna.php?id_revista=2&idconteudo=6&tipo=5> Acesso em 06 nov. 2023.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEITE, Luis-Philippe Pereira. **Bispo do Império**. São Paulo, SP: Editora Resenha Tributária, 1977.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de Família: Leitura da fotografia histórica**. São Paulo: EDUSP, 2001.

LEWIS, G. **O papel dos museus e o código de ética profissional**. In: BOYLAN, P. J. Como gerir um museu: Manual prático. Paris: ICOM, 2004.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. 1989. **Os Museus de História Natural e a Construção do Indigenismo**: Notas para uma Sociologia das relações entre campo intelectual e campo político no Brasil. Rio de Janeiro: Comunicação, (13): MN/PPGAS.

LINS, Antonio Lopes. Eduardo Olímpio Machado. **Cuiabá**. Fundação Cultural de Mato Grosso, 1976. p. 83-84.

LINS, Antonio Lopes. **Eduardo Olímpio Machado: o homem, o meio, seu tempo**. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1976.

LOPES, M. M. **A favor da desescolarização dos museus**. Educação e Sociedade, v. s/n, n. 40, p. 443-455, 1991.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**. Os museus e as ciências naturais do século XIX. Brasília: UnB; São Paulo: Hucitec, 2009 [1997].

MACHADO, Ana Maria Alves. **Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil**. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 145-157.

MACHADO, P. C. **Pelas ruas de Campo Grande: a Rua Velha**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990.

MALERBA, Jurandir. **Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History**. História da Historiografia. Ouro Preto, n° 15, pp. 27-50, 2014.

MALERBA, Jurandir. **Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 37, n°74, pp. 135-154, 2017.

MARCELINO DA. **A narrativa histórica entre a vida e o texto: apontamentos sobre um amplo debate**. Topoi (Rio J) [Internet]. 2012.Jul;13(25):130–46. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X013025008>, acesso em 31 de janeiro de 2023.

MARIN, J.R.; TERRA NETA E.M.P. **A construção de uma região na obra histórica de Mato Grosso do Sul, de Hildebrando Campestrini e Acyr Guimarães.** In Anais do XII Encontro da Associação Nacional de História, 2014.

MARIN, Jerri Roberto; SANCHES, Raphael Lugo. **Música e identidade cultural em Mato Grosso do Sul.** Campo Grande, 2010.

MARINHO, M; COELHO NETO, P.R. **Campo Grande: imagens de um século.** Editora: UCDB. Ano: 1999.

MATTOSO, José. **A Identidade Nacional.** Lisboa, Gradiva/Fundação Mário Soares, 1998.

MENEGUELLO, C. **Patrimônio industrial como tema de pesquisa.** In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 2011, Florianópolis. Anais [...], Florianópolis: UDESC, ANPUH-SC, PPGH, 2011.

MENESES, U. B. **A cultura material no estudo das sociedades antigas.** Revista de História. São Paulo: n. 115, 1983. p. 103-117.

MENESES, U. B. **A História, cativa da memória?** Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 34, 1992.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico.** Anais do Museu Paulista. São Paulo, jan./dez. 1994, p. 9-42.

MITIDIERO, M. B. et al. **O acervo do museu José Antônio Pereira.** Campo Grande: UCDB/FUNDAC, PMCG, 2007.

MITIDIERO, M. B. **O Museu José Antônio Pereira no ensino da história: patrimônio, identidade e desenvolvimento local no contexto da territorialidade.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) -UCDB. Campo Grande, MS, 2009.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **Problèmes d'historiographie ancienne et moderne.** Paris: Gallimard, 1983.

MORO, Nataniél Dal. **Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70).** 2007.365 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP), São Paulo, 2007.

MORO, Nataniél Dal. **O pensar da elite sobre o povo comum: espaço público, viver urbano e reterritorialização do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70).** Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MOURA, E. C. L.S. **Conhecendo o Museu José Antônio Pereira: um patrimônio histórico de Campo Grande-MS.** Revista Foco. V.10, nº 2. 2017.

MOURA, E. C. L.S. **A construção do Museu José Antônio Pereira como parte da identidade campo-grandense.** Revista Sobre Ontens. 2017.

NASCIMENTO, Júnior José do; CHAGAS, Mário de Souza. **Diversidade museal e movimentos sociais**. In: NASCIMENTO Júnior, José do (org.). *IBERMUSEUS 2: Reflexões e comunicações*. Brasília/DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2008.

NEDER, Álvaro Simões Corrêa. **Enquanto este novo trem atravessa o litoral central: platinidad, poéticas do deslocamento e (des)construção identitária na canção popular urbana de Campo Grande, Mato Grosso do Sul**. 529 f. Tese (Doutorado em Música) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2011.

NEVES, E. P. **Etnomatemática dos remanescentes da comunidade quilombola urbana Tia Eva**. 2011. 121. Dissertação de Mestrado em Educação Matemática, Universidade Bandeirante de São Paulo, 2011.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo, n. 10, dez.1993. p.7-28.

OLIVEIRA NETO, A.F. **Campo Grande e a rua 14 de julho: tempo, espaço e sociedade**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo, 2003.

OLIVEIRA NETO, A.F. MARTINS JÚNIOR C. Da vila de uma rua só à metrópole regional: o processo de estruturação urbana de Campo Grande. In: **O urbano em Mato Grosso do Sul**, abordagens e leituras. Dourados: Editora UFGD, 2020, p.257-272.

OLIVEIRA, Myleide Souza Meneses. **COMUNIDADE TIA EVA: BAIRRO DE NEGROS E HERANÇA DE FÉ** [recurso eletrônico] / Myleide Souza Meneses Oliveira. -- 2019.

ORIÁ, R. **Memória e ensino de história**. In: ALMEIDA, A.M. (Org.). *O Saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

ORLANDI, E. P. “Era uma vez corpos e lendas: versões, transformações, memória”, in **Instituição, relatos e lendas: narratividade e individuação dos sujeitos**, E. Orlandi (org), Pouso Alegre: RG, Univás. 2017.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **O museu na sala de aula: propostas para o planejamento de visitas aos museus**. Revista Tempo e Argumento, v. 4, n. 2, 2012, p. 65.

PAIVA, Orlando Marques de (ed.). **O Museu Paulista da USP**. São Paulo, Banco Safra, 1984.

PEARCE, S. M. **Objects as meaning, or narrating the past**. In: ____ (ed.). *Interpreting objects and collections*. London and New York: Routledge, 2006.

PELEGRINI, S. C. A. e FUNARI, P. P. **O que patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PELEGRINI, S. C. A. **Memórias e identidades: a patrimonialização e os usos do passado**. Anos 90, 25(48), 87–115, 2018.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas**. Patrimônio e Memória. Assis, vol. 3, n.1, p. 87-100, 2007.

PELEGRINI, SCA. **A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade.** História [Internet], 2008.

PEREIRA, Eurípedes Barsanulfo. **História da fundação de Campo Grande.** Campo Grande: Edição do Autor, 2002.

PEREIRA, João Pedro Ribeiro. **Um povo sem identidade cultural definida:** José Octávio Guizzo e a construção da identidade sul-mato-grossense (1967-1989). 123 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados, 2017.

PEREZ BENAVIDES, AMADA CAROLINA, VARGAS ALVAREZ, SEBASTIÁN. **História Pública e pesquisa colaborativa:** perspectivas e experiências para a conjuntura atual colombiana. Anu. colomb. hist. soc. cult. [online]. 2019.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, S. J.. **Cidade, espaço e tempo:** reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 14, n. 9, 2004.

PINTO, Maiara Lais. **Política cultural sul-mato-grossense, patrimônio cultural e transformações sociais e urbanas:** uma análise através do movimento pela preservação do edifício do Clube Social Dourados (décadas de 1970 e 1980). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2020.

PLÍNIO DOS SANTOS, C. A. B. **Fiéis descendentes:** redes irmandades no pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses. Tese (Doutorado em Antropologia) - PPGAS/DAN/UnB, 2010.

PLÍNIO DOS SANTOS, C. A. B. **Tia Eva:** Trajetória de Vida de uma Ex-Escrava Doceira. Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, Brasil, v. 11, n. 1, p. 37–52, 2013.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

POMIAN, Krzysztof. **Colecção.** In: Enciclopédia Einaudi. v. 1 (Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

PONTE, A. M. T. da. **Casas-Museu em Portugal:** Teorias e Prática. 2007.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente.** São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

QUEIROZ, P. R. C. **Mato Grosso/Mato Grosso do Sul:** Divisionismo e identidades (um breve ensaio). Diálogos, 10: 149-184,2006.

QUEIROZ, P. R. C. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20.** Bauru: EDUSC; Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

RAMOS, F.R.L. **A danação do objeto: o museu no ensino de história.** Chapecó: Argos, 2004.
REIS, Fernanda. **Lídia Baís: arte, vida e metamorfose.** Dourados, MS: Editora UFGD, 2017. *Revista Docência e Cibercultura*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 18-40, maio/ago. 2019.

REIS, F. **Lídia Baís: arte, vida e metamorfose.** Dourados: Editora UFGD, 2017.

RIBEIRO, A. M. **A zoologia no século do Museu Nacional do Rio de Janeiro.** *Archivos do Museu Nacional*, v.19, 1919.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa.** Tomo I. Campinas: Papirus, 1994.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos.** E outros ensaios estéticos. Lisboa. Edições 70, 2013. [1903].

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais.** Nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RODRIGUES, J. B. **História de Campo Grande.** São Paulo: Resenha Tributária, 1980.

ROSA, Maria da Glória Sá. **Crônicas de fim de século.** Campo Grande: Ed. UCDB, 2001.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história - os fundamentos da ciência histórica.** Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001.

SALGADO, Edgar Monteiro. **Mato Grosso do Sul e a Mesopotâmia do Prosa e Segredo.** Campo Grande: S/Ed. 2001.

SANJAD, Nelson Rodrigues **A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907.** - Rio de Janeiro: 2005.

SANTOS, Catarina Madeira dos Santos. **Goa é a chave de toda a Índia: perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570).** Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 7 ed. 1ª, 2012.

SANTOS, Maria Christina de Lima Félix. **O patrimônio histórico museal em Campo Grande** - MS: perspectivas e desafios no contexto do desenvolvimento local. 2019. 168 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2019.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado nos museus históricos.** Rio de Janeiro: Garamond/MinC/Iphan, 2006.

SCHWARCZ Lília K M. **O Nascimento Dos Museus No Brasil.** In: MICELI Sérgio Org *História Das Ciências Sociais No Brasil*, São Paulo, Vértice, 1989.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Gláydson J. da. **História Antiga e Usos do Passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944)**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007.

SILVA, José de Melo e. **Fronteiras guaranis**. São Paulo: Imprensa Metodista, 1939.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SIMÃO, M. C. R.; CAVALLAZI, R. L. (2017). **Preservação do patrimônio urbano e direito à cidade: intersecções e desvios**. In a Scenario ... Porto: FLUP, 2017.

SMITH, L. **Uses of Heritage**. New York: Routledge, 2006.

SOTO, J. L. L.; GANGES, L. S. **Las fronteras del patrimonio industrial**. Llámpara: patrimônio industrial, Editorial: Asociación Llámpara: patrimônio industrial, p. 7-20, 2009.

SOUZA, Fabio William de. **Fronteiras póstumas: a morte e as distinções sociais no Cemitério Santo Antônio em Campo Grande**. Dissertação de Mestrado em História do PPGH – Dourados, MS: UFGD, 2010.

SPENGLER, Henrique de Melo; CARLITO, Marcos Paulo. Porto Murtinho - **História e Cultura** - Os Guaicurús e o Ciclo da Erva-Mate. Coxim: [s/n], 2007.

TARGA, Luiz R.P. **Comentários sobre a utilização do método comparativo em análise regional**. Ensaios FEE. Porto Alegre, v. 12, n. 1, 1991.

THOMSON, A. **Recompondo a memória**. Questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. Projeto História. São Paulo, v.15, p. 51-84, 1997.

VARINE-BOHAN, H. **O tempo social**. Rio de Janeiro, Livraria Eça Editora, 1987.

VISCARDI, C. M. R. **História, Região e Poder: A busca de interfaces metodológicas**. Locus: Revista de História, [S. l.], v. 3, n. 1, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20441>. Acesso em: 11 jan. 2023.

VON SIMSON, Olga R. M.; PARK, Margareth B.; FERNANDES, Renata S. (orgs) **Educação não-formal: cenários da criação**. Campinas: Editora da UNICAMP/ Centro de memória, 2001.

WEINGARTNER, Alisolet Antônia dos Santos. **Movimento divisionista no Mato Grosso do Sul**. Porto Alegre: Edições Est, 1995.

ZARBATO, J. A. M. **PRÁTICAS EDUCATIVAS EM MUSEUS: entrelaçando História e os saberes docentes**. Revista Intermeio, v.25, n. 49, 2019.

ZARBATO, J. A. M. **Patrimônio cultural e história das mulheres: reflexões e possibilidades didáticas**. Rev. Diálogo Educ. [online]. 2021, vol.21, n.69, pp.696-715. Epub 11-Jun-2021.

ZILIANI, José Carlos. **Tentativas de construções identitárias em Mato Grosso do Sul (1977-2000)**. 2000. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados, 2000.

ZARBATO, J. A. M. AYABE, S. Museologia social e gênero na América Latina: diálogos histórico-educativos. In: SILVA, D.A. GASQUES, L.R.T.B. CAMPOS, C.E.C.C. **Museus e patrimônio cultural em Mato Grosso do Sul: pesquisa, cultura, educação e identidade**. 1ªed. Rio de Janeiro, Editora: Desalinho, 2020.

DOCUMENTOS (OUTRAS INSTITUIÇÕES).

BRASIL. Decreto-lei nº 25/37, **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. [s.l.. s.n.], 1937.

UNESCO. **Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage**, Paris, 16 de novembro. Disponível em: whc.unesco.org/archive/convention-en.pdf, 1972.

DECLARAÇÃO – **Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais**, México. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Declaração-Conferência-Mundial-sobre-Políticas-Culturais-Mondiacult-México-1982.pdf>. Acessado em: 17/08/2022, 1982.

SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1980a.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988.

INTERNATIONAL COMMITTEE FOR MUSEOLOGY. Call of papers, 1987. Arquivo ICOM/ ICOFOM, Paris. Disponível em: <https://icofom.mini.icom.museum/publications-2/icofom-study-series-archive/>. Acessado em: 28/08/2022.

CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL Paris. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acessado em: 12/05/2023.

IPHAN. **Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois: princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial do Brasil**. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_OsSambasAsRodasOsBumbas_2Edicao_m.pdf. Acesso em: 26. 02. 2023.

DOSSIÊ MEMÓRIA CULTURAL [documentos diversos do acervo do arquiteto José Roberto Gallo sobre a Campanha Memória Cultural, realizada em Corumbá em 1983]. Disponível no DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO – FCMS – Campo Grande – MS.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. Tombamento. 2004. Disponível em: <http://www.Iphan.gov.br/Iphan/tomb.htm>. Acesso em: 18 ago. 2023.

REVISTAS.

ARCA: revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande - MS [revista], Nº5, 1997.

ARCA: revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande - MS [revista], Nº3, 1995.

ARCA: revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande - MS [revista], Nº1, 1990.

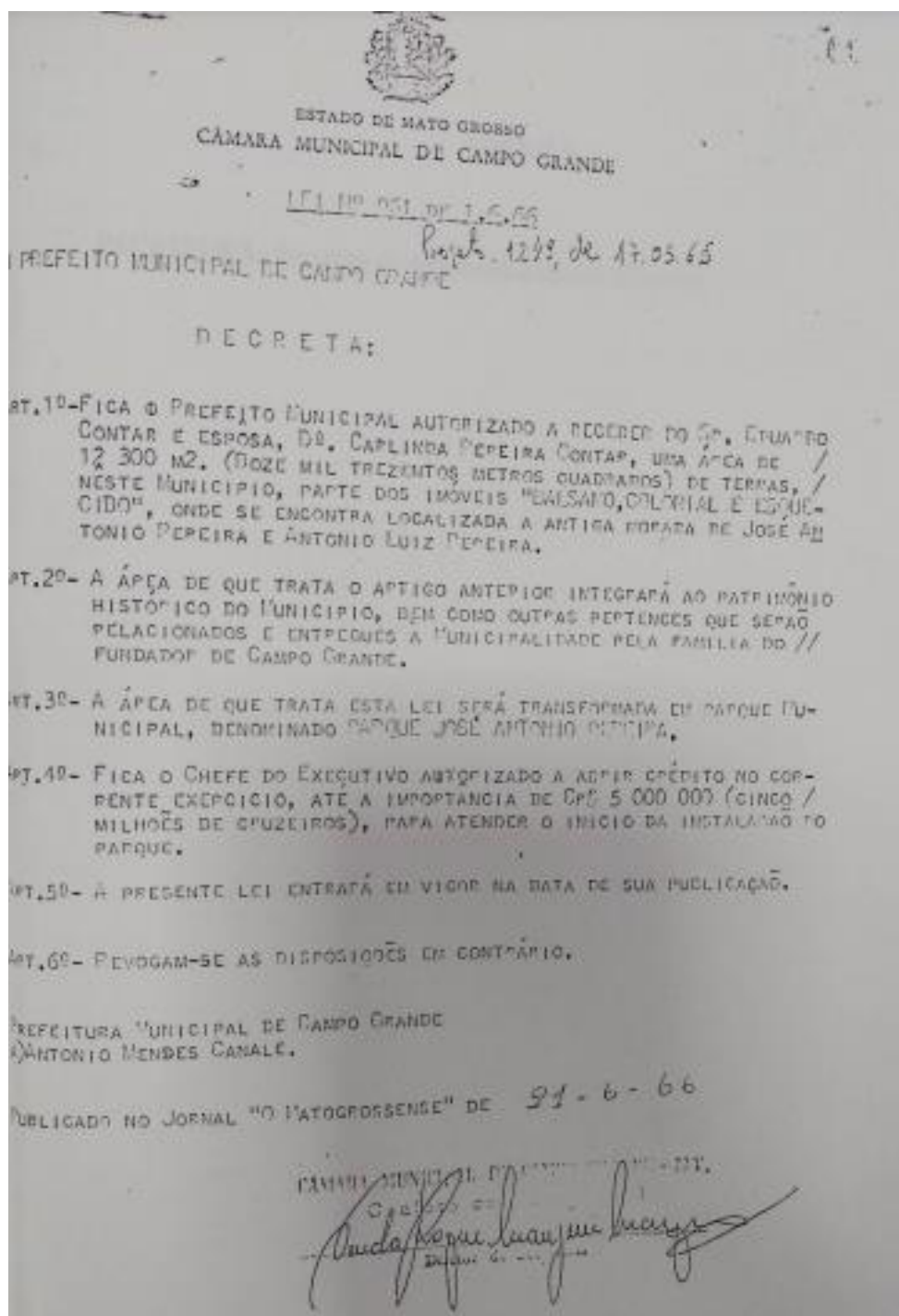
ARCA: revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande - MS [revista], Nº1, Edição Especial, 2011.

NAS ONDAS do Rádio: Rádio Clube 70 anos. Campo Grande: Letras & Letras, 1994. 159 p. fotos.

WEINGÄRTNER, Alisolet Antônia dos Santos. In: Revista Arca. Campo Grande, nº 5, outubro, 1995.

REVISTA do Museu Paulista, São Paulo, v. I (1895).

ANEXO A - DECRETO DE DOAÇÃO DA FAZENDA BÁLSAMO



ANEXO B – DECRETO DE TOMBAMENTO DO MUSEU JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA

66



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO DE TOMBAMENTO Nº 4.934, DE 20 DE ABRIL DE 1983

CONSIDERA PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, O "MUSEU JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA".

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE A LEI LHE CONFERE E, CONSIDERANDO QUE:

- A população de um Município em sua realidade vivencial, através de ambientes e objetos, constrói sua história;
- O Museu José Antônio Pereira, é parte da memória histórica deste Município;
- O Museu José Antônio Pereira, é o único imóvel representativo, existente, da época da fundação de Campo Grande;
- O Museu José Antônio Pereira, é de grande importância à cidade, por proporcionar fontes de estudos, pesquisas e turismo, reunindo no local um ponto de lazer Educativo-Cultural;
- A Prefeitura Municipal de Campo Grande, está preocupada em dar atenção especial para os planos que visam a preservação e valorização dos monumentos, paisagens e imóveis essenciais à constituição histórica, através do Tombamento,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica sendo PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, o MUSEU JOSÉ ANTONIO PEREIRA, situado na Área A-14, resultante do desmembramento da área B, parte do imóvel denominado: Fazenda Bálamo e Lote Esquecido, neste Município, com 10.097.9461 metros quadrados.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

20 de abril de 1983

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE,

Publicado no "DIÁRIO OFICIAL" do Estado de Mato Grosso do Sul, N.º 1.065 de 29/04/83

NELLY ELIAS BACHA
Prefeita Municipal

RGM/(DR. MODESTO)

ANEXO C – REGRAS PARA VISITAÇÃO




JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA
MUSEU

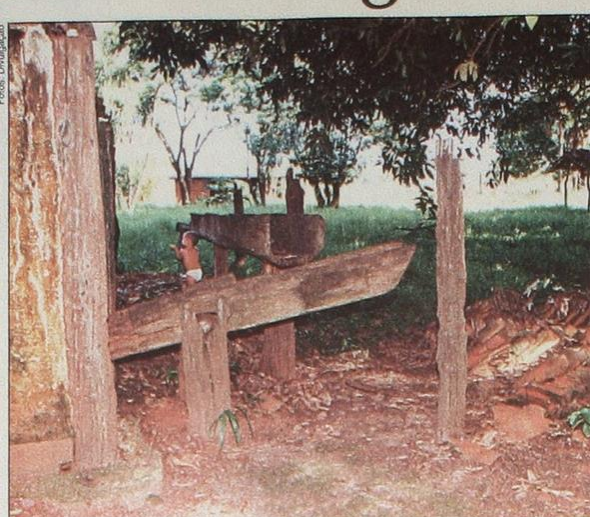
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
TERÇA A SEXTA SÁBADO/DOMINGO/FERIADO
09H ÀS 17H **13H ÀS 17H**

- NÃO É PERMITIDA A PERMANÊNCIA DE VISITANTE APÓS ÀS 17H
- NÃO ESTACIONAR NA ÁREA INTERNA DO MUSEU
- NÃO ENTRAR COM BICICLETAS, PATINS E OUTROS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS
- NÃO FICAR SEM CAMISA
- NÃO ENTRAR COM ANIMAIS DOMÉSTICOS
- NÃO CONSUMIR ALIMENTOS E BEBIDAS ALCOÓLICAS NO ESPAÇO DO MUSEU
- NÃO FUMAR
- NÃO REPRODUZIR SOM EM VOLUME ALTO
- NÃO TOCAR NO ACERVO DO MUSEU
- NÃO CORRER NO ESPAÇO DO MUSEU

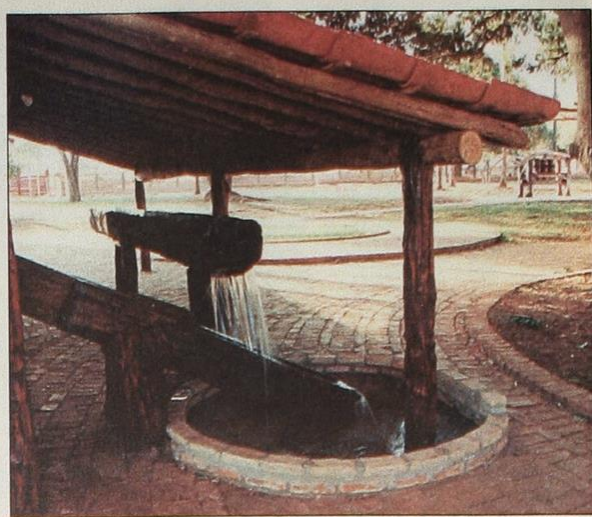
SEKTUR
PREFEITURA DE CAMPO GRANDE


PREFEITURA DE CAMPO GRANDE

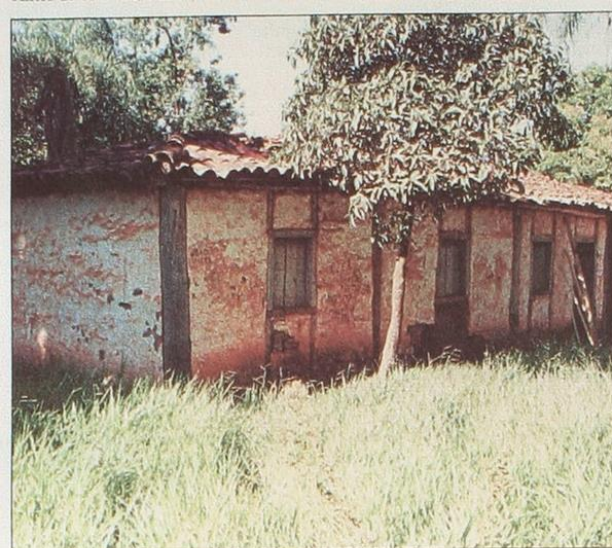
**ANEXO D – IMAGENS DO RESULTADO DA REFORMA DE 1999 – DIVULGADAS
PELO JORNAL CORREIO DO ESTADO 25/26 DE AGOSTO DE 1999**



Antes da reforma, o monjolo estava totalmente abandonado



Depois de recuperado, voltou a jorrar água



Quilômetro esse rico da mata tinha infestação de canine



ganhou nova aparência, mas com características conservadas

ANEXO D – PROJETO ARTE NO MUSEU (2012)

ARTE NO MUSEU
José Antônio Pereira

Programação

- Abertura: 14h
- Exposição de Artesanato: 14h
- Oficinas Manuais Recreativas com Ruano Filardiga: 14h
Para todas as idades
- Teatro: 14h15 – ‘A onça pintada põe as patas na estrada’
Grupo Teatral Unicórnio
- Música: 15h15 – Érico Bispo e alunos do ‘Projeto Los Angeles’
Associação de Moradores do Jardim Los Angeles

5. MAIO 14^h às 16^h30

Realização

FUNDAC
Fundação Municipal de Cultura

As pessoas em primeiro lugar
PREFEITURA
CAMPO GRANDE



ARTE MUSEU

José Antônio Pereira

Programação

Teatro infantil: Circo dos Sonhos (Prisma Grupo Teatral)
 Teatro Gospel: O Remédio Amargo (Troupe do Reino)
 Música: Baile com João Gustavo e Hugo Salles
 Dança: Grupo T'ikay
 Dança: Capoeira com Mestre Ligeirinho e alunos
 Literatura: GIBlicicleta

Atrações da Comunidade

Exposição e comercialização de artesanato e gastronomia
 Apresentações culturais
 • Teatro • Música • Dança
 (Aguardamos sua atração. Agende pelos telefones 3314-3226 ou 9171-4949)

18.AGOSTO

14^h

Entrada Gratuita

Avenida Guaicurus sem número
 Jardim Monte Alegre

Apoio:



Realização:



ANEXO E – LIMPEZA E REFORMA DA ESCULTURA (2014)

**ANEXO F – QUADRO EXPLICATIVO PRESENTE NO CÔMODO ONDE SE
ENCONTRA GUARDADO O CARRO-DE-BOI**



ANEXO G – PLACA DE DESCRIÇÃO DA TÉCNICA DE CONSTRUÇÃO

